

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O “CASO JOSÉ NOGUEIRA”: SILENCIAMENTOS E AUTORITARISMOS NO PRÉ-1964 E NA
REDEMOCRATIZAÇÃO**

**APRESENTADA POR
RAPHAEL ALBERTI NÓBREGA DE OLIVEIRA**

Rio de Janeiro, Dezembro de 2018.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O “CASO JOSÉ NOGUEIRA”: SILENCIAMENTOS E AUTORITARISMOS NO PRÉ-1964 E NA
REDEMOCRATIZAÇÃO**

**APRESENTADA POR
RAPHAEL ALBERTI NÓBREGA DE OLIVEIRA**

PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA ÂNGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA

Rio de Janeiro, Dezembro de 2018.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA ÂNGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA

AUTOR: RAPHAEL ALBERTI NÓBREGA DE OLIVEIRA

O “CASO JOSÉ NOGUEIRA”: SILENCIAMENTOS E AUTORITARISMOS NO PRÉ-1964 E NA
REDEMOCRATIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Dezembro, 2018.

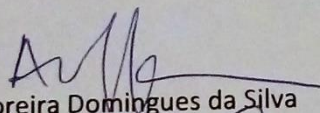
RAPHAEL ALBERTI NÓBREGA DE OLIVEIRA

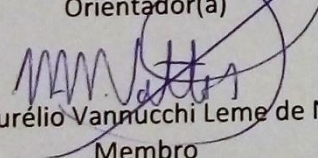
"O "CASO JOSÉ NOGUEIRA": SILENCIAMENTOS E AUTORITARISMO NO PRÉ-1964 E NA REDEMOCRATIZAÇÃO".

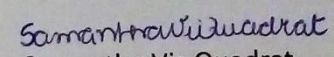
dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestra(a) em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 21/12/2018

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA


Angela Moreira Domingues da Silva
Orientador(a)


Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos
Membro


Samantha Viz Quadrat
Membro

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Oliveira, Raphael Alberti Nóbrega de

O “caso José Nogueira”: silenciamentos e autoritarismos no pré-1964 e na redemocratização / Raphael Alberti Nóbrega de Oliveira. – 2018.

129 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Ângela Moreira Domingues da Silva

Inclui bibliografia.

1. Nogueira, José, 1935-1963. 2. Crime político – Investigação – Brasil. 3. Espionagem. 4. Brasil – História – 1964-1985. 5. Ditadura – Brasil – 1964-1985.

I. Silva, Ângela Moreira Domingues da. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.063

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

Resumo

Esta dissertação de mestrado pretende analisar a construção de versões sobre a morte de José Nogueira, agente secreto da Marinha e jornalista do *Diário da Noite*, um ano antes do golpe civil-militar de 1964. Sendo assim, analiso a morte de Nogueira como um crime político e não apenas como um “caso de polícia”, associado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e seus institutos e militantes filiados.

Na primeira parte do texto mostro a busca de documentos relacionados a Nogueira e ao IBAD, incluindo minha ação judicial contra a Polícia Civil pelo acesso ao laudo cadavérico feito pelo legista Manoel Seve Neto. Em seguida, faço uma revisão bibliográfica sobre o IBAD e analiso a Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1963, que apurou irregularidades neste instituto. Finalizo abordando o “caso José Nogueira” de forma minuciosa, relatando bastidores da morte e principais elementos apontados pela imprensa como beneficiários da morte do jornalista.

Palavras-chave: IBAD; Marinha; espionagem; anticomunismo

Abstract

This dissertation intends to present a new version on the death of José Nogueira Leal, a spy of the Navy and journalist of *Diário da Noite*, a year before the civil-military coup of 1964. In this way, I analyze the death of Nogueira as a political crime and not just as a "police case" associated with the Brazilian Institute of Democratic Action (IBAD) and its affiliated institutes and militants.

In the first part of the text I show the search for documents related to Nogueira and IBAD, including my lawsuit against the Civil Police for access to the cadaveric report made by the coroner Manoel Seve Neto. I then make a bibliographic review on the IBAD and analyze the Parliamentary Inquiry Commission in 1963, which found irregularities in this institute. I conclude by approaching the José Nogueira case in detail, reporting behind death scenes and main elements pointed out by the press as beneficiaries of the journalist's death.

Key words: IBAD; Navy; espionage; anti-communism

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais: Rosângela Mara Alberti de Oliveira e Sérgio Nóbrega de Oliveira pela estrutura que me propiciaram para que eu pudesse realizar meus sonhos com os estudos em História.

Aos meus amigos de infância, trabalho, faculdade e pós-graduação que transformaram momentos de ansiedade em leveza e instantes de tristeza em esperança.

Aos meus alunos que permitiram que me sentisse especial e amadurecesse com seus exemplos e histórias de vida. Em particular, aos estudantes do EMEB Estância Hidromineral de Poá, em São Paulo.

À Dulce Chaves Pandolfi, Ângela Moreira Domingues da Silva, Verena Alberti e Bernardo Buarque de Hollanda por me incentivarem de maneiras diferentes, mas essenciais para que eu pudesse continuar a pesquisa.

Gostaria de dedicar essa dissertação à José Nogueira, Marielle Franco e Rubens Paiva. E a todos aqueles que lutam por uma sociedade plural, democrática e com liberdade de expressão, refutando o avanço do fascismo.

Por memória, justiça e verdade!

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 10 |
| 1) Capítulo I – A busca documental sobre o “caso José Nogueira” | 30 |
| 1.1 – Os jornais da Biblioteca Nacional | 31 |
| 1.2 – A tecnologia em favor da pesquisa | 32 |
| 1.3 – Pesquisas sobre documentos da Marinha | 32 |
| 1.4 – Pesquisas sobre documentos da Polícia Civil | 39 |
| 1.5 – O mandado de segurança, a sentença judicial e o acórdão | 44 |
| 1.6 – Fundo Carlos Lacerda, APESP e Arquivo Nacional | 50 |
| 1.7 – Certidões de nascimento e óbito | 59 |
| 2) Capítulo II – Revisão bibliográfica e a CPI do IBAD-IPES | 62 |
| 2.1 – As obras de Eloy Dutra e René Dreifuss | 62 |
| 2.2 – IBAD e IPES: criação e linhas de atuação | 67 |
| 2.3 - A CPI do IBAD-IPES | 71 |
| 3) Capítulo III – O “caso José Nogueira” | 91 |
| 3.1 – A queda de José Nogueira do apartamento na Cinelândia | 91 |
| 3.2 – As investigações | 95 |
| 3.3 – Pessoas acusadas pela imprensa de terem tramado e/ou executado a morte de José Nogueira | 98 |
| 3.4 – A importância do “caso José Nogueira” para a historiografia | 118 |
| 4) Considerações finais | 121 |
| 5) Referências bibliográficas | 124 |

Introdução

Produzir esta dissertação e procurar os documentos relacionados a José Nogueira foi um grande desafio para mim. Mesmo com interrupções no período, são oito anos de buscas nos mais diversos arquivos do país com a finalidade de encontrar informações que enriqueçam o “caso José Nogueira”. Nesse tempo, diversas dúvidas passaram em minha mente: conseguirei descobrir quem matou e mandou matar José Nogueira? E as causas do crime? As lacunas biográficas impedirão o êxito de minha escrita? Quais riscos encontrarei na procura desses registros? Por que não encontro informações dele no principal *site* de buscas do mundo e nos mais diferentes arquivos? Por que historiadores e jornalistas investigativos praticamente não mencionam a existência de Nogueira desde sua morte em 1963? Diversas dúvidas, medos e incertezas que tive no início da pesquisa ainda se mantêm vivas.

O que nunca passou pela minha cabeça foi desistir da pesquisa do “caso José Nogueira”. Quase uma década de pesquisa sobre um servidor do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) sem incentivo financeiro estatal ou da iniciativa privada atrapalharam alguns percursos e tentativas. Porém, acredito ter feito um trabalho minucioso e, mesmo sabendo que as oportunidades não cessam nunca, creio ter comparecido ou pesquisado virtualmente em todos os locais possíveis que tivessem algum vestígio de informação direta ou indireta sobre Nogueira. Fui até o ponto de requerer judicialmente o acesso ao seu laudo cadavérico.

Toda essa obsessão em entender e revelar à sociedade um episódio de importância destacada, por se localizar nos bastidores do maior golpe militar da história do país, foi sendo alimentada naturalmente pelo próprio caráter instigante do caso. Encarei como uma grande responsabilidade a produção da dissertação. É a memória de um indivíduo que não tem narrativa tão detalhada pela historiografia, o que me leva a ser cauteloso nas afirmações de suas ações em vida, mas paralelamente, determinado em lutar pelo acesso a suas informações pessoais em uma conjuntura com claros traços autoritários que se vive no Brasil, atualmente. A luta pela defesa de direitos humanos sempre envolveu riscos, e estou disposto a assumi-los.

Em 2011, durante a escrita da monografia¹ que me proporcionaria o título de Bacharel em História pela UFRJ, uma informação me causou perplexidade. Meu trabalho de conclusão de curso se concentrava em estudar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto

¹ OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): uma CPI esquecida. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES), em 1963. Essas duas instituições eram financiadas por empresas nacionais e estrangeiras e desempenhariam papel importante na queda do presidente João Goulart, no final de março de 1964.² Suas fontes de financiamento eram suspeitas e durante a CPI, o IBAD foi acusado de agir inconstitucionalmente ao usar verbas internacionais para influenciar as eleições parlamentares de 1962, com o financiamento de candidatos que se manifestassem contra o comunismo ou o nacional-reformismo de João Goulart.³

Fazendo uma leitura minuciosa das atas dessa CPI⁴, atentou-me um pequeno parágrafo que fazia menção ao depoimento do diretor da Revista PN - Política e Negócios, Genival Rabelo, que denunciava o assassinato de um jornalista a mando do IBAD. No decorrer da pesquisa, procurando periódicos na Biblioteca Nacional que noticiassem o caso, descobri que se tratava de José Nogueira, jornalista com participações em movimentos de extrema-direita e pessoa de confiança do serviço de inteligência da Marinha.

José Nogueira, ou como algumas fontes o nomeavam, José Nogueira Leal nasceu em 13 de setembro de 1934, em Mundaú, no Ceará. Seus pais se chamavam Antero Nogueira e Maria da Penha Nogueira⁵. O pai foi segundo-sargento da Marinha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dando impulso às vinculações que seus dois filhos, José Nogueira e Geraldo Majella Nogueira,⁶ teriam com a Força Naval. Quanto à mãe, só se sabe que foi doméstica e faleceu em 1973.

A primeira notícia que se tem de José Nogueira no Rio de Janeiro é de 1952, do seu registro como reservista da Aeronáutica⁷. Começou a trabalhar no jornal *Diário da Noite* em período não especificado⁸ e seu grande faro investigativo chamou a atenção do chefe de reportagem Calazans Fernandes que o lançou como repórter. Em sua primeira investigação

² Para maiores informações sobre a atuação do chamado Complexo IPES-IBAD, ver DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁴ BRASIL. Diário do Congresso Nacional. *Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e IPES. Depoimento de Genival Rabelo a CPI em 18/07/1963*. Brasília, 1963.

⁵ Certidão de nascimento, expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas - Naturais - de Mundaú, de José Nogueira, conforme os autos nº. 7, às fls. 4 do Livro A-4, datado em 13 de setembro de 1934.

⁶ *Última Hora*, 20 de julho de 1963. Algumas fontes o nomeiam como Geraldo Magela Nogueira. Era 1º sargento da Marinha quando seu irmão morreu.

⁷ Idem, Ibidem.

⁸ BARBOSA. Marialva. História cultural da imprensa Brasil: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. Não há qualquer registro no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, nem no livro citado na nota, que possa especificar o ano de entrada e saída de José Nogueira do jornal.

denunciou o escândalo da chamada “imprensa marrom”, em 1960.⁹ Integrantes das revistas *Escândalo*, *Moral* e *Confidencial* chantageavam as vítimas ameaçando divulgar notícias e fotos comprometedoras, caso não pagassem uma grande quantia em dinheiro. Pelo menos cinco pessoas se suicidaram devido às ameaças sofridas. Esta reportagem investigativa de José Nogueira ajudou a fechar as revistas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Por indicação do senador Vitorino Freire trabalhou como conferente na Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ), tendo o próprio presidente João Goulart o encarregado de investigar contrabandos, roubos e corrupções na orla marítima da Guanabara.¹⁰ Requisitei sua documentação na Companhia das Docas, pessoalmente e pelo site do governo federal referente à Lei de Acesso à Informação¹¹, mas tive meu pedido negado.

Entendo Nogueira como um prestador de serviços para o centro de inteligência da Marinha devido às diversas caracterizações dadas a ele pelos jornais *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca* e *O Semanário* como: “informante do Serviço Secreto da Marinha”¹², “agente secreto da Marinha”¹³, “agente secreto do CENIMAR”¹⁴, “agente secreto José Nogueira”¹⁵ e “há algum tempo mantinha ligações com o Centro de Informações da Marinha.”¹⁶ Creio que ele possa ter exercido esse papel entre 1952,¹⁷ primeiro registro de Nogueira no Rio de Janeiro, e 1963, ano de sua morte.

Desta forma, não vejo como exagero nomeá-lo como informante ou agente secreto da Marinha. Até mesmo no presente, será improvável achar documento físico que caracterize um espião pela função sigilosa que ocupa. Inclusive, ao denunciar Joaquim “Metralha” – um dos prejudicados pelas denúncias de Nogueira, como veremos adiante –, no jornal *Tribuna de Notícias*¹⁸ por falsificações de documentos, divulga uma foto da carteira de identificação de Joaquim “Metralha” como agente do Serviço de Informações da Marinha (SIM). Documento

⁹ *Diário da Noite*, 15 de agosto de 1960 e *Última Hora*, 20 de julho de 1963. Daí cria-se o termo “imprensa marrom”.

¹⁰ *Jornal do Brasil*, 03 de abril de 1962.

¹¹ <http://www.acessoainformacao.gov.br>

¹² *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

¹³ *Diário Carioca*, 23 de julho de 1963, *O Semanário*, 25-31 de julho de 1963 e *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

¹⁴ *Diário Carioca*, 13 de março de 1964.

¹⁵ *Última Hora*, 25-26 de julho de 1963.

¹⁶ *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1963.

¹⁷ ANTUNES, Priscila. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 62. Após 1945, foi criado o Serviço Secreto da Marinha (SSM), porém só foi regulamentado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM). Em novembro de 1957, alterou-se o nome para Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

¹⁸ Tabloide da Cruzada Brasileira Anticomunista

extremamente pessoal e reservado aos cuidados de seus agentes e dos arquivos da Marinha, dando mais embasamento a esta versão.

Imagem nº 1 – Carteira de Joaquim “Metralha” de informante do Serviço de Informações da Marinha (SIM)



Fonte: *Tribuna de Notícias*, 1959. “O que a nação agora vai saber” por José Nogueira. CPDOC-FGV
Classificação: JG vpr 1959.00.00/2.

Participou de organizações anticomunistas e de extrema-direita como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Movimento Anticomunista (MAC)¹⁹ e a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBAC), que possuía um jornal chamado *Tribuna de Notícias*, do qual Nogueira era redator-chefe²⁰.

Foi informante de pessoas influentes na política e mídia, alguns inclusive com orientações ideológicas opostas aos movimentos que integrava. De acordo com um jornalista anônimo: “sabia o que ocorria tanto na cozinha do General Cordeiro de Farias, um líder direitista, como na do General Osvino.”²¹ Eloy Dutra, deputado petebista que propôs a criação da CPI do IBAD-IPES, admitiu que José Nogueira foi seu principal informante sobre as atividades ibadianas.²² Zuenir Carlos Ventura, do *Tribuna da Imprensa*, e Pedro Müller, do *Jornal do Brasil*, também recebiam informações sigilosas de Nogueira²³. Era amigo pessoal dos jornalistas Fabiano Vilanova Machado, do *Tribuna da Imprensa*, e Berilo Dantas, do *Diário Carioca*.

¹⁹ *O Semanário*, 25-31 de julho de 1963.

²⁰ *Tribuna de Notícias*, 1959. “O que a nação agora vai saber” por José Nogueira. CPDOC Classificação: JG vpr 1959.00.00/2

²¹ *Última Hora*, 20 de julho de 1963. General Osvino Ferreira Alves era leal ao presidente João Goulart.

²² *Última Hora*, 12 de março de 1964.

²³ *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1963.

Caiu do apartamento onde morava na Cinelândia, no dia 3 de março de 1963 e dez dias depois, faleceu no Hospital Central da Marinha (HCM). Não teve filhos, nem se casou e morreu com 28 anos de idade.²⁴ O objetivo desse trabalho é reconstituir o que chamo de “caso José Nogueira”.

Na madrugada do dia 3 de março de 1963, José Nogueira foi encontrado por um vigia de um prédio próximo caído no chão da Rua Juan Pablo Duarte, na Cinelândia. A Polícia Civil cometeu diversas falhas na apuração do óbito e um dia após a queda, registrou a ocorrência como “simples queda”.²⁵ Quatro meses depois o “caso José Nogueira” volta à tona na imprensa, após a denúncia de Genival Rabelo, ex-presidente da Associação Brasileira de Propaganda (ABP) à CPI do IBAD-IPES, do assassinato de Nogueira pelo IBAD.

Em consequência disto, o 3º Distrito da Polícia Civil abriu um inquérito para esclarecer a morte do ex-jornalista. O 1º Sargento da Marinha, Geraldo Majella Nogueira, ciente da insatisfação dos grupos de extrema-direita com as ações de seu irmão, também acusou o IBAD de homicídio. O Serviço Secreto do Exército e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) ajudaram nas investigações nesse período. Aos poucos, o inquérito policial foi se enfraquecendo devido à recusa das testemunhas em depor, pelos mais variados motivos.²⁶

Não há como precisar quando ele foi arquivado e a que conclusão chegou. Os arquivistas do Poder Judiciário do Rio de Janeiro não encontraram o documento, após minha visita ao Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (SEGAP), em julho de 2017. A última notícia se refere ao depoimento dado por Maurício Gaze, ex-inspetor de menores do Serviço de Assistência a Menores (SAM), no dia 17 de agosto de 1963. Em agosto de 2017, requisitei o acesso ao inquérito nº 461 à Chefia da Polícia Civil em carta entregue pessoalmente na sua sede, na Lapa, e recebi como resposta a inexistência de seu paradeiro, em abril de 2018.²⁷

²⁴ Certidão de óbito, expedida pelo 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas - Naturais – da Capital do Rio de Janeiro, de José Nogueira, conforme os autos nº. 25.721, às fls. 4, datado em 14 de março de 1963. Rio de Janeiro.

Certidão de nascimento, expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas - Naturais - de Mundaú, de José Nogueira, conforme os autos nº. 7, às fls. 4 do Livro A-4, datado em 13 de setembro de 1934. Apesar da certidão de óbito registrar sua morte com 31 anos, sugiro que ele tenha morrido com 28 anos, pois tive acesso a certidão nascimento de Nogueira, em que consta seu nascimento como 13 de setembro de 1934.

²⁵ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

²⁶ *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1963.

²⁷ Subchefia Administrativa da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Ref.: E-09/157/2254/2017. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2018.

Dois laudos cadavéricos foram produzidos entre março e agosto de 1963, um da Polícia Civil, por Manoel Seve Neto, e outro pela Marinha por, Brás Itapaci Magalhães.²⁸ Ambos discordaram da hipótese de acidente.²⁹

Não é possível afirmar com exatidão a identidade das pessoas que possam ter torturado e assassinado José Nogueira. Há semelhanças no perfil dos possíveis beneficiários da morte de Nogueira, de acordo com o que afirmara o irmão da vítima, além de jornalistas da época: pessoas vinculadas a partidos conservadores ou organizações de extrema-direita. De acordo com a imprensa, membros de organizações terroristas de cunho fascista, políticos da UDN e militares que foram prejudicados com as denúncias de José Nogueira na Marinha ou na imprensa por suas atividades ilícitas, podem ter relações com a queda do agente secreto. Pelos indícios jornalísticos sugerirem um elo entre sua morte e o IBAD, creio que exista a possibilidade do crime ter mandante(s) e executor(es).³⁰

Assim como a historiadora Adriana Barreto,³¹ acredito que é importante registrar o diálogo do historiador com as fontes. Seus sucessos, desacertos, interditos e acasos. A partir de 1992, Barreto relata o processo de busca documental sobre o Duque de Caxias no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), sua adaptação ao sistema hierárquico existente no Palácio Duque de Caxias e a nítida distinção do tratamento dado a militares e civis.

Vivenciando muitas dificuldades no processo de pesquisa e acesso a fontes importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa, creio ser importante relatar o ponto de partida na busca por documentos de José Nogueira nos últimos oito anos. Diversos entraves existiram para a obtenção de registros de sua vida no Serviço de Documentação da Marinha (SDM), no Serviço de Identificação da Marinha (SIM), no Centro de Inteligência da Marinha (CIM), na Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCVM) e na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Também busquei documentos de personagens coadjuvantes do caso José Nogueira, mas as respostas da Força Naval brasileira mantiveram um padrão, independentemente dos militares

²⁸ O Semanário 25-31 de julho de 1963

²⁹ *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

³⁰ *Última Hora*, 8 de agosto de 1963, *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963 e *Última Hora*, 22 de agosto de 1963

³¹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Pesquisando em arquivos militares*. In: CASTRO, Celso (org.) *Antropologia dos militares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

que procurava. Preenchi formulários requisitando documentos relacionados a Pedro Paulo de Araújo Suzano, Silvio Heck, e Carlos Penna Botto, líder da Cruzada Brasileira Anticomunista.

Todos os três pedidos foram rejeitados pela Marinha alegando a não existência no banco de dados dos nomes procurados ou a destruição desses documentos em tempos passados. Em nenhum momento apresentaram os termos de destruição documental que comprovariam tal medida.

As lacunas existentes na história de Nogueira, com a falta de registros ou impedimento de acesso à sua documentação, prejudicaram a construção de uma narrativa mais detalhada sobre sua biografia. Alguns entraves foram identificados nessa pesquisa como a ausência de digitalização no cartório de sua cidade natal e a localização de parentes, amigos ou conhecidos da vítima que estejam vivos. Além disso, a forte resistência das Forças Armadas e da Polícia Civil em permitir acesso à sua documentação comprometeu alguns esclarecimentos da pesquisa.

A importância de conseguir documentos como o registro de ocorrência, o inquérito policial, os dois laudos cadavéricos e o registro de internação de Nogueira no Hospital Central da Marinha se dá pelo intuito de afastar a ideia de que essa pesquisa se baseou somente em fontes jornalísticas de editorial ligado a esquerda política ou de apoio à João Goulart. Assim, teremos documentos policiais e militares que comprovem versões sobre a vida de José Nogueira exploradas nesses jornais.

Os principais historiadores e jornalistas que estudam essa temática, como Priscila Carlos Brandão Antunes (UFMG) e Lucas Figueiredo,³² admitem que o serviço de inteligência mais fechado das Forças Armadas é o da Marinha, onde José Nogueira trabalhou nas décadas de 50 e 60.³³

O objetivo da pesquisa é construir uma narrativa sobre o próprio “caso José Nogueira” e seus desdobramentos. Pretendo analisar as versões alternativas da morte de Nogueira e, a partir de indícios presentes em documentos policiais, militares e periódicos da época, contestar as “narrativas oficiais” sobre o óbito do jornalista. Há a intenção de recuperar os eventos de sua trajetória política até o momento de sua morte para uma melhor compreensão dos motivos que

³² Pesquisador da Comissão Nacional da Verdade e autor de “Ministério do silêncio”, obra que conta a história dos serviços secretos brasileiros.

³³ FIGUEIREDO, 2015. p.18.

levaram alguns atores sociais a acreditarem que a queda do prédio se tratou de uma tentativa de assassinato.

Os objetivos específicos da dissertação são: a) compreender o clima anticomunista, esmiuçando a linha de ação de suas principais instituições e a polarização política criada naquela conjuntura e b) entender a morte de José Nogueira como caso de polícia e político, através de uma análise macro-histórica do IBAD e a conjuntura da Guerra Fria.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa baseou-se no fato de que se faz necessário compreender de modo mais detalhado o cenário anticomunista e as relações de poder estabelecidas na conjuntura de realização da CPI do IBAD-IPES. Existem poucas pesquisas sobre esta CPI e o desenvolvimento do trabalho pretende ajudar a preencher lacunas historiográficas. Entendo, dessa forma, que a trajetória de Nogueira, assim como os elementos que cercam sua morte, estão relacionados a aspectos, como o anticomunismo, por exemplo, que nos ajudam a compreender a conjuntura do conturbado início da década de 1960.³⁴

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 1961, por empresários brasileiros que tinham no anticomunismo e no liberalismo pontos em comum. Faziam parte também militares e intelectuais. O IPES era responsável pela reunião desses empresários com grande parte do poderio econômico para rediscutir o papel do Estado na sociedade brasileira, além de divulgar material contra a esquerda política através de propagandas em cinemas e em jornais.³⁵

O IBAD, fundado em 1959, combatia a política exterior independente e procurava influenciar nas eleições com verbas vindas do exterior de multinacionais e “caixinhas” de empresários nacionais anti-João Goulart. Esta ação era inconstitucional, já que verbas estrangeiras não poderiam patrocinar campanhas eleitorais de políticos brasileiros. Tinha como espécie de filiais a Ação Democrática Popular (ADEP), a Ação Democrática Parlamentar (ADP), o Movimento Anticomunista (MAC) entre outras instituições.³⁶

Em 1962, o Brasil estava sob um regime parlamentarista e João Goulart não tinha plenos poderes como presidente da República. Com isso, era essencial para os adversários políticos de Goulart, a vitória nas eleições parlamentares daquele ano. A intenção do IBAD era recrutar

³⁴ Para maiores informações sobre o surgimento e as características do fenômeno anticomunista no Brasil, ver MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1971-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

³⁵ DREIFUSS, 1981. p. 161-164.

³⁶ DUTRA, 1963. p. 5-15.

políticos que fossem contra a esquerda e João Goulart e fornecê-los grandes quantias de dinheiro para as suas campanhas eleitorais.

Em 1963, criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as ilicitudes do IBAD e IPES, porém foi malsucedida. Utilizarei a análise de Dreifuss de “complexo IBAD-IPES” quando me referir aos dois institutos, diferente da abordagem dada aos órgãos durante a CPI do IBAD-IPES por políticos e imprensa, como duas instituições dissociáveis.

Utilizarei os referenciais teóricos e metodológicos da Micro-História, consagrada por Carlo Ginzburg³⁷ e Giovanni Levi,³⁸ como principal ferramenta metodológica na dissertação. A prática de debruçar-se sobre os registros do agente de inteligência estudado, usando a Micro-História, levará a entendimentos mais minuciosos e igualmente reveladores sobre violência de Estado, anticomunismo e polaridades ideológicas, do que estudos do período que utilizam uma larga escala de visão dos acontecimentos. Além disso, o paradigma indiciário³⁹ de Ginzburg auxiliará na análise de documentos, mostrando que, através da identificação e da amálgama de vestígios das fontes, um diagnóstico mais preciso poderá ser feito do “caso José Nogueira”.

A redução de ótica de um acontecimento feita através da Micro-História contribui para que o historiador possa ter uma interpretação oposta do que ocorreria se fosse utilizada a longa duração, de viés macroespacial.⁴⁰ Sendo assim, pode-se perceber que o estudo deste caso específico em pequena escala poderá nos direcionar a diferentes conclusões sobre o período da Guerra Fria no Brasil, os serviços de inteligência das Forças Armadas e as organizações anticomunistas de extrema-direita.

Pretendo trabalhar em duas frentes com essa metodologia de redução de ótica como meio para conseguir respostas alternativas a versões da historiografia tradicional sobre órgãos paramilitares de extrema-direita e instituições de repressão estatal como Marinha e polícia, a saber:

- a) investigar se José Nogueira pode ser enquadrado na categoria “morto político”, analisando as reações de institutos de extrema-direita como o Movimento

³⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³⁹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴⁰ REVEL, Jacques. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. Vol.15. n.45. set/dez 2010.

Anticomunista (MAC), a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBAC) e a Ordem Suprema dos Mantos Negros às revelações confidenciais passadas por Nogueira para a mídia.⁴¹ Seria um caso pioneiro de componente de organização de extrema-direita no Brasil, que prestou serviços para a esquerda política?

- b) identificar vozes dissonantes nas perícias da Polícia Civil e Marinha. Considerando a forte subordinação hierárquica nos institutos de medicina legal dessas instituições, que dificilmente produzirão provas contra crimes cometidos por policiais e militares, é possível afirmar que existiram legistas que romperam com essa regra? Seus laudos cadavéricos eram considerados ou descartados para a conclusão da *causa mortis* de um falecido? É possível ter acesso a esses documentos durante o período democrático que vivemos e após a expiração de seus prazos de sigilo?

Algumas considerações serão feitas sobre a narrativa da imprensa acerca do caso e como o próprio José Nogueira, no ofício de jornalista se caracterizava. Não pretendo com esta dissertação criar heróis, nem tratar as fontes como documentos-monumentos, retratos da “verdade” de uma época. É importante frisar o afastamento que essa dissertação deseja ter da ideia de José Nogueira como mártir, pessoa incorruptível ou de moral ilibada. Em período não especificado, o *Diário Carioca* sugere que José Nogueira tenha sido intermediário de propinas pagas a jornalistas pelo IBAD e o MAC, mas desistiu dessa função posteriormente. Atitude que teria provocado a ira dos periodistas que passaram a exigir mais dinheiro dessas instituições.⁴² Isto pode explicar como Nogueira sabia de tantas informações sigilosas do IBAD e do MAC, além dos motivos desses institutos supostamente estarem descontentes, a ponto de, possivelmente, desejarem a sua morte.

Com relação à narrativa dos jornais e periódicos sobre o “caso José Nogueira”, usarei o texto “*Verdades de autobiografia e diários íntimos*”⁴³ como base para uma análise mais precisa dessas fontes. Especificamente o momento do texto que aborda ocasiões em que o narrador tem uma relação próxima com o personagem citado no texto, seja de amizade ou amorosa.

⁴¹ Entendo que a categoria “mortes políticas”, quando acionada para fazer menção aos mortos por agentes repressivos durante a ditadura, refere-se às pessoas que desempenhavam alguma atividade de oposição ao regime autoritário. Tenho ciência de que o perfil de Nogueira não se enquadra nesta categoria e sua morte, inclusive, aconteceu antes do golpe de 1964. Contudo, acredito que as causas da sua morte podem estar vinculadas à motivação política, em decorrência das informações que divulgava com implicação para a trajetória política de pessoas, com maior ou menor visibilidade política.

⁴² *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

⁴³ CALLIGARIS, 1998.

O autor destaca que, muitas vezes, o narrador buscando atribuir credibilidade ao seu relato, descreve detalhadamente os acontecimentos de um dia em que esteve presente com o personagem principal. Quanto mais minucioso, maior o grau de convencimento do leitor, pois este sabendo que os dois tem uma relação pessoal próxima penderia a acreditar que os detalhes daquela narrativa seriam verdadeiros. Contardo Calligaris define este comportamento como a superioridade da sinceridade diante da verdade como valor de atração do leitor contemporâneo. Em algumas fontes jornalísticas que retrataram o “caso José Nogueira” se enxerga isso. É importante destacar que os artigos no *Diário Carioca*, *Diário da Noite* e *Última Hora* sobre os antecedentes da queda e detalhes da morte de Nogueira foram escritos por amigos íntimos da vítima, jornalistas de destaque na época.

Berilo Dantas, no *Diário Carioca*,⁴⁴ descreve minuciosamente e cronologicamente o passo-a-passo de José Nogueira no dia anterior a sua morte. O encontro de Berilo e Nogueira na redação do *Diário Carioca* às 10:00, a ida ao Ministério da Marinha conversar com o filho do ministro, o almoço com colegas jornalistas no restaurante Rio Minho, o momento em que se despediu de Nogueira às 16:00 e soube que ele iria a uma tabacaria, antes de se aprontar para festa de casamento à noite. Todos esses quesitos contribuem para conferir uma legitimidade a seu discurso. O fato de estar com a vítima horas antes da sua morte e a descrição praticamente de 4 em 4 horas da rotina de José Nogueira seduz o leitor para que não desconfie da veracidade do que foi relatada pelo autor do artigo/testemunha.

Em outros momentos percebemos a própria vítima do crime tentando através da narrativa na imprensa, já que José Nogueira também era jornalista, conferir-lhe um status de herói, patriota, pessoa honesta e íntegra que arrisca a sua vida em prol do bem-estar da nação. José Nogueira escreve na matéria “*O que a nação agora vai saber*” que publicou no *Tribuna de Notícias*, denunciando Joaquim Metralha da CBAC:

Quando me disponho a denunciar à Nação brasileira a ignominiosa traição perpetrada por indivíduos que, a soldo de potências estrangeiras vivem solapando os mais sagrados interesses político-sociais do país e faço com o espírito de bom brasileiro que não deseja ver a sua pátria jogada a fêrula de pardos reacionários, embora sabendo que me irá expor ao risco de perder a própria vida.⁴⁵

⁴⁴ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

⁴⁵ *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC-FGV. Classificação: JG vpr 1959.00.00/2.

Em matérias de amigos jornalistas que retrataram sua biografia, colocam Nogueira neste posto de herói também, relegando o episódio de mediador de propina do IBAD. Berilo Dantas escrevendo em tons épicos: “*Aos amigos era capaz de ceder o paletó e aos inimigos não media armas nem atitudes*” e “*Aqui vai um bravo*”.⁴⁶

Esta análise de narrativa pode ser relacionada com a perspectiva de Alessandro Portelli ao destrinchar as memórias abafadas dentro da “memória subterrânea”, daqueles que não tinham voz na história de Civitella.⁴⁷ A memória da cidade que sofreu um massacre que vitimou 115 pessoas devido ao assassinato de três oficiais nazistas pela Resistência Italiana estava dividida. Parte da cidade tratava os falecidos como mártires da liberdade. Já os sobreviventes, familiares e viúvas das vítimas eximiam os nazistas de responsabilidade e culpavam a Resistência pelo ocorrido. O autor mostra as omissões, silenciamentos e distorções desta memória enquadrada e como ela é simbólica para entender o presente daquela cidade, que registra um crescimento da simpatia pela extrema-direita e um afastamento temporal das novas gerações com aquele acontecimento.

Portelli enfatiza que o mito não é uma história inventada, mas a amplificação de um fato, o cristalizando como a verdade. Guardadas as devidas considerações, pode-se considerar que o registro de ocorrência feito pela Polícia Civil do Rio sobre a queda de José Nogueira de seu apartamento insinua isso.⁴⁸ Partiu de uma afirmação verossímil (a ingestão de bebidas alcoólicas por Nogueira) do proprietário do apartamento onde Nogueira residia, porém, descontextualizada. Buscou-a petrificar como uma ação constante do indivíduo e por isso a única possível de ocorrer naquele dia, desconsiderando a perícia do local da queda ou impressões digitais do apartamento.

O livro organizado por Carla Pinsky denominado “O historiador e suas fontes”⁴⁹ norteou as formas de análise das fontes nessa pesquisa, principalmente nesses três tipos de documento: o inquérito, os laudos cadavéricos e a certidão de óbito. Primeiramente, esclareço que não é papel do historiador elucidar o crime ocorrido, mas investigar e analisar o processo de registro

⁴⁶ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum*. In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

⁴⁸ O registro de ocorrência nº526/63 foi feito um dia após a queda, fazendo a polícia dar o caso como encerrado. Baseou-se no depoimento do companheiro de apartamento de Nogueira, Fernando Moreira, que o agente secreto costumava sentar no parapeito da varanda e beber bebidas alcoólicas. Em função disso, teria se acidentado.

⁴⁹ PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

dos acontecimentos aos documentos oficiais: sejam eles policiais, militares ou judiciais. Observar o que se perde, omite, falseia ou acrescenta nessas escritas enquadradas em um formato institucional.

A minha intenção era analisar como fontes primárias o inquérito nº 461/63⁵⁰ e os dois laudos cadavéricos do corpo de José Nogueira: um produzido pela Polícia Civil e outro pela Marinha. Porém, o inquérito não foi encontrado no arquivo do Poder Judiciário e nem pela Chefia da Polícia Civil, como relatei anteriormente. Judicialmente, tento ter acesso aos dois laudos cadavéricos, mas mesmo ganhando em segunda instância o direito de acessar o laudo do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, não me viabilizaram esta fonte.⁵¹ Sendo assim, as análises documentais destas fontes serão feitas de forma secundária, através do relato desses registros em jornais da época.

Entenderei o inquérito como a reunião de depoimentos das testemunhas e suspeitos para o alcance de uma verossimilhança do acontecimento. Como constata Keila Grinberg,⁵² é o momento em que a polícia se prepara para ouvir diversas “ficções” e identificar contradições para uma melhor apuração dos fatos. É o que aparece no *Última Hora*⁵³ a respeito do colega de apartamento de Nogueira. Depondo ao delegado Iolando Pereira da Costa do 3º Distrito Policial, Fernando caiu em contradição ao dizer, primeiramente, que havia chegado de uma festa de casamento junto com Nogueira na noite do crime e posteriormente disse que no momento da queda estava dormindo. A queda se deu poucos minutos depois da chegada de Nogueira da festa.⁵⁴

Esses depoimentos também não devem ser lidos como as “vozes da memória subterrânea”, de atores sociais que finalmente terão a oportunidade nos documentos policiais de deixar registradas suas falas de forma integral. Quem descreve o que elas relatam é um escrivão, um agente oficial do Estado. Sendo assim, modificando, involuntariamente, expressões, entonações e detalhes do depoimento, em geral.

⁵⁰ *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

⁵¹ Entrei com um mandado de segurança em setembro de 2017 e o Tribunal de Justiça me concedeu decisão favorável em primeira e segunda instância. Mesmo transitado em julgado, continuo em conjunto com a juíza Maria Tereza Pontes Gazineu, os esforços de fazer valer a ordem judicial, pois a Polícia Civil não me forneceu cópias do documento pedido ainda.

⁵² GRINBERG, Keila. In: *A história nos porões dos arquivos judiciários*. PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 127.

⁵³ *Última Hora*, 01 de agosto de 1963.

⁵⁴ Idem, Ibidem.

Além disso, Grinberg enfatiza que um processo criminal, independente de qual fase estiver, não deve ser analisado por si só, e sim acompanhado de uma conjuntura macroespacial que possa dar mais subsídios nas identificações de silenciamentos, lacunas da história e suas entrelinhas.⁵⁵

Conseguí a certidão de óbito em meados de 2017, no Cemitério São Francisco Xavier, no Cajú. A importância da obtenção dessa fonte é o registro da *causa mortis* de José Nogueira: *fratura do crânio, contusão cerebral, hemorragia subdural e ventricular*. Neste trecho que é escrito através das conclusões do laudo cadavérico feito pelo legista policial, pode-se observar uma tentativa de associar a morte de Nogueira à queda e assim sugerir a possibilidade de acidente.

Entendendo que a criação de uma fonte policial pode ter vínculo com pressões de superiores hierárquicos para a camuflagem de evidências que levam ônus aos seus pares ou aliados, a leitura a contrapelo, presente nos estudos de Ginzburg,⁵⁶ torna-se necessária. As conclusões dos laudos cadavéricos de Manoel Seve Neto e Brás Itapaci Magalhães que confirmaram sua morte por paralisia nos rins⁵⁷ sugerindo a existência de tortura seguida de tentativa de homicídio, evidenciam o contraste entre o parecer dos laudos cadavéricos com a certidão de óbito.

Se interpretássemos a *causa mortis* da certidão de óbito como “verdade absoluta” escrita em um documento oficial por profissionais juramentados com a veracidade das informações prestadas, nos afastaríamos cada vez mais de uma análise mais apurada do “caso José Nogueira”.

Considerando o “caso José Nogueira” como um episódio controverso na história policial brasileira, não seria surpreendente identificar circunstâncias em que atores sociais se incomodaram com a publicidade do ocorrido. Sendo assim, observaremos alguns silenciamentos de uma testemunha desta história no instante em que foi confrontada sobre trechos específicos da investigação do caso. Utilizarei os estudos de Michel Pollak para referendar os pontos de silenciamentos e não-ditos.

⁵⁵ PINSKY (org.), 2012. p.130-2

⁵⁶ GINZBURG, Carlo. *O Inquisidor como antropólogo*. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.1, n.21, 1990-1991.

⁵⁷ *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

Pollak⁵⁸ disserta sobre os silenciamentos e não-ditos existentes em entrevistas com testemunhas, sobreviventes ou familiares de certos eventos traumáticos de repercussão mundial. Ele conclui que isto ocorre devido à conjuntura sócio-política do presente que influencia no depoimento do entrevistado, ou seja, uma revelação de um acontecimento do passado pode gerar incômodos para pessoas físicas ou jurídicas que possam o prejudicar atualmente. Assim, um mecanismo de defesa seria o silenciamento.

As dificuldades encontradas na Polícia Civil e Marinha que embarreiram a liberação de documentos do caso José Nogueira serão relatadas. Desvios do cumprimento da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11⁵⁹ serão observados quando mencionar as buscas que fiz em seus respectivos arquivos para ter acesso à documentação do ex-informante do CENIMAR.

Pollak se insere na contramão do Maurice Halbwachs,⁶⁰ um dos pioneiros nos estudos da memória, privilegiando as memórias subterrâneas em detrimento de uma memória coletiva uniforme, legitimadora da “história oficial”. Mesmo em grupos que considerem suas memórias opostas à memória tradicional, há silenciamentos e enquadramentos de discursos dissonantes ou que constroem este coletivo. Existem pessoas autorizadas ou não a falarem a respeito de um coletivo. Não há uma memória coletiva homogênea, e sim “memórias enquadradas”. A tentativa de emergência de versões conflitantes da memória majoritária de um grupo será nomeada por Pollak como “batalhas de memória”.

Cenário diferente do que ocorria no pré-1964, quando a esquerda era presente ideologicamente no posicionamento de ministros e comandantes leais a João Goulart, como Pedro Paulo Suzano e Cândido Aragão. Cita-se também o surgimento da Associação Nacional dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) com o intuito de garantir direitos dos marinheiros de baixa patente e fuzileiros navais, incluindo assistência social.⁶¹

A preocupação das Forças Armadas em reter documentos que comprovassem a ligação de seus membros em casos de tortura, assassinato e desaparecimentos aumentou com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Temendo revelações sobre a ditadura civil-militar

⁵⁸ POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio”, Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

⁵⁹ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, Distrito Federal, novembro de 2011.

⁶⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

⁶¹ FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil/ Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 325-6.

de 1964, encontra-se muita dificuldade na procura de documentos relacionados ao ex-agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Histórias como essa, que trazem o envolvimento da vítima com personalidades da esquerda política brasileira e atuação nos serviços secretos da Marinha nesse período são devidamente ocultadas.

Já nos grupos identificados com a esquerda acredito que José Nogueira não tenha sido citado como uma figura de resistência até hoje por desconhecimento da história, já que se trata de um tema não explorado na historiografia.

A análise cronológica e sistemática de Lucas Figueiredo sobre as influências do meio militar entre os presidentes civis brasileiros após 1985 será utilizada para melhor compreender os entraves de acesso documental na Marinha.⁶² A recusa em liberar seus documentos entende-se como a necessidade institucional de autoproteção. O fator hierarquia e a valorização do indivíduo dócil e acrítico revelam as causas da falta de transparência documental. A afirmativa de Lucas Figueiredo de que o Poder Militar está acima e não subordinado ao Poder Civil no Brasil, explica as barreiras impostas pelos militares à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11. Desde a redemocratização, todos os presidentes civis, incluindo Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff estabeleceram relações políticas com as Forças Armadas, que resultaram, por exemplo, na manutenção de poder da instituição militar na não liberação de documentos que se relacionam à ditadura civil-militar de 1964-1985, mesmo após os trabalhos das Comissões da Verdade⁶³.

Pollak usa o termo “*historiadores da casa*”⁶⁴ para se referir aos pesquisadores privilegiados pelas instituições arquivísticas de determinados órgãos por terem pensamentos e visões semelhantes a eles. Assim, um acesso amplo e menos castrador é destinado a especialistas que assumam esta postura. Esta prática também é caracterizada como um enquadramento.

Exatamente o que ocorre na Marinha quando se pesquisa assuntos que envolvam afronta aos direitos humanos, como é o “caso José Nogueira”. A temática da pesquisa influencia decisivamente no êxito da busca por documentos. Desde 2015, nas minhas idas ao Serviço de Documentação da Marinha, ouvia este tipo de pergunta de arquivistas e outros servidores das

⁶² FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁶³ FIGUEIREDO, 2015. 74-132.

⁶⁴ POLLAK, Michel. *Memória, esquecimentos, silêncio*. Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989. p. 10.

Forças Armadas: “*É sobre 1964 que você quer pesquisar?*”, implicitamente sugerindo um desagrado combinado com impossibilidade de conseguir qualquer documento do período compreendido entre 1964 e 1985, ou próximo a ele.

Não só a temática influencia na pesquisa, como também a aparência física. Adriana Barreto notava o quanto ela causava estranhamento no quartel da Polícia Militar e no Palácio Duque de Caxias, por ser mulher. Ela descreve que mulheres militares com o estilo mais rigoroso, firme e “menos femininas” eram mais respeitadas⁶⁵. Menciona até que mudava seu linguajar, utilizando expressões usadas no jargão militar como “*prestar contas ao meu superior*”⁶⁶, visando causar proximidade com seus interlocutores.

No meu caso, a própria formalidade do ambiente me “forçou” a ir aos arquivos com barba raspada ou bem aparada, de preferência com óculos e camisa social. Reparei ao longo dos anos que sempre me preparava esteticamente para ir aos ambientes militares, abandonando roupas de cor vermelha, usando penteado mais comedido e escondendo minha tatuagem. Acredito que esses pequenos detalhes fazem diferença no contato com militares, já que meus pedidos documentais eram de temas bastante sensíveis a eles. Portanto, evitava qualquer característica que sugerisse “provocação”.

O silêncio de Zuenir Ventura, atual colunista do jornal *O Globo*, também é tratado na dissertação. José Nogueira era seu informante no *Tribuna da Imprensa* no início dos anos 1960 e, até hoje, o jornalista mantém um comportamento de afastamento em relação a história. Das pessoas identificadas no que chamo de “caso José Nogueira”, Ventura é a única que ainda está viva e que tinha uma relação mais próxima com ele. As fontes sugerem que ele foi ameaçado de morte, caso revelasse informações que José Nogueira o repassara. Não foi especificado qual teor do conteúdo das informações. Isto consta na ata do depoimento de Genival Rabelo⁶⁷ na CPI do IBAD⁶⁸.

Uma das minhas intenções era fazer uma entrevista com Zuenir Ventura para esclarecer esta situação. Porém foi refutada em duas oportunidades. A primeira tentativa foi por intermédio de um jornalista da Rede Globo, meu amigo pessoal, que conseguiu seu número de

⁶⁵ SOUZA, 2009. p. 203.

⁶⁶ SOUZA, 2009. p. 204.

⁶⁷ Genival Rabelo foi o fundador da Revista PN – Política e Negócios em 1942 e presidente da Associação Brasileira de Propaganda (ABP) em 1955. Denunciou em suas revistas a infiltração do capital estrangeiro na imprensa brasileira entre 1961 e 1964. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, ABP, 2007. p.207.

⁶⁸ BRASIL. Ata do depoimento de Genival Rabelo à CPI do IBAD-IPES. Brasília, 18 de julho de 1963.

telefone. No primeiro contato, somente ele conversou com Ventura que disse não lembrar de José Nogueira e da situação. O segundo contato foi feito por mim. Sua esposa atendeu e não permitiu que falasse com Ventura, alegando que ele se recuperava de uma operação médica. Eu manifestei o desejo de agendar um encontro para lhe mostrar o material, porém ela pediu que enviasse o artigo que publiquei sobre Nogueira na revista virtual “*Memória, Justiça e Verdade Re-vista*”⁶⁹ por e-mail, mas não obtive resposta.

⁶⁹ Revista eletrônica produzida pelos filhos e netos dos mortos e desaparecidos da ditadura militar brasileira de 1964.

Imagem nº 2 – Ata do depoimento de Genival Rabelo à CPI do IBAD-IPES.

que os recursos empregados nas mesmas não podem ser exclusivamente nacionais; que o homem de imprensa deve guardar sigilo quanto aos informantes, visto que estes correm até risco de vida; declarou a seguir que afirma-se que o IBAD estaria de, digo, salpicando de sangue a sua Ação; diz-se que o Senhor José Nogueira teria se suicidado. Há um depoimento, digo, uma informação do Senhor Carlos Ventura, da Tribuna da Imprensa ao Senhor Pedro Miler, do Jornal do Brasil, segunda a qual o de cujus pouco, digo, segundo a qual ele - Ventura - estaria ameaçado de morte se repetisse as mesmas informações que foram prestadas pelo Senhor José Nogueira; que o depoente recorda-se de fato ocorrido em 1954, quando por interferência do Senhor Ivan Hasslocher foi cortada a publicidade da Texaco na revista PN, concedida através da agência

Fonte: BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e IPES. Depoimento de Genival Rabelo a CPI em 18/07/1963. Brasília, 1963.

Zuenir Ventura foi convocado a depor na CPI do IBAD-IPES sobre a morte de José Nogueira pelo deputado João Dória,⁷⁰ em julho de 1963, porém no dia previsto requisitou mais tempo para reunir dados e informações e o depoimento foi adiado para o dia 14 de agosto de 1963.⁷¹ Seu pedido foi acatado, mas o depoimento nunca foi prestado.

Influenciado pela abordagem da História-problema⁷² de Marc Bloch e a interdisciplinaridade da *Escola dos Annales*⁷³ pretendo colocar o sujeito no centro da pesquisa historiográfica, relegando o passado por si só como objeto histórico e estabelecendo a hipótese como fator condicionante da análise historiográfica.

Gostaria de compreender melhor como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) pôde ter como instituições subsidiárias, movimentos paramilitares anticomunistas como o Movimento Anticomunista (MAC), autor de atentados terroristas como o metralhamento da sede da UNE, em 1962, e a explosão de bombas na Missão artística soviética no mesmo ano.⁷⁴ Por que o IBAD era acusado na CPI de homicídio, por motivações políticas? Se o IBAD foi responsável pela morte de José Nogueira, estariam ligados ao crime políticos e empresários das multinacionais financiadoras do pleito parlamentar de 1962?⁷⁵

A minha hipótese indica que a morte de José Nogueira pode ser mais que um caso de polícia, e sim um crime de natureza política ligado a instalação da CPI do IBAD-IPES, em 1963. Há indícios de que Nogueira participou de movimentos de extrema-direita e posteriormente, denunciou essas organizações para políticos de ideologia antagônica, além de revelar segredos sobre elas à imprensa de linha editorial pró-João Goulart, como nomes de alguns integrantes. O surgimento de versões conflitantes da morte de Nogueira na mídia, em documentos militares e policiais abre uma brecha para a sustentação dessa hipótese.

⁷⁰ Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES. Ata da 13ª reunião realizada em 23 de julho de 1963. p.270. Brasília, Distrito Federal.

⁷¹ Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES. Ata da 17ª reunião realizada em 8 de agosto de 1963. p.529. Brasília, Distrito Federal.

⁷² BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 26.

⁷³ BURKE, 1997. p.27. A Escola dos Annales surgiu no final da década de 1920, com o intuito de romper com a escola historiográfica acontecimental rankiana, que privilegiava grandes personalidades e uma história essencialmente política.

⁷⁴ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Movimento Anticomunista”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-anticomunista-mac>.

⁷⁵ DREIFUSS, 1981. p.331.

A dissertação resume-se em apresentar novas versões para o “caso José Nogueira” que se contrapõe a versão oficial, descartando exclusivamente um viés policial para a morte do ex-jornalista e sugerindo a possibilidade de um crime político. No capítulo I apresentarei a trajetória de minha pesquisa, desde o encontro com a denúncia nas atas da CPI do IBAD-IPES, passando por todas as tentativas de acesso documental. Farei uma análise de documentos como o registro de ocorrência do caso José Nogueira, os achados em periódicos na Biblioteca Nacional e o uso do software The Space como ferramenta na descoberta de documento que compromete Joaquim “Metralha” de crimes na conjuntura pré-1964. Também relatarei a luta judicial contra Polícia Civil no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. No capítulo II farei um debate bibliográfico sobre o incipiente material acadêmico produzido sobre a Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) dentre elas: o clássico livro de René Dreifuss “1964: A conquista do Estado”⁷⁶ e o livro escrito por um dos deputados criadores da CPI do IBAD-IPES, Eloy Dutra (PTB-GB) chamado “IBAD: sigla da corrupção”.⁷⁷ Paralelamente, procurarei analisar a CPI do IBAD-IPES para propiciar uma maior contextualização ao caso, inserindo-o no contexto do Governo João Goulart e das desestabilizações sofridas pelo presidente por grupos conservadores e as elites empresariais. No capítulo III desenvolverei o caso José Nogueira e trechos de sua biografia, tão marcada por silenciamentos de personagens da época e da atualidade e pela falta de cooperação junto a alguns arquivos. Abordaremos sua chegada ao Rio de Janeiro vindo do Ceará, seu perfil controverso e os fatos que antecederam a queda de seu apartamento no dia 3 de março de 1963.

1) Capítulo I – A busca documental sobre o “caso José Nogueira”

Nos anos de 2010 e 2011 elaborei uma monografia para a conclusão da graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho, analisei em detalhes, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as ilicitudes cometidas pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em 1963.⁷⁸ Ao ler a ata do Diário do Congresso Nacional sobre a CPI encontrei o seguinte parágrafo escrito pelo deputado suplente Geremias Fontes do Partido

⁷⁶ DREIFUSS, 1981.

⁷⁷ DUTRA, 1963.

⁷⁸ OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): uma CPI esquecida. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Democrata Cristão (PDC-RJ): “*Por algumas perguntas tornou-se admissível que um jornalista tivesse sido morto em trama misteriosa sob a influência criminosa do agente do IBAD.*”⁷⁹

Como estava no final da monografia, fiz apenas uma menção ao caso José Nogueira no trabalho de conclusão de curso e me comprometi a pesquisar com mais profundidade para que os dados coletados gerassem uma dissertação de mestrado no futuro.

1.1 – Os jornais da Biblioteca Nacional

A afirmação registrada na ata da CPI do IBAD causou-me incômodo e estranhamento. A partir daí, comecei a buscar informações sobre o jornalista e as possíveis razões de sua morte. Até então, desconhecia seu nome, funções e locais onde trabalhava. O melhor lugar para encontrar algo sobre um jornalista seria a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e assim fui pesquisar em seu banco de dados e jornais. Imediatamente, espantei-me de não constar o nome do jornalista em suas fichas. Consegui exemplares do jornal *O Semanário*, de 1963,⁸⁰ e assim pude saber sobre os primeiros detalhes de sua morte. A edição da última semana de julho de 1963 não indicava a data da morte, mas relatava o local do crime, a confidência de Nogueira a amigos de que uma semana antes da queda sua casa havia sido assaltada e as ameaças de morte a um amigo de Nogueira na imprensa, Fabiano Vilanova Machado, e a seu irmão, Geraldo Majella Nogueira.

Durante meses acreditei que o restante da imprensa tinha ignorado a morte de Nogueira por conta de uma errata de *O Semanário*. O artigo do jornal indicava que o jornalista havia morrido em “*fevereiro pp.*”⁸¹. Descobri que “*pp*” era a abreviação de “passado próximo” e comecei a pesquisar em todos os jornais por crimes cometidos em fevereiro de 1963. Na época, a pesquisa na Biblioteca Nacional era feita manualmente, então folheava os jornais da época ou acessava seu conteúdo através das microfilmagens.

Em determinado momento optei por pesquisar um mês antes da data indicada e um mês depois. Foi assim que achei matérias que citavam a queda de José Nogueira do apartamento onde morava na Cinelândia, em 3 de março de 1963, além de conteúdos sobre o IBAD, incluindo uma notícia veiculada pelo *Última Hora*, em que Eloy Dutra⁸² contava ter sofrido

⁷⁹ Diário do Congresso Nacional, dezembro de 1963. Seção I. p. 9942.

⁸⁰ *O Semanário*, nº 343, 25-31/07/1963.

⁸¹ *O Semanário*, 25-31 de julho de 1963.

⁸² Eloy Dutra foi o principal incentivador para a criação da CPI do IBAD-IPES. Tinha José Nogueira como seu informante e escreveu o livro “IBAD: sigla da corrupção” como forma de denunciar as atividades eleitorais ilícitas do instituto.

atentados durante o período que compunha a mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito.⁸³ O trabalho de consulta aos periódicos, sem ferramentas de conteúdo digitalizado me fez negligenciar despropositadamente algumas matérias. Sem muitos detalhes da queda e morte, abandonei a pesquisa por alguns anos e voltei meus esforços para outras atividades.

1.2 – A tecnologia em favor da pesquisa

Em 2015, a pesquisa ganhou um novo fôlego. Tomei conhecimento de que a Biblioteca Nacional havia criado uma página virtual chamada Hemeroteca Digital. Qualquer pessoa poderia pesquisar os jornais e revistas digitalizados pela Biblioteca Nacional através da busca de palavras-chave, termos indexadores e de filtros específicos como: ano de publicação, local, nome do periódico, entre outros.

Esta ferramenta tecnológica foi decisiva para a retomada da pesquisa do “caso José Nogueira”, visto que localizei diversos artigos nos jornais: *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Brasil Urgente*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*. Eram matérias que forneciam detalhes sobre o crime e explicavam os bastidores da queda. Além do alcance de possibilidade de localização, a rapidez na busca de informações abriu um leque maior de acesso a períodos anteriores e posteriores à tragédia. Testemunhas, possíveis beneficiários da morte de Nogueira e outros crimes relacionados puderam ser conhecidos, de acordo com os textos jornalísticos.

Dentre as publicações, atentei-me para o alto grau de detalhes da matéria do jornal *Diário Carioca*: “Crime ou acidente a morte do informante do Serviço Secreto da Marinha?”⁸⁴ O jornalista e amigo pessoal da vítima, Berilo Dantas descreveu toda a trajetória de José Nogueira antes do retorno da festa de casamento que resultaria na queda do apartamento na Rua Juan Pablo Duarte. Testemunha desses acontecimentos, revela confidências de Nogueira, características pessoais e eventuais responsáveis pelo crime.

1.3 – Pesquisas sobre documentos da Marinha

Por, supostamente, ter sido informante do CENIMAR, fui pessoalmente diversas vezes aos arquivos da Marinha, na Praça Mauá, entre 2015 e 2017, procurar a documentação de José Nogueira. Em outras ocasiões tentei contato virtual, porém não encontrei êxito. No geral, as idas ao Serviço de Documentação da Marinha (SDM), na Ilha das Cobras, foram frustrantes.

⁸³ *Última Hora*, 12 de março de 1964.

⁸⁴ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

Insistentemente, perguntaram-me se a pesquisa tinha relação com o regime político de 1964. Não é permitido que os pesquisadores busquem de forma independente as informações desejadas no sistema de computação. É preciso preencher um formulário indicando quais nomes gostaria de pesquisar. Requisitei a busca de informações sobre as seguintes pessoas:

- José Nogueira (ou José Nogueira Leal), vítima do crime.
- Geraldo Majella Nogueira, 1º sargento da Marinha e irmão de José Nogueira;
- Silvio Heck, ex-ministro da Marinha do governo Jânio Quadros. Mencionado nas fontes de ter conspirado contra Pedro Paulo de Araújo Suzano. A denúncia foi feita por José Nogueira;
- Pedro Paulo de Araújo Suzano, ex-ministro da Marinha do governo João Goulart.

O SDM negou a existência de qualquer informação a respeito dos dois primeiros. Veremos mais adiante que será uma das provas da contradição da Marinha com o próprio material que possui em seus arquivos. Com relação a Heck e Suzano, o arquivista repassou, como de praxe, uma ficha biográfica, nos moldes do que se encontra na enciclopédia virtual *Wikipedia* com nome, filiação, nascimento, naturalidade, carreira, medalhas, entre outras informações. Registros nada esclarecedores dos questionamentos que me fazia, apenas um relatório factual do início e fim de seus serviços pela Força Naval Brasileira.

O Serviço de Identificação da Marinha (SIM),⁸⁵ responsável pela guarda de dados pessoais e produção de carteiras de identificação para todos os militares que já prestaram serviços para a Marinha também seguiu a mesma linha de resposta. Alegaram que não possuíam registros de José Nogueira naquele serviço: *“Nada a deferir, tendo em vista que o Sr. José Nogueira e/ou José Nogueira Leal, não possui registro de identificação neste Serviço”*⁸⁶.

Percebi como a hierarquia é importante nesses arquivos, quando estava no Serviço de Identificação da Marinha e perguntei ao sargento responsável pelo atendimento ao público, se ele poderia agilizar o pedido de acesso aos dados de José Nogueira. O militar respondeu: “Não é assim. Aqui existe hierarquia!”. Barreto destaca que a hierarquia é o principal norteador da vida nas instituições militares. A adaptação ou a falta de hierarquia do pesquisador civil definirá

⁸⁵ Existiram na Marinha dois SIM: o Serviço de Informações da Marinha, que era o antigo CENIMAR e o Serviço de Identificação da Marinha, que existe até hoje, responsável pela guarda e identificação dos militares navais. São departamentos de natureza diferente.

⁸⁶ Serviço de Identificação da Marinha. Resposta ao formulário de pedido de acesso à documentação de José Nogueira. Paulo Fernando Borba Garcia, Capitão de Mar e Guerra, 28 de julho de 2017.

sua posição como mais próxima de um militar ou de um civil, ou seja, mais perto de ganhar vantagens no atendimento ou sofrer mais interditos.⁸⁷

No Arquivo Geral da Polícia Militar (AGPMRJ), Barreto observou isto. Após chegar com antecedência para pesquisar, respeitar os horários de almoço e manter uma presença diária de estudo, percebeu que, gradativamente, foi ganhando regalias como: ter acesso ao arquivo antes do horário previsto, entrar em salas reservadas aos funcionários e continuar na sala de pesquisa no intervalo de almoço dos arquivistas.⁸⁸

A obra de Priscila Carlos Brandão Antunes⁸⁹ fornece um bom panorama sobre a criação e funcionamento dos serviços de inteligência no Brasil, em especial o serviço secreto da Marinha. Após 1945, a Marinha criou o Serviço Secreto da Marinha (SSM), mas só foi regulamentar o primeiro órgão de inteligência da Força Naval, em 1955, com o Serviço de Informações da Marinha (SIM).⁹⁰ Somente em 1957 passou a se chamar Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Por conta disso, presume-se que a atuação de José Nogueira no serviço secreto da Marinha se deu por volta de 1952 a 1963.

Baseando-me nesse estudo, tive a ideia de procurar um órgão especializado na Marinha de pessoal civil. Isto porque a autora afirma que os serviços de espionagem dificilmente eram feitos por militares. Diferente do que se imagina, a grande maioria dos integrantes do serviço secreto da Marinha eram civis. Os membros da Força naval não desejavam conciliar seus serviços com a agência secreta, pois atrapalharia suas carreiras militares. A arregimentação de pessoas que exerciam outras funções na sociedade civil, como a de jornalista no caso de Nogueira, servia também para reforçar o sigilo das atividades do CENIMAR. A alta cúpula da Marinha estabelecia um limite de pertencimento, pois não queria que nenhum integrante se apropriasse do órgão de inteligência para fins pessoais⁹¹.

Na obra de Antunes é possível conhecer o depoimento de Ivan da Silveira Serpa, ministro da Marinha no governo Itamar Franco no qual explica que o CENIMAR era formado majoritariamente por civis, sendo apenas seis, o número de oficiais.⁹²

⁸⁷ SOUZA, 2009. p. 213.

⁸⁸ SOUZA, 2009. p. 216-7.

⁸⁹ ANTUNES, Priscila C.B. "Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile". In: Fico, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes e Araújo, Maria Paula (orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁹⁰ ANTUNES, 2001.

⁹¹ ANTUNES, 2008.

⁹² ANTUNES, 2008. p. 219.

Sendo assim, procurei a Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCvM), em Brasília, e me informaram não constar nenhum registro sobre José Nogueira em seus bancos de dados:

Sr.Raphael,

Em pesquisas realizadas nos cadastros desta Diretoria, no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e no Banco de Dados de Pessoal da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (BDPes), participo a V.Sa. que nada foi encontrado referente ao Senhor JOSÉ NOGUEIRA, nem tão pouco, JOSÉ NOGUEIRA LEAL.

Atenciosamente,

Izabel Maria do Carmo dos Reis
Encarregada da Divisão de Controle
Diretoria do Pessoal Civil da Marinha⁹³

A mesma resposta foi dada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e pelo Centro de Inteligência da Marinha (CIM). Curiosa a resposta do CIM, visto que participou das investigações do “caso José Nogueira”:⁹⁴

Prezado Raphael Oliveira,

Em atendimento à sua solicitação, participo que não foi encontrado registros em nossos arquivos, referente a José Nogueira Leal.

Att,

SC José Antônio Araújo Alves⁹⁵

Retornei em 2017 ao SDM e recebi um tratamento diferente no setor de documentação. Não creio que tenha sido fruto dos pedidos de acesso documental. A sorte de encontrar arquivistas mais solícitos me propiciou o primeiro documento sobre José Nogueira com o carimbo da Marinha. Nas idas anteriores ao SDM, somente me entregaram um formulário para descrever o objeto de estudo, dados pessoais e o termo de compromisso. Em 2017, o arquivista me levou até a sala de consulta e apresentou dois grandes livros, espécie de manuais para consulta à documentação de cada departamento. Encontrei uma seção exclusivamente destinada ao Hospital Central da Marinha (HCM). Em seguida, pedi a microfilmagem⁹⁶ referente aos

⁹³ Resposta por e-mail da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (DPCvM) ao pedido de acesso documental de José Nogueira. Izabel Maria do Carmo dos Reis, Brasília, 03 de agosto de 2017.

⁹⁴ *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1963. p.2

⁹⁵ Resposta por e-mail da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) ao pedido de acesso documental de José Nogueira. José Antônio Araújo Alves, Rio de Janeiro, 24 de julho de 2015.

⁹⁶ A lei 5.433/68 concede às microfilmagens o mesmo efeito legal de documentos originais.

leitos de quarto e encontrei o registro da internação de José Nogueira, entre 4 e 13 de março de 1963. O registro confere a categoria de civil à José Nogueira. Acredito que ele só pode ter entrado em um hospital militar como civil, pois foi transferido pessoalmente pelo Ministro da Marinha, Pedro Paulo de Araújo Suzano, do Hospital Souza Aguiar para o Hospital Central da Marinha.

Imagem nº 3 – Registro de internação de José Nogueira no Hospital Central da Marinha.

FÓLHA B

Página 95

RESERVADO

HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA
NAVIÓ DO ESTABELECIMENTO
ILHA DAS COBRAS - RIO DE JANEIRO, GB

(LOCAL)

Em 5 de Março de 1963
Dia da Semana Terça-feira

Horário de 0000 às 1200 - 1; 2 e 3 xxx 4 - Luzes normais, energia elétrica fornecida pela Cia. Luz e Força do Rio de Janeiro xxx 5 xxx 6 - Comprida xxx 7 - Presença de disposição de justiça baixados à 1ª Enfermaria: 28 3L-MC n. 59.0211, José Avelino da Silva; 34 3L-1 n. 59.0590, Evandro Menezes Cruz; 34 3L-Ref., José Aristóbolo de Aguiar; 34 3L-Ref., Raimundo Reis Pereira de Oliveira xxx 8 xxx 9 - 915 rapões, sendo 322 aditados xxx 10 - Baixas: Civil - José Nogueira, procedente da sua residência, para à 4ª Enfermaria, pelo SPSN; Agregado da Escola Naval - Carlos Antonio Barbosa Pereira, procedente da Escola Naval, para à 3ª Enfermaria, pelo SPSN; 14 3L-Ref.

Fonte: Hospital Central da Marinha. Livro de leitos. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro-GB, 05 de março de 1963. Reservado. Folha B, p.95. Legenda: “Baixas: Civil - José Nogueira, procedente da sua residência, para à 4ª Enfermaria pelo SPSN”.

Este documento, timbrado pelo Hospital Central da Marinha (HCM), com o nome de José Nogueira contradiz o discurso da Marinha da não existência de registros do ex-informante do CENIMAR.

O Hospital Central da Marinha evoca o artigo 31 da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11, pelo direito de sigilo a informações pessoais no período de cem anos, mas ignora as exceções à confidencialidade existente no mesmo artigo. José Nogueira não deixou filhos e todos os seus familiares estão mortos. Mesmo que algum parente estivesse vivo não poderia alegar sigilo em um caso que, supostamente, envolve tortura e assassinato, ou seja, uma afronta aos direitos humanos. As exceções do sigilo de 100 anos disposto nos incisos II, IV e V e §4º do artigo 31 da Lei de Acesso à Informação preveem:

Art.31 – O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como as liberdades e garantias individuais

§1º - As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I – terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção, a agente públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II – poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 3º - O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

II – à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

IV – à defesa de direitos humanos; ou

V – à proteção do interesse público e geral preponderante.

§4º - A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância. (LAI nº 12.527/11)⁹⁷

⁹⁷ JARDIM, Rodrigo Guimarães. *O sigilo dos laudos médicos nas perícias oficiais (Lei nº 8112/90)*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-sigilo-dos-laudos-medicos-nas-pericias-oficiais-lei-nº-811290>. Último acesso em: 10 de dezembro de 2018. “Os laudos médico-periciais, realizados para análise da concessão de licença para tratamento de saúde do servidor público (Lei nº 8.112/90), são sigilosos, mas esse sigilo não é absoluto. Diante da diferenciação feita pelo Código de Ética Médica entre sigilo médico-paciente e sigilo dos prontuários médicos e da posição manifestada pelo Conselho Federal de Medicina, o acesso aos laudos médico-periciais pelo juiz, pelo advogado da União e pelo procurador da República é uma exceção ao sigilo médico, estando essas autoridades legalmente autorizadas a requisitá-los no exercício das suas atribuições.”

Além disso, o Hospital Central da Marinha (HCM)⁹⁸ alegou que só se tem acesso à documentação através do Número de Identificação de Pessoa (NIP), um número de registro que todo servidor da Marinha possui. Sem ele, não seria possível a busca através do nome ou dados pessoais da vítima. Como um civil pode saber o número de registro de um militar? Se todo militar tem um NIP, por que a Marinha não libera o acesso a um livro de registros dos NIPs dos servidores? Ademais, em nenhum momento da pesquisa sugeri que algo de inescrupuloso tenha acontecido no hospital militar. José Nogueira foi levado para o HCM pelo Ministro da Marinha⁹⁹. O seu estado já era bem crítico, dificilmente sobreviveria. Com isso, não entendo o motivo de tanto mistério e resguardo na liberação dessa documentação. Ela serviria para dar mais embasamento empírico para a pesquisa e detalhamento de seus últimos dias de vida.

1.4 – Pesquisas na documentação da Polícia Civil

Os próximos passos foram no sentido da procura por registros do caso José Nogueira na Polícia Civil do Rio de Janeiro. No mínimo três documentos podem estar em posse dessa instituição: a) o registro de ocorrência nº 526/63 do 3º Distrito Policial. b) o inquérito nº 461 de 22 de julho de 1963 e c) o laudo cadavérico de José Nogueira feito pelo legista da Polícia Civil, Manoel Seve Neto.

Em 22 de setembro de 2016, agendei uma pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) esperando encontrar informações importantes sobre personagens principais e secundários da história, já que este arquivo guarda grande parte de fichas e documentos policiais sigilosos dos anos 1950 e 1960. Havia a possibilidade de o inquérito nº 461/63 referente ao “caso José Nogueira” estar no local. Entretanto, nenhuma informação consistente, que levasse a novas interpretações sobre o crime, foi encontrada.

Além do inquérito policial, solicitei a pesquisa de “Geraldo Majella Nogueira”, “Joaquim Miguel Vieira Ferreira”, “Mauricio Gaze”, “Carlos Moreira de Araújo”, “Serviço Secreto da Marinha”, “Tribuna de Notícias” e “Pedro Paulo de Araújo Suzano”. As arquivistas conseguiram encontrar nos documentos citações desses nomes. Apesar de serem exatamente as

⁹⁸ FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Niterói: UFF, 2005. O Hospital Central da Marinha se localiza na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro. Durante a ditadura militar de 1964-1985, a Ilha das Cobras serviu como local de prisão e tortura de opositores políticos do regime militar.

⁹⁹ *Última Hora*, 19 de julho de 1963.

peessoas que pesquiso, os registros se referiam a assuntos de outra natureza. Já em outros casos, eram homônimos.

Nas minhas idas aos Institutos Médico-Legal e Cidade da Polícia foi recorrente a pergunta ilegal e intimidatória: “*Você está pesquisando sobre 1964?*”, assim como ocorreu na Marinha. A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11 veda esta atitude no Artigo 10, parágrafo 3º:

Art.10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art.1º desta lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Em uma ocasião, enquanto esperava pela averiguação da existência desses documentos em uma dessas instituições, um dos policiais se aproximou de mim e por um bom tempo fez críticas contundentes sobre “*esses jovens petralhas que não sabem o que é subir um morro, trocar tiro com bandido e ficam jogando contra a gente*”.

Em 2017, soube que a Seção de Microfilmagem da Polícia Civil ficava no Jacarezinho, na Cidade da Polícia. Fui até o local, preenchi formulário requisitando acesso ao registro de ocorrência, ao inquérito e ao laudo cadavérico. O arquivista me informou que inquéritos não são da jurisdição da Polícia Civil e sim do Poder Judiciário. Quanto ao laudo cadavérico recomendou a ida aos dois IML, o antigo situado na Rua dos Inválidos, 152, no bairro da Lapa e o novo na Avenida Francisco Bicalho, 300, no Centro. Entretanto, admitiu ser possível o acesso ao registro de ocorrência desde que houvesse autorização de um superior.

O pedido foi deferido e consegui uma cópia do registro de ocorrência nº526/63 original. A importância desta conquista é refutar qualquer argumentação de que esta dissertação se baseia somente em relatos de jornais com editorial favorável ao janguismo e à esquerda. Além do documento da Marinha que citei antes, agora também tenho a cópia de um documento policial que confirma os relatos jornalísticos e ratifica a efetividade de suas acusações e descrições do crime.

O documento foi escrito à mão e não foi possível fazer a tradução de algumas partes, por estar apagado ou por incompreensão das palavras escritas. Porém, grande parte do registro de ocorrência é legível e confirma o que se pode considerar negligência policial com o caso.

No registro de ocorrência percebe-se a menção sobre a espera da polícia do resultado das perícias relativas ao laudo cadavérico.

Os métodos de leitura a contrapelo são importantes neste momento para se ter uma outra interpretação da história oficial do documento policial. O registro de ocorrência relata a queda de José Nogueira do apartamento onde morava na Cinelândia e diz que Fernando Moreira, seu amigo e proprietário do local, estaria dormindo no momento da tragédia. Fernando, que não ouviu qualquer barulho até a polícia o acordar, afirmou que Nogueira costumava ingerir altas doses de bebidas alcoólicas sentado na varanda do apartamento. Por isso, provavelmente deve ter se descuidado e caído.

A Polícia Civil usa este depoimento como motivo contundente para encerrar o caso um dia depois da morte, alegando “*simples queda*”, ou seja, a morte seria oriunda de um acidente. É curioso observar no fim do registro de ocorrência a frase: “*Determinado Sr. é de inteira confiança da família do acidentado*”, como se fosse uma necessidade da polícia de cancelar a confiabilidade do relato de Fernando Moreira, que teria papel central na refutação da hipótese de homicídio, como se pode ler abaixo e na imagem do documento disponível na Imagem nº 4:

(...) esclareceu ainda que a pessoa acidentada tinha por hábito sentar-se ao muro da casa do próprio apartamento que, sendo de pequena altura e considerando o seu estado etílico, dele poderia ter caído. (...) Determinado Sr. é de inteira confiança da família do acidentado.

Imagem nº 4 – O registro de ocorrência nº 526/63

75
~~75~~
No momento em que, após
uma breve pausa, houve uma
pausa, e que, ali, neste
momento, presenciava o evento;
e, esclarecem ainda que, a per-
soa acidentada tinha por
hábito sentar-se ao lado
da cama de esposa, e
que, sendo de pequena estatura
e causador do seu estado
etílico, ele poderia ter caído,
cujo acidentado se acha
internado no H. S. A., em
estado de coma. Determina-
do S. A. é de inteira con-
fiança da família do acidentado.

Fonte: Seção de Microfilmagens da Cidade da Polícia. Registro de Ocorrência nº 526/63 do 3º Distrito Policial. –
Cidade da Polícia. Jacarezinho, Rio de Janeiro.

Diversas falhas policiais na investigação foram apontadas pelo irmão da vítima e sargento da Marinha, Geraldo Majella Nogueira, que acompanhou de perto o momento em que o Serviço Secreto do Exército e o Centro de Inteligência da Marinha¹⁰⁰ ajudaram na apuração do caso:

- Ao avistarem o corpo de José Nogueira no chão, a polícia não chamou a perícia para colher provas nas imediações da queda.
- Não fez perícia nas dependências do apartamento da vítima.
- Inexistência de buscas de suspeitos nas proximidades do crime.
- O detetive Dadaut, em depoimento ao jornal *Última Hora*¹⁰¹, admitiu o erro da polícia que não fez levantamento pericial em torno da cena do crime.
- Na primeira investigação do caso, em março de 1963, não considerou as informações do perito da Marinha, Brás Itapaci Magalhães que comunicou a polícia as queimaduras na mão esquerda, perna e outras escoriações.

Majella e Fabiano Vilanova Machado, jornalista da Tribuna da Imprensa receberam ameaças de morte quando José Nogueira estava em coma e depois de sua morte.¹⁰² Após o encerramento das diligências em 5 de março de 1963, o caso só voltaria a ser investigado em 22 de julho de 1963, através de um inquérito, como reflexo da acusação de Genival Rabelo ao IBAD e IPES pela morte de Nogueira na CPI. Manifestei meu desejo de acesso ao inquérito na Chefia da Polícia Civil, no Arquivo do Poder Judiciário, em São Cristóvão e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no Centro, porém não encontrei o documento. As informações obtidas sobre o inquérito foram retiradas dos periódicos da época.

Os laudos cadavéricos de José Nogueira feitos pela Polícia Civil e Marinha são os principais documentos para a apuração do caso, pois são registros que sugerem o assassinato do jornalista. Ademais, são documentos oficiais que ratificam o conhecimento da Polícia Civil e Marinha sobre a morte e mostram a negligência e o provável atrelamento do Estado com os criminosos, sejam eles mandantes ou executores.

¹⁰⁰ *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1963. p.2

Última Hora, 20 de julho de 1963.p.7

¹⁰¹ *Última Hora*, 23 de julho de 1963. p.2

¹⁰² *Última Hora*, 22/07/1963. p.2

Como citei anteriormente, fui aos Institutos Médico Legal na Lapa e no Centro visando obter cópias do laudo cadavérico feito pela Polícia Civil de José Nogueira. Percebi desorganização e descaso com os documentos mais antigos, em especial os anteriores a década de 1980. Mesmo funcionários de alto escalão não sabiam informar exatamente onde procurar ou o paradeiro documental. Fui aconselhado no IML novo a escrever uma carta ao Chefe da Polícia Civil requisitando o laudo cadavérico. A Polícia Civil respondeu não ser possível separar as informações pessoais das objetivas e por isso precisaria da autorização de um dos parentes da vítima para liberar o acesso ao laudo:

A ASSEJUR se posicionou no sentido de ser possível o acesso às informações objetivas do auto de exame cadavérico, mas que em relação às informações pessoais, o fornecimento só será viável após a autorização de um dos legitimados legais do falecido.¹⁰³

1.5 – O mandado de segurança, a sentença judicial e o acórdão.

Além de publicizar uma história silenciada do passado, achei pertinente resistir àqueles que dificultam o trabalho de pesquisadores no presente e não garantem o direito de verdade e justiça da sociedade como um todo. Todorov reafirma esse dever profissional de combater os fascismos do passado, sem ignorar as ameaças atuais equivalentes. O cuidado para não fetichizar o passado e ser incongruente com o tempo presente:

Outra razão para esse culto pelo passado é que ele nos permite ignorar o presente, procurando também os benefícios de uma boa consciência. Relembrar agora com minuciosidade os sofrimentos passados nos faz muito vigilantes em relação à Hitler ou Petáin, mas também nos permite ignorar as ameaças atuais – já que estas não contam com os mesmo atores, nem tomam as mesmas formas. Denunciar as debilidades de um homem vil de Vichy me faz aparecer como um bravo combatente pela memória e pela justiça, sem expor-me a perigo algum, nem obrigar-me a assumir minhas eventuais responsabilidades frente às misérias atuais.¹⁰⁴

Por isso, em 1º de setembro de 2017, entrei com um mandado de segurança contra a Polícia Civil pelo que considero ter sido abuso de autoridade, já que infringia a Lei de Acesso à Informação. Em 29 de janeiro de 2018, o Ministério Público¹⁰⁵ deu parecer favorável ao meu

¹⁰³Deliberação da Comissão de Gestão de Documentos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, instituída pela Portaria nº 599, de 14 de setembro de 2012, e alterada pela Portaria nº 770, 14 de setembro de 2016 em relação ao requerimento contido no Processo E-09/157/1730/2017. Subchefia da Polícia Civil, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2017.

¹⁰⁴ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de mémoire*. Paris: Arléa, 1995. p. 52-3

¹⁰⁵ Processo nº 0229551-43.2017.8.19.0001. 11ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. p. 115

pedido em primeira e segunda instância. Como justificativa, comparou minha luta judicial pelo laudo cadavérico de José Nogueira com um episódio jurídico famoso na Alemanha, o “*Caso Lebach*”:

A lide em apreço envolve o cotejamento de valores juridicamente relevantes – de um lado, a intimidade de José Nogueira Leal; de outro, o direito coletivo à informação e à melhor compreensão do período histórico estudado pelo Impetrante. A colidência aparente de princípios deve ser solucionada a partir da técnica de ponderação, cedendo o princípio menos relevante, à luz das peculiaridades do caso concreto, na medida em que isto for indispensável à contemplação do outro princípio implicado:

Um dos exemplos de colisão preferidos pela doutrina, dele se valendo o próprio Alexey, foi o famoso Caso Lebach. Uma emissora de televisão alemã objetivava veicular um documentário sobre o assassinato de quatro soldados que guardavam um depósito de munições do Exército daquele país, na localidade de Lebach. Este documentário mostrava imagens dos autores do crime, incluindo a de um cúmplice que, na época da elaboração do documentário, cumpria já o final de sua pena. Considerando que a transmissão do documentário faria perigar sua ressocialização, o apenado propôs ação, visando a obstá-la. A lide chegou ao Tribunal Constitucional Federal, que nela identificou um caso claro de colidência de princípios: de um lado, o preceito constitucional de respeito à dignidade humana e à intimidade; de outro, o princípio da liberdade de imprensa. Ao invés de simplesmente considerar que um princípio sobrepunha-se a outro, o Tribunal ponderou-os à luz do caso concreto, assentando que a proteção à personalidade tinha precedência sobre a “repetição de uma informação sobre um delito grave, que não corresponde já a interesses atuais de informação”, e que “põe em perigo a ressocialização do autor”. Não se tratava, assim, de uma precedência pura e simples de um princípio sobre outro, mas uma precedência à luz de peculiaridades da espécie.

Na hipótese vertente, a ausência de sucessores de José Nogueira Leal e o lapso temporal de 55 anos transcorridos desde seu falecimento relativizam a importância da garantia da intimidade. Por outro lado, a pesquisa do Autor é *prima facie* relevante, tendo em vista a usual dificuldade de obtenção de documentos acerca de agentes envolvidos em atividades sigilosas e o evidente interesse histórico de melhor aclarar as circunstâncias que conduziram à implantação do regime militar.

Diante do exposto, manifesta-se o Ministério Público pela concessão da segurança¹⁰⁶.

O procurador Marcos Maselli Gouvêa mostra no parecer que em casos onde direitos de naturezas opostas se colidem, a melhor maneira de resolução é a ponderação, considerando as especificidades de cada processo, mas fazendo com que o direito de menor relevância ceda espaço ao de maior preponderância.

Em primeira instância, no dia 20 de fevereiro de 2018, a juíza Maria Tereza Pontes Gazineu da 16ª Vara da Fazenda Pública concedeu-me acesso ao laudo cadavérico de José

¹⁰⁶ BRASIL. 11ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Parecer do processo nº 0229551-43.2017.8.19.0001. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2018.

Nogueira através de uma sentença. No dia 9 do mês seguinte, a resposta do Setor de Arquivo do IML à ordem judicial foi a seguinte:

Em continuação, informo (que) o laudo não se encontra arquivado no IMLAP. Após a mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para o Distrito Federal, foram requisitados os laudos até 1965 para a nova capital. Resumindo, aqui no Rio de Janeiro ficaram microfilmes a partir de 1966 em diante.¹⁰⁷

Se a Seção de Microfilmagens da Polícia Civil só possui microfilmes a partir de 1966, como explicar a obtenção que tive de cópia do registro de ocorrência nº 526, datado de 1963, autorizada pela própria Polícia Civil?

Conseguí no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em segunda instância o direito de acesso ao laudo cadavérico da Polícia Civil através de acórdão aprovado de forma unânime.¹⁰⁸ A decisão é definitiva, já que transitou em julgado. Agora, a ação encaminha-se para o cumprimento provisório de sentença. No dia 17 de julho de 2018, a juíza Maria Tereza Pontes Gazineu intimou a Comissão de Gestão de Documentos da Polícia Civil a entregar o laudo cadavérico em 15 dias, sob pena de busca e apreensão¹⁰⁹.

Em resposta, no dia 4 de setembro de 2018, a assessora da subchefia administrativa da Polícia Civil, Tattiana de Moraes, agora admitia a existência de laudos cadavéricos anteriores a 1966, tratando a contradição argumentativa da polícia como um descuido na análise dos microfilmes datilografados em livro. Porém continuou negando a existência de laudos cadavéricos do ano de 1963:

“Examinando a relação de filmes arquivados no Setor de Microfilmagem, constatei que a relação é datilografada, e na primeira folha consta que existem filmes somente a partir de 1966. Porém, na 11ª linha consta anotação de 1962 (escrita à caneta) a 1970. Esta fita foi examinada e foram encontrados laudos inerentes aos seguintes anos: 1962, 1966 a 1970, nada sendo encontrado no ano de 1963.”

Solicitamos mandado de busca e apreensão para a juíza, porém notamos uma certa estagnação do andamento do processo, por motivo que não podemos definir com precisão. De acordo com meu advogado, mesmo admitindo a vagarosidade natural do andamento de um

¹⁰⁷ Serviço Público Estadual. 03/PCERJ/SUBADM/78/2018. Rio de Janeiro, 9 de março de 2018.

¹⁰⁸ APELAÇÃO CÍVEL Nº 0229551-43.2017.8.19.0001. MANDADO DE SEGURANÇA. 23ª Câmara Cível. Rio de Janeiro-RJ.

¹⁰⁹ Processo: 0152633-61.2018.8.19.0001. Despacho. Intime-se a autoridade coatora para o cumprimento da obrigação de fazer imposta pelo julgado, no prazo de 15 dias, sob pena de busca e apreensão. Juíza Maria Tereza Pontes Gazineu. 16ª Vara da Fazenda Pública. Rio de Janeiro, 17 de julho de 2018.

processo judicial no Rio de Janeiro, estranhava a demora em impetrar o mandado de busca e apreensão pela juíza após quase 2 meses da última resposta policial. Como essa era a última tentativa legal de obtenção do documento e o prazo de conclusão do mestrado estava chegando ao fim, decidi encerrar as buscas pelo laudo cadavérico de José Nogueira. Além disso, minha mudança da cidade do Rio de Janeiro para lecionar em escolas municipais fora do estado contribuiu para que encerrasse essa procura.

Considerando que a busca documental de José Nogueira na justiça gerou um parecer do Ministério Público, uma sentença da 16ª Vara da Fazenda Pública e um acórdão, é válido mencionar que esta pesquisa, além de procurar registros, produz documentos sobre o “caso José Nogueira” na atualidade. Além disso, permite que o debate sobre a abertura dos arquivos dos serviços de inteligência das Forças Armadas se mantenha vivo.

O regulamento mais atual de destruição de documentos sigilosos das Forças Armadas é o Decreto 79099/77 que exige a autorização prévia de um oficial para dar fim a um registro e a lavratura de termos de destruição para documentos reservados, confidenciais, secretos e ultrassecretos. Abaixo divulgo uma tabela feita por Lucas Figueiredo sobre as obrigações militares na destruição de documentos:

Imagem nº 5 – Regras para destruição de documentos sigilosos nas Forças Armadas

| Regras para destruição de documentos sigilosos (1949-97) ^a | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|
| REGRAS | PERÍODO | | |
| | 1949-67 | 1967-77 | 1977-97 |
| Exigência de autorização oficial prévia | X ^e | X | X |
| Exigência de testemunha para acompanhar a destruição | X ^{b,e} | X ^c | X ^c |
| Exigência de lavratura de termo de destruição para documento reservado | X ^{d,e} | | X ^d |
| Exigência de lavratura de termo de destruição para documento confidencial | X ^{d,e} | X | X |
| Exigência de lavratura de termo de destruição para documento secreto | X ^e | X | X |
| Exigência de lavratura de termo de destruição para documento ultrassecreto | X ^e | X | X |
| Exigência de difusão do termo de destruição | X ^e | X | X |
| Exigência de ofício autorizando alteração do grau de sigilo | X ^e | X | X |
| Exigência de registro em livro próprio da alteração do grau de sigilo | | X | X |
| Infrações sujeitas a sanção, inclusive no campo penal | | X | X |

^a Decretos nºs 27583/49, 60417/67 e 79099/77. ^b Uma testemunha. ^c Duas testemunhas. ^d Para documentos com o carimbo "controlado". ^e A regra podia ser contornada, mas também dependia de ordem oficial.

Fonte: FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.71

A importância do acesso às cópias do laudo cadavérico de José Nogueira remete-se a adoção nessa dissertação da etiologia¹¹⁰ personalista apontada em “*A herança imaterial*” de Giovanni Levi¹¹¹. No livro, o consagrado autor de Micro-História questiona-se: Por que Giovan Battista Chiesa, pároco exorcista em Santena, no século XVII, fazia tanto sucesso entre a população local naquele momento?

Apesar de viver certo período de prosperidade naquela conjuntura, Santena se inseria em um contexto de guerras, aumento da taxa de mortalidade e queda dos grãos e da produção de vinho. Viviam uma crise social e psicológica aguda quando Chiesa começou os exorcismos. Era difícil para um morador de Santena compreender qual pecado ou descuido com sua saúde havia cometido para viver tantos infortúnios naqueles anos.

Na conjuntura pré-Chiesa, o estudo das causas usado para diagnóstico de enfermidades de uma pessoa era a etiologia personalista. Este método é multifatorial, ou seja, considera causas de várias ordens como as causas naturais, sobrenaturais, sociais e pessoais para concluir os motivos da ocorrência de uma doença. Apesar de Chiesa usar uma linguagem típica da etiologia personalista, o pároco ao culpabilizar o demônio pelos males passados por aqueles piemonteses se apropriava de uma prática da etiologia naturalista, explicitamente monocausal. Em um momento repentino de grave crise social e de incompreensão sobre os motivos desse cenário social era mais confortável e aceitável para os moradores de Santena que um exorcista imputasse o peso daquelas adversidades a um inimigo externo¹¹².

Em março de 1963, o 3º Distrito Policial, ao concluir o “caso José Nogueira” baseado em um depoimento mencionado no registro de ocorrência nº 526/63, se utiliza da etiologia naturalista para investigar as causas da morte do jornalista. O desprezo a outras linhas de apuração como a perícia da cena do crime, a busca de suspeitos em áreas próximas no momento do homicídio e a desconsideração dos laudos cadavéricos de Seve Neto e Brás Itapaci sugerem a necessidade da Polícia Civil em encerrar rapidamente o caso, sem identificar os responsáveis e assim manter um sistema de alianças e cooperações com pessoas influentes da época.

Meu pedido de acesso aos laudos cadavéricos reforça a necessidade de interpretar esse caso pelo viés da etiologia personalista, considerando as múltiplas análises: do campo social, policial, médico e político nacional e internacional. Além disso, utilizar o paradigma

¹¹⁰ Estudo das causas.

¹¹¹ LEVI, 2000.

¹¹² LEVI, 2000. p.77-84.

indiciário¹¹³ de Ginzburg como forma de traçar um equilíbrio entre o uso de pistas e indícios típicos da Medicina e Criminologia com as narrativas e análises sociológicas das ciências humanas, em geral.

O ano de 1963 já se englobava em uma nova forma de pensar a Criminologia, iniciada em 1960, com a emergência da quarta escola de pensamento, de viés interdisciplinar: a Criminologia Crítica. Ela se ancorava em aspectos bio-psico-sociais para a interpretação de um crime, o oposto da forma de elucidação do 3º Distrito Policial que se assemelhava as características da Escola Clássica do século XVIII. Esta ideologia imputava ao fato como decisivo para a inquirição de um crime, e não o autor ou a realidade social em que se insere¹¹⁴.

1.6 – Fundo Carlos Lacerda, APESP e Arquivo Nacional

Em janeiro de 2017, estive presente na Biblioteca Central da Universidade de Brasília com o intuito de averiguar documentos que ligassem Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara (1960-1965), à morte de Nogueira. A pesquisa foi feita no Fundo Carlos Lacerda, um arquivo pessoal do jornalista e político. Nada de muito relevante foi encontrado, apesar da falta de digitalização do acervo ter prejudicado a consulta. Ao longo dos três dias em que estive na biblioteca não consegui checar todas as pastas, e certamente, um buscador de palavras digital teria auxiliado na consulta deste acervo.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) intencionei encontrar matérias ou referência a José Nogueira no tabloide *Tribuna de Notícias*, jornal da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBAC), fundado em 1957, cujo redator-chefe era o ex-informante do CENIMAR. Não tive sucesso, porém foi relevante conhecer com mais profundidade o *Tribuna de Notícias* e sua linha editorial. Uma intensa necessidade de culto ao líder, típico dos regimes totalitários foi diagnosticada, já que todas as notícias do jornal faziam menção nas manchetes sobre a opinião do Almirante Carlos Penna Botto a respeito dos mais variados temas. Penna Botto era o fundador da CBAC e provavelmente o responsável por levar Nogueira ao *Tribuna de Notícias*:

“Desvantajosa para o Brasil a troca de café por navios, declara o presidente da CBAC”

“O Almirante Penna Botto denuncia infiltração comunista nas Forças Armadas”

¹¹³ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹¹⁴ OSHIMA, Thaís C.S. Evolução histórica das escolas criminológicas. Jornal da Fundação. UNIVEM, junho de 2013.

“Entrevistado o fundador do energismo – A CBAC, entidade altamente patriótica – Elogio à atuação do Almirante Penna Botto fala o professor Alberto Montalvão”¹¹⁵

Além da exaltação do nome do Almirante, o jornal resumia-se a ataques ao comunismo e a URSS: “*Aliança das organizações anticomunistas do Brasil*”; “*Denunciados os financiadores do PCB. Alguns dos burgueses que colaboraram com os bolchevistas*”; “*A ISEB a serviço do comunismo – Denúncia do Almirante Penna Botto.*”¹¹⁶

Considerando estas citações, é relevante inserir a CBAC em uma perspectiva global de combate ao comunismo.¹¹⁷ De acordo com documentos encontrados no CPDOC, é possível apontar elos da Cruzada Brasileira Anticomunista com os Estados Unidos e sua polícia federal e o serviço secreto britânico. Considerando isto, um dos cartunistas da CBAC¹¹⁸ era pago por membros do IRD.¹¹⁹ Sendo assim, é preciso evitar uma análise historiográfica que descontextualize as ações anticomunistas brasileiras a acontecimentos conjunturais da Guerra Fria, isolado de suporte material e econômico por serviços secretos de países como Inglaterra e EUA que ajudaram a promover um clima de turbulência política na sociedade brasileira.

No relatório da organização encontrado no CPDOC há a afirmação de uma clara colaboração do FBI com a Cruzada. A CBAC enviava notas aos jornais sobre células comunistas existentes em órgãos estatais e paraestatais através de minuciosos informes concedidos pelo FBI e Embaixada dos EUA no Brasil¹²⁰. O promotor Orlando Ribeiro Castro, membro da ala conservadora da Cruzada Brasileira Anticomunista, relatou que as listas nominais de comunistas que a entidade possuía foram adquiridas por agentes da polícia federal estadunidense (*Federal Bureau of Investigation* - FBI) infiltrados no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O ponto de contato com a Embaixada dos Estados Unidos era feito por uma pessoa denominada “O Primo”, primo de Orlando Ribeiro Castro. Ele viajou aos Estados Unidos para explicar a personalidades políticas os propósitos da organização. Além disso, o prestígio de Penna Botto era tão grande junto à alta oficialidade militar estadunidense, que um

¹¹⁵ *Tribuna de Notícias*, fevereiro/março de 1958. Ano II, Números XIII-XV. Microfilmes do APESP.

¹¹⁶ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁷ CANTARINO, Geraldo. Segredos da propaganda anticomunista. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

¹¹⁸ Vladimir Kovanko, que tinha ligações profissionais com José Nogueira e era informante do chefe de polícia Batista Teixeira. Última Hora, 23 de julho de 1963; *Diário da Noite*, 23 de janeiro de 1962.

¹¹⁹ Information Research Department (IRD) - Departamento de Informações e Pesquisas. Órgão secreto do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra, responsável por divulgar propaganda anticomunista na América Latina durante a Guerra Fria.

¹²⁰ GV c 1953.03.00/2. Acervo do CPDOC. FGV-RJ.

possível desligamento do Almirante de suas funções repercutiria mal entre os norte-americanos¹²¹.

Orlando Ribeiro de Castro tinha livre acesso ao Serviço Secreto da Marinha e ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) através de seu amigo, o inspetor Cecil Borer¹²². Levou dois sindicalistas ao CENIMAR mostrando-os seu funcionamento e cotidiano dos agentes, com passe livre até mesmo para manusear os arquivos.¹²³ Isto indica a grande influência existente de organizações anticomunistas nos órgãos de espionagem brasileira e o quanto seria malvisto um espião que atuasse contrariamente a pauta da CBAC, revelando segredos de seus militantes.

Com relação ao IRD, Robert Evans, oficial do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores disse sobre o IPES: “*Mantenho um contato muito próximo com o escritório do IPES no Rio de Janeiro sobre as edições em português das publicações do IRD e para passar material para as Forças Armadas*”.¹²⁴

Voltando para a análise do *Tribuna de Notícias* na APESP, o próprio Penna Botto admitia uma preocupação com a adesão da baixa patente a linha nacional-reformista do pré-1964:

Na Marinha, muito pelo contrário, a propaganda vermelha desprezou os oficiais, reconhecidamente refratários na sua quase totalidade, à ideologia comunista e intensificou-se na catequese dos marujos e dos sargentos, gente que passa toda a sua vida no ambiente naval.¹²⁵

Em outra seção, percebe-se a aversão aos simpatizantes da esquerda política pelo secretário da CBAC, Joaquim Miguel Vieira Ferreira, vulgo “Joaquim Metralha”, que era amigo pessoal de Penna Botto. Joaquim “Metralha” expressava todo seu discurso de ódio aos comunistas e os ameaçava de morte em retaliação ao longo do artigo “*Recado particular do nosso diretor aos comunistas e inocentes-úteis do Estado do Rio de Janeiro*”:

Vocês todos políticos ou não, principalmente os que moram na cidade onde resido (Niterói) são nojentos, são vis, são cães miseráveis (...) vocês não são homens, são mulheres vestidas de calças e não tem coragem moral, nem valentia pessoal para fazer isso. Não passam de cretinos que nos seus conciliábulos noturnos nos atacam e tramam a nossa morte, mas é que nenhum de vocês, nem seus chefes e líderes possuem

¹²¹ MOTTA, 2008. p. 225.

¹²² Diretor do DOPS-Guanabara na década até meados da década de 60.

¹²³ GV c 1953.03.00/2. Acervo do CPDOC. FGV-RJ. p.3.

¹²⁴ CANTARINO, 2011. p.58

¹²⁵ *Tribuna de Notícias*, fevereiro/março de 1958. p.6

coragem, a não ser para, por telefonemas ou cartas anônimas, me dirigirem e a minha família insultos e palavrões. (...) Vocês nunca tiveram coragem de me desafiar para um duelo, mas eu os desafio, um a um ou todos juntos (...) Enojado e com profundo asco, Joaquim Miguel Vieira Ferreira, ou melhor, para vocês Joaquim Metralha¹²⁶

Nota-se que a CBAC já identificava dissonâncias ideológicas a seu ver na Marinha, que em sua convicção deveria ser integralmente anticomunista, e pela reação de um de seus componentes, estariam dispostos a combater os que subverterem essa lógica a qualquer preço. Veremos mais adiante a prova que um grupo coeso na Marinha orquestrava essas ações.

A denúncia de José Nogueira no próprio *Tribuna de Notícias*¹²⁷ da falsificação da Carta Brandi idealizada por Joaquim “Metralha” e da divulgação de seu nome completo e carteira de identificação do Serviço de Informações da Marinha pode ter acelerado os planos de, talvez, assassina-rem-no.

Nogueira denuncia outras falsificações de documentos de Joaquim “Metralha” nesse artigo como: o acordo entre Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) denominado “*nova Carta Brandi*” e o “*Sinopse*”, um falso relatório da Escola Superior de Guerra pedindo o afastamento de Juscelino Kubitschek da presidência e a paralisação das obras de Brasília.

Além disso, a matéria sugere uma ligação política entre Joaquim “Metralha” e a CIA. Acusa-o de receber remuneração mensal de 300 mil cruzeiros da Embaixada dos Estados Unidos, informação confirmada por Carlos Roberto de Aguiar Moreira, secretário do ex-presidente Gaspar Dutra e Oswaldo Nery, engenheiro do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Como parte do disfarce usava o codinome “*Mr. Victor*” e teria adquirido uma carteira de identidade de nº 194.460, do Instituto de Polícia Técnica Pereira Faustino expedida em 30/01/1950 com o nome de Victor Wanderley de Souza, filho de Wanderley e Maria de Souza Wanderley¹²⁸.

Em outubro de 2017, tive a oportunidade de acessar um dos três computadores no Arquivo Nacional com os softwares do “The space”, parte do projeto “Memórias Reveladas”. São numerosos registros documentais dos serviços de inteligência no Brasil no período da

¹²⁶ Idem, ibidem. p.7

¹²⁷ *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC. Classificação: JG vpr 1959.00.00/2.

¹²⁸ Idem, ibidem.

ditadura civil-militar de 1964. Porém, invariavelmente, surge entre esses papéis documentos de períodos anteriores.

Encontrei extensos e detalhados relatórios enviados por Joaquim “Metralha” ao Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1971 e 1972, se justificando das acusações de quebra de regras básicas para o trabalho neste órgão de inteligência como o uso do SNI para fins privados e roubo de materiais. Nestes registros, Joaquim “Metralha” procura desmistificar cada acusação lançada contra ele, apelando inúmeras vezes à sua “moral ilibada” e serviços prestados à “Revolução”¹²⁹ de 1964, desde 1962. Para isso, anexa recortes de jornais da época, sublinhando e comentando as notícias sobre atentados e crimes que se referem a ele e se coloca como precursor da agitação política que derrubou Jango da presidência.

O interessante desses grifos é que foram feitos durante a ditadura, portanto Joaquim “Metralha” se sentia à vontade para confessar seus crimes e alianças com figuras da alta patente militar e política. Pode-se supor que confiava na confidencialidade daqueles documentos e procurava ser detalhista como meio de embasar ao máximo sua defesa perante o SNI para que não fosse expulso. Isso é o que Ana Maria Camargo chamou de “efeito bumerangue”¹³⁰: documentos feitos durante o período repressivo passam a ter sentido oposto no presente, ganhando ares confessionais e incriminatórios. Joaquim “Metralha” tinha a consciência de que um espião e terrorista, detentor de muitas informações e segredos teria pouco tempo de vida, caso não se protegesse em uma instituição como o principal órgão de inteligência do país.

Joaquim “Metralha” fez uma lista cronológica de 1944 até 1971 relatando cada acontecimento de sua autoria contra comunistas e subversivos. Entre eles: processos contra militantes de esquerda, obstrução de direitos políticos de candidatos comunistas, atentados contra movimentos políticos e estudantis, fundação de organismos anticomunistas e investigação sobre paradeiro de militantes em conjunto com serviços secretos.

No ano de 1962, confessa que a sua onipresença em atos contra a esquerda e atores sociais pró-Jango era feita e divulgada propositadamente para congestionar de informações a parte do serviço secreto brasileiro que apoiava Jango. Sendo assim, em consonância com seus superiores, procurava fazer agitações sociais com seus mais diferentes grupos anticomunistas

¹²⁹ Termo usado por militares ou simpatizantes do golpe civil-militar de 1964.

¹³⁰ CAMARGO, Ana Maria. “Os arquivos e o acesso à verdade. In: Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. Volume II / Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, organizadores – São Paulo: Alderaldo & Rothschild Editores, 2009.” p. 425-426. Ana Maria Camargo chama de “efeito-bumerangue” as mudanças de sentido que os documentos sofrem ao serem consultados em conjunturas temporais diferentes.

para que a conspiração golpista civil-militar da alta cúpula não chamasse tanta atenção. Também menciona a morte de José Nogueira nos grifos de jornais.

O primeiro tiro da Revolução de 1964 foi dado em 1962! (...) Sim, havia um complô em marcha! Joaquim – Borer – Penna Botto – Silvio Heck – Rademaker – M. Dantas Torres e outros!... E Jango tombou! ¹³¹

Eu preparava o clima psicológico para a Revolução! E ela veio em 1964! Desde 1962 arriscando a vida!” e “Jango quiz(sic), mas não conseguiu...!mas... O Governo Federal não suportou as escaramuças e as primeiras batalhas da Revolução de 1964, travadas por Joaquim Metralha em 1962! E tal clima veio até março. E Jango caiu, pois o povo estava ‘trabalhado’. ¹³²

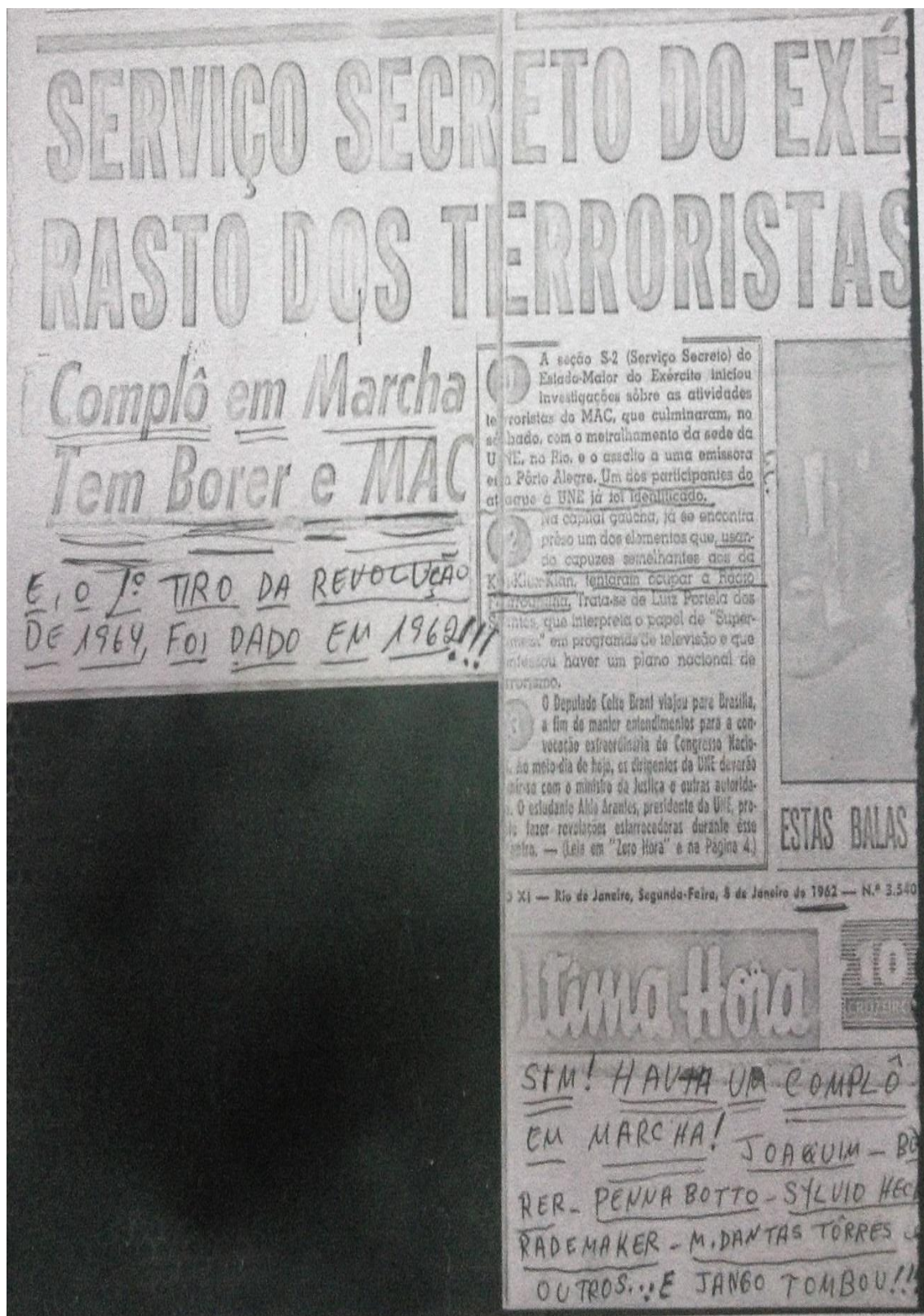
Bomba na Legação Soviética, lá estava indiciado Joaquim Metralha, falta de arroz no Estado do Rio, o Diretor Delegado da antiga COAP-FEDERAL, Coronel Emmanuel Nicoll, depois cassado (Aeronáutica) dizia que eu era o responsável, pois que fechara as barreiras do Estado. Morte de um espião comunista infiltrado na Marinha, lá era eu indiciado como responsável ou participante. Enfim, tudo era eu. E com isto, despistava todos os espiões do Governo Jango, fazendo com que os Serviços de Informações ficassem tontos, intoxicando os canais de informações (Eu, e outros amigos secretos).” e “Em 22 de julho de 1963, Joaquim Metralha era acusado de vários crimes de morte, inclusive do, José Nogueira Leal, um espião de Eloy Dutra na GB que se atirou de um edifício da Cinelândia. ¹³³

¹³¹ *Última Hora*, 08 de janeiro de 1962.

¹³² *Última Hora*, 13 de janeiro de 1962.

¹³³ AC ACE 38 398/71. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. The Space, 23 de setembro de 1971. Documento enviado por Joaquim Metralha ao SNI pedindo reparação moral por ter sido acusado de furtos de documentos do SNI, de utilização do órgão de inteligência para bens privados e por intimidação a um prefeito.

Imagem nº 6 – Anotações de Joaquim “Metralha” no jornal Última Hora.



Fonte: Última Hora, 08 de janeiro de 1962. Serviço Secreto do Exército no rastro dos terroristas do MAC: Complô em Marcha tem Borer e MAC.

Imagem nº 7 - Anotações de Joaquim "Metralha" no jornal Última Hora

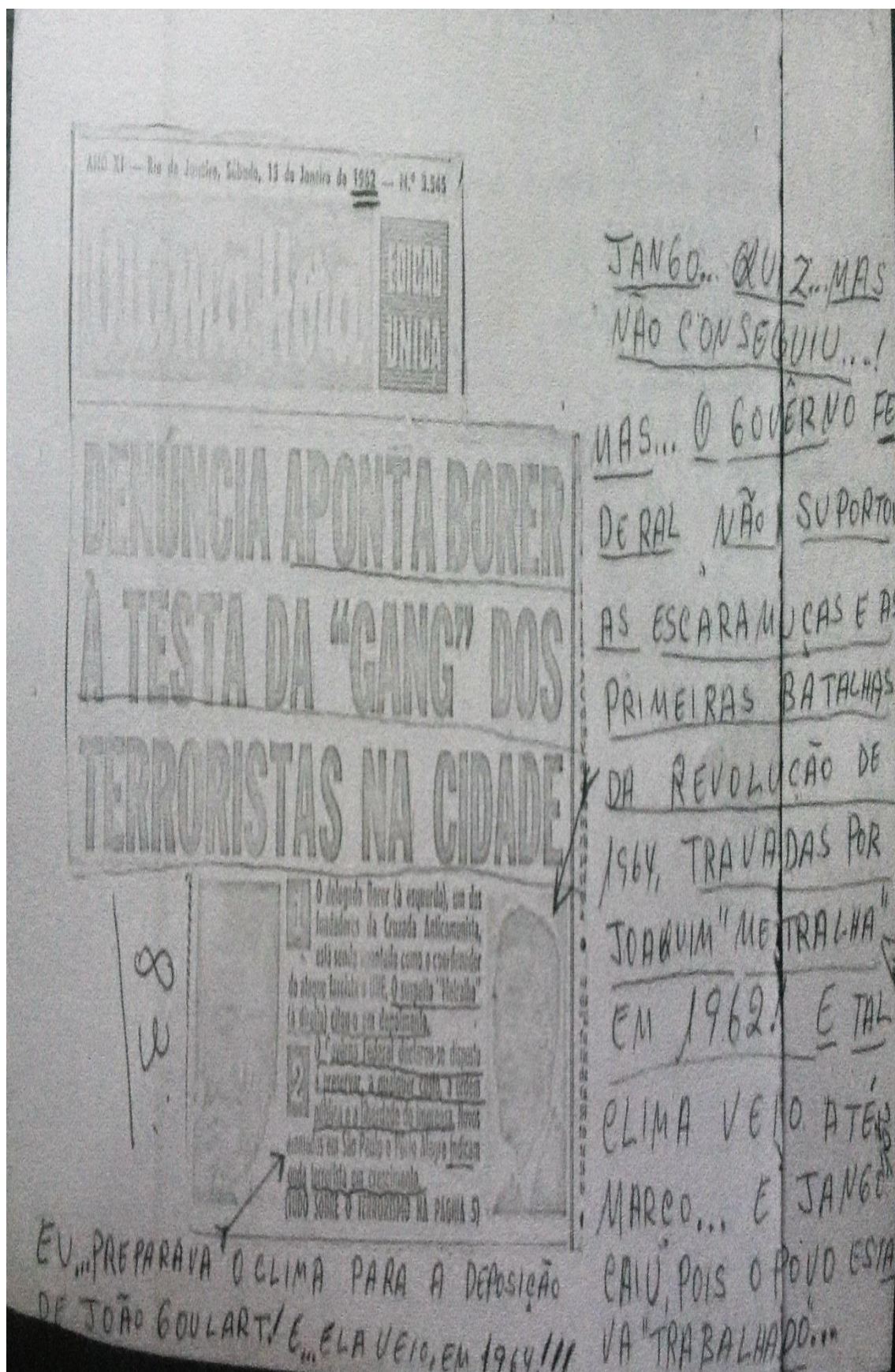


Imagem nº 8 – Documento de reparação moral de Joaquim “Metralha” ao Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1971.

-16-
SECRETO *35*

1958 JOAQUIM processou LUIZ CARLOS PRESTES, em memorável Processo na 3ª Vara Criminal, quando brigou com o Juiz Monjardim/Filho (José), que defendeu Prestes e arquivou a Representação da Legião Anti-Comunista contra o traidor nº 1 do Brasil. Em 1964, JOAQUIM representou contra MONJARDIM, conseguindo sua aposentadoria, quando já era Desembargador, pelo AI-1 no DOC. Nº 49. (Processo até 1961). DOC. Nº 49.

1958 JOAQUIM continuava com Penna Botto, na Cruzada, como Secretário e, às vezes, Presidente da CBAC, e como Presidente da Legião Anti-Comunista, quando então funda o COMANDO SUPREMO DAS ORGANIZAÇÕES ANTI-COMUNISTAS. DOCUMENTO Nº 34.

1959 JOAQUIM continuava em seu trabalho com CECIL BORER, na DPFS da Polícia Federal (antigo D.F.S.P.), na luta contra os corruptos e comunistas. - DOCUMENTO Nº 50, quando fica patenteado que era ligação do DPFS/FEDERAL e outros órgãos da Segurança Nacional. DOCUMENTO Nº 50.

1960 JOAQUIM continua sua luta contra a corrupção e comunismo, ao lado de Penna Botto e outros ilustres personagens do País.

1962 JOAQUIM era atacado, por todos os jornais, como perigoso inimigo do Governo João Goulart, e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. ALFREDO NASSER, o acusa de ser chefe de organismos terroristas anti-comunistas, e de ser conspirador, para derrubar o Governo Federal de João Goulart. E diz que os Serviços Secretos de Informações Militares estavam me observando os passos, e que eu mandara um Coronel assassinar outro Coronel, e que a KLU KLUX KLAN era a própria Ordem dos Mantos Negros, e que eu mandava assassinar elementos nas estradas comunistas etc. - E Jango seria informado, na próxima reunião do Conselho de Ministros, afirmava o Ministro do Interior. Ego sei meu trabalho de DESPISTAMENTO servia à causa da Revolução pois eu, com minhas vigas no interior do Brasil, ligando - me a Almirantes, a Genérgis e Brigadeiros, Coroneis, etc., tor-nava-me alvo da perseguição dos Serviços de Informações, des-pistando e TONTEANDO OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES CIVIS E MILITARES DE JANGO, BRIZOLA, etc. - o que facilitou, e muito, a falta de informações de Jango-Darcy Ribeiro-Brizolla-General ASSIS BRASIL, que recebia informes todos contraditórios, e eu queimava os Oficiais amigos de Jango, e acusava de anti-janguistas elementos aliados a ele, do mesmo passo que protegia aos meus informes, elementos anti-Jango, através, sempre, de militares q. enviavam, pressurosos, meus informes, e foram depois, atingidos pelos Atos Institucionais. Eu, estava na mira dos Serviços, e o Exército e a Polícia Federal fêz-me depor várias vezes, pois tudo de mal que ocorria aos comunistas, eu era chamado para de por imediatamente. METRAHAMENTO DA UNE, os jornais disseram q. fora eu; Bomba na Legação Soviética, lá estava indiciado Joaquim "Metralha"; Falta de arroz no Estado do Rio, o Diretor Delegado da antiga COAP-FEDERAL, Coronel Emmanuel Nicoll, depois cassado (Aeronáutica) dizia que eu era o responsável, pois q. fechara as barreiras do Estado; Morte de um espião comunista infiltrado na Marinha, lá era eu indiciado como responsável ou participante, enfim, tudo era eu. E COM ISTO, DESPISTAVA TODOS OS ESPÍOES DO GOVERNO JANGO, fazendo com que os Serviços de Informações ficassem tontos, intoxicando os canais de informações (EU, E OUTROS AMIGOS SECRETAS). - DOC. Nº 51.

1963 JOAQUIM conspira ativamente contra Jango, com civis e militares em Niterói e na Guanabara. Na residência de ANTONIO JOSÉ SCHUELLER, JOAQUIM participa de reuniões preparatórias, quando em aquela casa, no Saco São Francisco, o Almirante Maurício Bentes Torres, o Major Auremar Mercadante, o Major Paulê Biar, o General Farias (Sato, só no dia 31, à tarde), o Coronel Nicóde-mus, da Polícia Militar, que levou ao Schueller, uma a uma, tã-da a oficialidade (todos os Oficiais) revolucionários da PM/RJ Grunh Moss, Rademacker, Cel. Humberto Melchior, e muitos outros, entre eles, o velho Cel. Altivo Linhares, e outros. -

Fonte: Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. The Space, AC ACE 38 398/71, 23 de setembro de 1971. Rio de Janeiro.

1.7 Certidões de nascimento e óbito

Uma dúvida constante ao longo da pesquisa era a data de nascimento e nome completo do jornalista. As fontes divergiam em relação a sua idade¹³⁴ e muitos jornais se referiam a José Nogueira como José Nogueira Leal¹³⁵. Sendo assim, entrei em contato com o Cartório Castello Branco, responsável pelo registro de pessoas naturais de Mundaú no Ceará, cidade natal de José Nogueira.

As buscas foram longas e a responsável pelo cartório, Thais Luciana Mordeli, de Castello Branco não estava encontrando a certidão de nascimento. Explicou-me que o cartório não era informatizado, por isso estava consultando manualmente cada folha de registro dos livros, que já estavam se deteriorando. Como data de nascimento, baseei-me no indicado pelas matérias do *Diário Carioca* e *Última Hora*: nascido em 13 de março de 1936.

Entretanto, quando localizei sua certidão de óbito no Cemitério São Francisco Xavier, no Cajú, constava que o falecido morrera com 31 anos, ou seja, seu nascimento seria em 1932. Pedi que a oficial de registro civil procurasse naquele ano e adjacentes. Desta forma, encontrou sua certidão de nascimento com o nome de José Nogueira (sem o Leal), nascimento em 13 de setembro de 1934 e como filho de Antero Nogueira e Maria da Penha Nogueira. Acredito ser relevante citar essa informação para o entendimento de onde me baseio para conferir tal nomenclatura e idade.

Quanto à certidão de óbito, nota-se uma mudança no diagnóstico do legista Manoel Seve Neto em relação ao laudo cadavérico. Consta na certidão: “*fratura do crânio, contusão cerebral, hemorragia subdural¹³⁶ e ventricular¹³⁷*”. Fazendo uma leitura documental a contrapelo baseado em todas as considerações feitas pelos legistas Brás Itapaci Magalhães e Manoel Seve Neto em seus laudos cadavéricos, pode-se subentender uma necessidade de registro da morte por danos cerebrais como tentativa de redirecionar o caso como um acidente, descartando a hipótese de homicídio doloso, antecedido de tortura. Não fica claro porque o legista teve essa mudança abrupta de opinião.

É importante frisar que José Nogueira sobreviveu à queda por mais 10 dias. Não morreu imediatamente após o choque com o solo. Sua *causa mortis* indicada pelos peritos nos laudos

¹³⁴ *Diário Carioca* de 21 de julho de 1963 noticiava 26 anos de idade quando faleceu em 1963. O *Última Hora* de 20 de julho de 1963 garantia que o nascimento fora também em 1936, mas no dia 13 de março, mesmo dia de sua morte. A certidão de óbito registra 31 anos, ou seja, nascido em 1932.

¹³⁵ *Última Hora*, 01 de agosto de 1963.

¹³⁶ Acúmulo de sangue entre as camadas de tecido que envolvem o cérebro.

¹³⁷ Hemorragia nos ventrículos do cérebro, que contém o líquido cefalorraquidiano.

cadavéricos foi a paralisação dos rins, resultado das hemorragias geradas, supostamente, pelos espancamentos. Além disso, o Hospital Central da Marinha qualificou a *causa mortis* como “secreta”, causando estranhamento de um policial que leu a documentação junto com o delegado-substituto Bruno Bivochi, já que seria ilícito ocultar a *causa mortis* de uma pessoa, independente da circunstância¹³⁸.

Finalmente, vale refletir sobre uma fala do ex-tesoureiro da ADEP, Hércio França, horas antes de prestar depoimento na CPI do IBAD-IPES no dia 25 de julho de 1963:

Não quero morrer como José Nogueira. Minha família está em perigo – Acrescentou – três homens rodearam o edifício onde moro. Um deles foi identificado como policial da Invernada de Olaria. Ao deixar o Rio para vir à Brasília fui seguido até o aeroporto e não tenho dúvidas de que também estou sendo vigiado aqui.¹³⁹

Afinal, o que França queria dizer com “*morrer como José Nogueira*”? Se sua morte foi fruto de um acidente, por que o tesoureiro tinha tanto receio de morrer assim? Por que, em seguida, associou a frase “*não quero morrer como José Nogueira*” com a as ameaças sofridas contra ele por suposto integrante da polícia? Que relação isso teria com a morte de Nogueira? Caso comprovado o homicídio, indicaria que a mesma organização que matou Nogueira estaria ameaçando Hércio França? Vale lembrar que o depoimento de Hércio França expôs o IBAD revelando quantias milionárias repassadas às ADEPs regionais, mostrou a compra da opinião de programas de rádio e televisão no Brasil e admitiu que a ADEP era um “*satélite do IBAD*”¹⁴⁰.

¹³⁸ *Última Hora*, 20 de julho de 1963. p.7

¹³⁹ *Última Hora*, 27 de julho de 1963.

¹⁴⁰ Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES. Depoimento de Hércio França, ex-tesoureiro da ADEP. Brasília, 25 de julho de 1963. p.437- 444.

Imagem nº 9 – Certidão de óbito.

ÓBITO

45

NÚMERO 25.721

Aos quatorze de março
de mil novecentos e sessenta e três nesta Cidade e em seu
Cartório, compareceu Osvaldo Almeida de Almeida
da, casado,
nacionalidade brasileira com 42 anos de idade, pro-
fissão comércio residente na Travessa da
Prosperidade, 54
e exibindo atestado de ÓBITO firmado pelo médico Dr. Oreste Neto

declarou: Que no dia treze do corrente (13-3-1963)
às 12 horas 25 minutos.
no Hospital Central da Marinha
faleceu José Nogueira
do sexo masculino cor branca
com casado e um filho
de idade, natural d Brasil
estado civil solteiro
profissão funcionário público
residente na Rua Juan Pablo Monte,
29, apto 302
filho de Antônio Nogueira

natural residente
e de Maria da Penha Nogueira
natural residente

Causa mortis Fratura do crânio, contusão
cerebral, hemorragia subdural
e ventricular.

vai ser sepultado no Cemitério São Francisco de
Assis.

Observações: O declarante foi ainda dito
que o falecido não deixou filhos
meus bens.

Para constar lavrei este termo que, lido e achado conforme, assino.
Eu, Guilherme dos Santos, Escrevente
juramentado, o escrevi. Eu, Guilherme dos Santos
Bocha Vianna, Oficial do Registro Civil, subscrevo e assino.
+ Osvaldo Almeida de Almeida

Departamento de Imprensa Nacional - 1809, 2198

Fonte: Certidão de óbito, expedida pela 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas - Naturais – da Capital do Rio de Janeiro, de José Nogueira, conforme os autos nº. 25.721, às fls 4, datado em 14 de março de 1963.

Legenda: “Causa mortis: Fratura do crânio, contusão cerebral, hemorragia subdural e ventricular”.

2) Capítulo II – Revisão bibliográfica e a CPI do IBAD-IPES.

2.1 – As obras de Eloy Dutra e René Dreifuss

A bibliografia acerca do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) é pequena. Apenas temos a obra de Eloy Dutra “*IBAD: sigla da corrupção*”¹⁴¹ e o reconhecido livro de René Dreifuss “*1964: a conquista do Estado*”,¹⁴² em que apenas um capítulo se debruça exclusivamente ao instituto. Sendo assim, acredito que uma das contribuições desta dissertação é dar maior publicidade a esta CPI e à história do IBAD, de maneira geral. Os artigos e matérias que li a respeito do IBAD não me trouxeram novidades. Nada além do que Dreifuss e Dutra denunciaram anteriormente, alguns até traçando um paralelo entre o IBAD e o Instituto Millenium¹⁴³ e o Movimento Brasil Livre (MBL).¹⁴⁴ Com isso, me concentrarei na análise das duas obras citadas acima.

Primeiramente, é importante mencionar que antes da análise do conteúdo de qualquer obra é preciso situá-la para uma melhor compreensão do objeto. Quem é o autor? Quais as relações dele com o instituto? Quais as motivações daquele autor em escrever determinado texto? Também é valioso compreender em que contexto o livro se insere, tanto no aspecto da vida pessoal do autor como na conjuntura política interna ou externa. Quais acontecimentos macroespaciais ocorriam em paralelo a esta publicação? Eles interferiram na escrita e publicação da obra?

Eloy Dutra foi um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e jornalista do Diário de Notícias e Última Hora nas décadas de 40 e 50. Elegeu-se deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Distrito Federal entre 1958 e 1962 e pelo PTB do Rio de Janeiro em 1963 e 1964. Como na época era permitido acumular cargos políticos, além de exercer o segundo mandato de deputado federal também foi vice-governador da Guanabara até o ano do golpe civil-militar. Foi o principal articulador da criação da CPI do IBAD-IPES, tendo José

¹⁴¹ DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

¹⁴² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁴³ Fundado em 2005, é uma organização de sociedade civil apartidária que promove seminários e palestras com intuito de promover os ideais liberais. Tem como apoiadores ideólogos da direita política brasileira, o grande empresariado e os maiores meios de comunicação em massa.

¹⁴⁴ Movimento antiesquerdista responsável por grandes mobilizações contra o governo Dilma Rousseff. Apesar de se auto-intitular apartidários, seus principais representantes se elegeram para o Poder Legislativo nos anos de 2016 e 2018.

Nogueira como informante.¹⁴⁵ Em 1964 teve seus direitos políticos cassados e se exilou no Uruguai.¹⁴⁶

Resumidamente, “IBAD: sigla da corrupção” tem um teor jornalístico denunciativo. Apresenta boas referências e cita diversos exemplos para acusar o IBAD de crimes eleitorais, apesar de alguns momentos não citar fontes para algumas denúncias¹⁴⁷ e o período que ocorre um fato.¹⁴⁸ Dutra não organiza cronologicamente os eventos, mas isso não compromete o entendimento da sua argumentação. Mostrava-se otimista no final de 1963 que os ibadianos pagariam por seus crimes e esse episódio não seria esquecido pela sociedade brasileira:

A consciência popular já tomou conhecimento do que é o IBAD. Os conservadores da UDN que não se deixaram corromper pelos dinheiros de Hasslocher começam a reagir contra a aliança que alguns exibicionistas sem categoria desejam fazer do IBAD com a UDN. A máquina de corrupção de Hasslocher começa a se dismantelar.

*Tenho esperança que esta máquina de corrupção será dismantelada definitivamente. A denúncia que fiz do IBAD, não cairá no vazio da indiferença parlamentar. É o que o povo brasileiro espera.*¹⁴⁹

Levando em conta que o Hasslocher citado é Ivan Hasslocher, presidente do IBAD, que morreu rico na Europa e os acontecimentos que culminaram na instauração de uma ditadura militar podemos observar que Eloy Dutra equivocou-se em sua análise. Além disso, atualmente existem poucos estudos sobre o IBAD e mesmo na academia esse tema gera surpresa entre os especialistas devido ao desconhecimento ou poucas informações obtidas sobre este acontecimento. Por isso, é importante dar o mérito a esta obra que, dezoito anos antes da publicação de Dreifuss já explicava em detalhes as ações do IBAD. Em termos gerais os acadêmicos que conhecem a história do IBAD-IPES leram muito Dreifuss, mas desconhecem o pioneirismo de Eloy Dutra com esta publicação.

Duas considerações centrais precisam ser feitas sobre “*Ibad: sigla da corrupção*”. A primeira é que não é um livro historiográfico. O livro foi publicado no final de 1963,¹⁵⁰ fruto da necessidade de revelar rapidamente à sociedade brasileira os crimes eleitorais cometidos pelo IBAD debatidos na CPI. Por isso, condensa as denúncias em 91 páginas, sendo as 10

¹⁴⁵ *Última Hora*, 12 de março de 1964.

¹⁴⁶ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbetes: “Elói Ângelo Coutinho Dutra”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eloi-angelo-coutinho-dutra>

¹⁴⁷ DUTRA, 1963. p. 7.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem. p. 12.

¹⁴⁹ Idem, Ibidem. p. 57-8.

¹⁵⁰ Apesar de não saber especificamente o mês de publicação do livro, sabe-se que foi após o seu discurso no Congresso Nacional do dia 23 de setembro de 1963, pois este encontra-se nas últimas páginas do livro.

últimas apresentando documentos na íntegra. Não coloca referências e notas de pé de página ao longo do texto. Porém, os dados apresentados no livro conferem com documentos oficiais da CPI que foram entregues a mim pessoalmente pelo responsável da Biblioteca da Câmara dos Deputados em formato digital¹⁵¹ ou com os documentos anexados no final do próprio livro.

O segundo ponto a ser levantado é a falta de detalhamento sobre as atividades do IPES, mesmo o instituto sendo investigado por uma CPI que teve o autor como participante. Eloy Dutra chega a afirmar:

(...) no momento em que depunha o presidente do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), de São Paulo – organismo sobre o qual não tenho nenhuma consideração a fazer, porque não possuo elementos de convicção a respeito, quer negativos ou positivos.¹⁵²

Esta é a principal diferença da análise de Eloy Dutra e Dreifuss sobre o IBAD e o IPES. Dutra não compreendia ainda toda a funcionalidade do IPES ou se uma tinha uma supremacia hierárquica sobre a outra. Dreifuss explica em sua obra o motivo de Eloy Dutra focar suas atenções quase que totais ao IBAD em detrimento do IPES:

O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. Astuciosamente, Raul Pilla, líder do Partido Libertador, observou que “duas instituições muito úteis foram organizadas, uma visando estudos doutrinários para disseminar ideias e esclarecer os cidadãos, a outra para a ação política, levando-os a cumprir seus deveres patrióticos”.¹⁵³

Pode-se concluir que a minuciosa tese de doutorado em Ciência Política de René Dreifuss que virou livro em 1981, compreendia melhor o IPES e o IBAD em termos macroestruturais. Dreifuss teve acesso a documentos sigilosos do SNI que citam o IPES e do próprio IPES durante a ditadura civil-militar aos quais Dutra não teve acesso.¹⁵⁴ Encontrou esses papéis no Arquivo Nacional, casualmente.¹⁵⁵

Sendo assim, Dreifuss afirma que o IPES era o cérebro de uma engenhosa costura entre as elites empresariais e parcela do setor político do país. Para escapar das acusações de

¹⁵¹ Inventário. Coordenação de Comissões Temporárias. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, maio-novembro de 1963.

¹⁵² DUTRA, 1963. p.75.

¹⁵³ DREIFUSS, 1981. p. 164.

¹⁵⁴ DREIFUSS, 1981. p. 497-792.

¹⁵⁵ FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 35.

sabotagem, terrorismo ou crimes contra a soberania nacional, usava o IBAD como linha de frente de suas estratégias de desestabilização do governo João Goulart. Se o IBAD e suas subsidiárias (MAC¹⁵⁶, ADEP¹⁵⁷, ADP¹⁵⁸) fossem denunciados, os mandantes daquelas ações estariam mais protegidos e teriam mais tempo para se livrar de qualquer peça incriminatória ou de seus parceiros internacionais.

Dreifuss acreditava tanto na unicidade dessas instituições que tratava IBAD e IPES como um complexo. O complexo IBAD-IPES. Como se fossem departamentos diferentes de uma mesma organização. De acordo com suas palavras: “*O verdadeiro partido da burguesia.*”¹⁵⁹ Uma organização que, juntamente com a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e os militares, foi relevante no processo de deposição do presidente João Goulart, em 1964.

“1964: a conquista do Estado” é um trabalho muito minucioso, com inúmeras referências e documentação anexa sobre a articulação empresarial no pré-1964. Escrito por um pesquisador de ideologia marxista, que se utiliza de parte de documentos desconhecidos na época da CPI do IBAD-IPES. Dreifuss, com uma “lente ampliada”, não se atentou a eventos sócio-culturais ou de natureza reduzida como a Micro-História. Sua abordagem pertence ao campo político-econômico e de perspectiva macroestrutural, apontando constantemente as movimentações nas Federações e Confederações de Indústrias das principais megalópoles do país, além de todo o suporte de multinacionais estrangeiras para a derrubada do governo de João Goulart.

Observa-se que o autor é influenciado pelos ensinamentos de Antônio Gramsci e utiliza diversos conceitos do filósofo italiano para explicar os bastidores do golpe civil-militar como “*elite orgânica*”¹⁶⁰, “*inocentes-úteis*”¹⁶¹ e “*aparelhos ideológicos*”¹⁶². Dreifuss aponta o envolvimento de militares com o IPES, mas a ideia central de seu livro é mostrar que uma elite orgânica do alto empresariado brasileiro não se via representada por lideranças políticas naquela

¹⁵⁶ Movimento Anticomunista

¹⁵⁷ Ação Democrática Popular

¹⁵⁸ Ação Democrática Parlamentar

¹⁵⁹ DREIFUSS, 1981. p. 164.

¹⁶⁰ Organização política extrapartidária, composta por empresários, intelectuais, militares visando reproduzir e garantir os valores da sociedade burguesa em um país.

¹⁶¹ Pessoas que são passivas e colaboradoras de um governo autoritário. Apesar de não cometerem e ordenarem crimes e atrocidades, não se mostram contrárias às atitudes cometidas por seus colegas e superiores.

¹⁶² Gramsci não acreditava que dominar um país se restringia somente ao poder coercitivo exercido pelas Forças Armadas. Se a sua ideologia consegue ser hegemônica em escolas, igrejas, imprensa e nas famílias seu controle será mais efetivo.

conjuntura, vistas como populistas e incapazes de efetuar reformas que seriam adequadas aos seus negócios. Dessa forma, investem na organização de diversos grupos de naturezas diferentes para desestabilizar e derrubar, através de um golpe de Estado, o presidente em vigor. O golpe seria inevitável, pois o governo não teria base de apoio popular para as suas propostas. Para isso, começam a disputar os aparelhos ideológicos do Estado (escolas, imprensa, famílias, igrejas, etc.) com o regime vigente, patrocinando instituições como o complexo IBAD-IPES, que fariam propaganda anticomunista e criaria um clima de insegurança no país.

Sendo assim, Dreifuss retira o protagonismo das Forças Armadas no golpe de 1964, acreditando que o aparelho repressivo do Estado foi uma força auxiliar para a derrocada do governo. Porém, o papel central seria das elites empresariais que conseguiram dominar os aparelhos ideológicos e garantir as bases para o sucesso da manobra política. Desta forma, afirmava que não era correto usar o termo golpe militar e sim golpe civil-militar.

Com relação à pouca importância dada aos militares no golpe, avalio que esta teoria de Dreifuss está incompleta. O que não faz com que a hipótese geral do autor seja descartada. Entrevistas feitas com lideranças militares da época pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) confirmam a tese de Gláucio Ary Dillon Soares que o golpe foi essencialmente militar.¹⁶³ A articulação pode ter sido feita pela elite empresarial, mas a ordem do golpe foi das forças militares. Há um consenso que o golpe foi desarticulado, com destaque para o apoio ao golpe de última hora por Amaury Kruel do II Exército e a iniciativa de Olímpio Mourão Filho em direcionar as tropas em Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Fazendo uma mediação das diversas teses sobre o golpe, Carlos Fico afirma que a desestabilização civil feita pela propaganda ipesiana foi articulada, mas a conspiração civil-militar não foi planejada. O golpe foi desarticulado.¹⁶⁴

Daniel Aarão Reis também critica Dreifuss pela supervalorização dada ao complexo IBAD-IPES, já que as classes médias não receberiam todas as propagandas anticomunistas passivamente, sem reflexão e sem se atentar a outros pontos. Na sua visão, a perda de privilégios das classes médias em um país que aprovaria reformas de base era o suficiente para apoiarem a queda do governo.¹⁶⁵

De qualquer forma, ambos os livros são literatura básica para entender o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Uma improvável abertura de documentos das Forças Armadas

¹⁶³ FICO, 2004. p. 38-41.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem. p. 42.

¹⁶⁵ Idem, Ibidem. p. 37.

e o acesso a arquivos pessoais de famílias de personalidades que estavam ligados ou combatiam esse instituto facilitaria o trabalho de historiadores motivados em encontrar informações novas a respeito desse tema.

2.2 – IBAD e IPES: criação e linhas de atuação

Nas décadas de 50 e 60, o Brasil se inseria no contexto ideológico bipolar da Guerra Fria, causando grande preocupação aos Estados Unidos, líder do bloco capitalista. Após o movimento responsável pela Revolução Cubana de 1959 se ligar ao bloco socialista e a invasão da Baía dos Porcos¹⁶⁶, em 1961, ser um fracasso, os Estados Unidos não queriam ver o maior país da América Latina na órbita política da União Soviética.

A condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul por Jânio Quadros e o desejo de João Goulart em aprovar reformas de base no Brasil aumentaram essa suspeita por parte dos estadunidenses. João Goulart era o Ministro do Trabalho no Governo Getúlio Vargas, que propôs o aumento de 100% no salário mínimo, em 1954, e por isso, era acusado de comunista internamente também, pelo alto empresariado e por parte dos militares indignados por não estarem incluídos nesse ganho.¹⁶⁷

Um dos caminhos encontrados foi injetar milhões de dólares no programa “Aliança para o Progresso” a fim de convencer o máximo de estados possíveis a se aliarem a órbita capitalista no âmbito político, econômico, social e cultural. O objetivo central era criar um ambiente adequado para investimentos do capital estadunidense no país. Um dos principais alvos era o Nordeste, visto que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST), representava uma ameaça aos interesses econômicos do capital externo no estado, além do fato de Francisco Julião ser um grande militante na causa campesina que desagradava o agronegócio aliado dos Estados Unidos.¹⁶⁸

Como forma de intermediar investimentos legais e ilegais do exterior, voltados para combater o comunismo e influenciar os aparelhos ideológicos do Estado nasce, em 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) fundado por membros da elite, entre eles o economista Ivan Hasslocher.¹⁶⁹ Hasslocher foi acusado por João Dória, do Partido Democrata

¹⁶⁶ Contratação de mercenários pela CIA para a invasão e derrubada do governo de Fidel Castro em Cuba.

¹⁶⁷ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.31.

¹⁶⁸ Idem, Ibidem. p.107.

¹⁶⁹ Aproximadamente 70% da FIESP fazia parte do IBAD. TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 11ªed. Editora Brasiliense. 1991. p.86.

Cristão (PDC-BA), de ser agente de ligação da CIA dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador.¹⁷⁰

Há duas versões para a fundação do IBAD contidas no livro de René Dreifuss.¹⁷¹ A primeira diz que foi criado paralelamente a fundação do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) no final da década de 1950. A segunda é baseada na versão de Carlos Lacerda, que o IBAD teria sido fundado no começo de 1961, assim que João Goulart assumiu o governo. Afirmou ter sido procurado no Palácio das Laranjeiras por membros das classes conservadoras que pretendiam atuar em “defesa da democracia brasileira” e fundaram o instituto.¹⁷² O livro de Eloy Dutra e outros textos relacionados ao IBAD legitimam a primeira versão, que o IBAD foi fundado em 1959, e com ela que pretendo me orientar.¹⁷³

Seus principais objetivos eram: impedir a união da classe operária, reprimir a sindicalização dos trabalhadores agrários, seccionar o movimento estudantil, “defender” a democracia brasileira, eliminar os agentes nacional-reformistas do Congresso e das Forças Armadas e, principalmente, estabelecer uma nova ordem sócio-política sob a hegemonia do capital multinacional e associado.¹⁷⁴

O IBAD começou com uma pequena estrutura, mas a partir de outubro de 1961 ampliou sua influência sincronizando ações com outros grupos de atividades paramilitares e anticomunistas como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), além de ter financiado outros como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e o Grupo de Ação Patriótica (GAP).¹⁷⁵ Entretanto, os dois principais órgãos subsidiários ao IBAD eram a Ação Democrática Popular (ADEP) e a agência de publicidade *S.A. Incrementadora Promotion*.¹⁷⁶ A ADEP aliciou candidatos e eleitores nos estados brasileiros, porém apenas aqueles que fossem manifestadamente contra o nacional-reformismo de João Goulart. A *Promotion* foi uma empresa fantasma, que se intitulou agência de publicidade, mas não tinha registro na

¹⁷⁰ DÓRIA, João. *IBAD: alienação da soberania nacional*. Política e Negócios, São Paulo, s.ed., 1963. (Primeira parte).

¹⁷¹ DREIFUSS, 1981. p. 102.

¹⁷² Idem, Ibidem. Seriam eles: Rui Gomes de Almeida da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e da *American Chambers of Commerce*, Zulfo de Freitas Mallman da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e Jorge Bhering de Mattos, do CONCLAP.

¹⁷³ DUTRA, 1963. p.5.

BLACK, 1977. p.72.

¹⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 133-135.

¹⁷⁵ TOLEDO, 1991. p.83-84.

¹⁷⁶ DUTRA, 1963. p. 13.

Associação Brasileira de Propaganda (ABP).¹⁷⁷ Foi responsável pelo dinheiro ilegal da CIA e de multinacionais que entravam no Brasil para interferir nas eleições de 1960 e 1962.¹⁷⁸

Estabeleceu um elo com a Ação Democrática Parlamentar (ADP), frente suprapartidária anticomunista do Congresso Nacional, através da figura de João Mendes da Costa Filho (UDN-BA),¹⁷⁹ que representava seus interesses no Poder Legislativo. Conseguiu apoio de entidades estudantis e sindicatos como a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), da *Opus Dei* através da mediação de Gustavo Corção¹⁸⁰ e influenciou as eleições de 1960 e 1962 com verbas, materiais de campanha eleitoral e compra de matérias na imprensa.¹⁸¹

Já o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 29 de novembro de 1961. Paulo Ayres Filho, ex-diretor do Banco do Brasil, recebe a tarefa de agrupar empresários e grandes nomes da elite paulistana, a fim de criarem um grupo que “*não deixasse o país somente nas mãos dos políticos*”.¹⁸² Quem faz esse pedido a Paulo Ayres Filho é o empresário estadunidense Gilbert Huber Junior por motivos detalhadamente desconhecidos. Além de Gilbert Huber Junior, Antônio Galloti (ex-integralista e presidente da Light), Glycon de Paiva (ex-diretor do BNDE e da Vale do Rio Doce) e José Garrido Torres (ex-consultor do BID), recrutaram membros importantes para o IPES, no Rio de Janeiro, como o General Golbery do Couto e Silva, que se tornaria um dos integrantes de destaque no campo estratégico do Instituto.

Denominaram-se uma “*agremiação apartidária com objetivos essencialmente cívicos*”¹⁸³ e pregaram o anticomunismo e a readequação do Estado aos interesses das suas multinacionais que possuem relações diretas e indiretas. Na teoria alegaram promover estudos que gerariam ideias para a solução dos principais problemas brasileiros. Viam-se como um centro de debates acadêmicos, mas na prática fizeram guerra psicológica na imprensa e entidades civis e procuraram unir militantes anti-governo que não estavam organizados e representados em sindicatos, organizações estudantis e Congresso Nacional.

¹⁷⁷ DUTRA, 1963. p. 18. A Associação Brasileira das Agências de Propaganda (ABAP) faz a mesma afirmação.

¹⁷⁸ BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 427; DREIFUSS, 1981. p. 330.

¹⁷⁹ Na ditadura militar filiou-se a ARENA e foi nomeado por Costa e Silva como ministro togado do Supremo Tribunal Militar (STM).

¹⁸⁰ Intelectual católico de extrema-direita.

¹⁸¹ DREIFUSS, 1981. p. 103.

¹⁸² Idem, Ibidem. p. 162-163.

¹⁸³ DREIFUSS, 1981. p.163.

A elite orgânica ipesiana organizou pressões econômicas em empresas privadas que não seguissem seus ideais políticos e ataques contra figuras públicas para direcionar a opinião pública contra João Goulart. Genival Rabelo, diretor da revista Política e Negócios, denunciou o complexo IBAD-IPES de influenciar marcas a não patrocinarem mais a revista por ela ter se posicionado de maneira favorável ao presidente da república em no início da década de 60.¹⁸⁴

Além disso, o IPES fez campanha contra o *Jornal do Brasil*, acusando-o de não ser tão contundente contra o que definiu como “esquerdismo”. Boicotou grupos econômicos como o Grupo Ducal por manter propagandas no *Última Hora*, que considerava um jornal comunista. Inclusive, o IBAD chegou a divulgar em sua revista *Ação Democrática* uma lista de empresas que anunciavam neste jornal, para jogá-los contra a opinião pública. José Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim foi bombardeado com críticas pelo seu apoio a Miguel Arraes nas eleições para governador de Pernambuco. O mais curioso nisso tudo é que tanto José Ermírio de Moraes quanto José Luiz Moreira de Souza, presidente do Grupo Ducal foram membros do IPES do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Além de manterem um rigor ideológico de coerência dentro dos depoimentos que seus membros poderiam dar na imprensa, ganharam apoio do centro político pela crítica ter sido oriunda da direita.¹⁸⁵

Outra tática eficiente do complexo IBAD-IPES foi ressignificar pautas defendidas pelos seus opositores com abordagens que os favorecessem. O IBAD defendeu a reforma agrária, porém adaptada ao seu viés conservador. Fizeram simpósios sobre o assunto em abril de 1961 onde foi destacada a necessidade de oposição à reforma agrária dos moldes comunista e nacionalista. Rodrigo Patto Sá Motta mostra que alguns membros do IBAD consideravam estratégico o apoio à reforma agrária, pois acreditavam ser a melhor maneira de isolar os comunistas e esvaziar seus discursos revolucionários.¹⁸⁶

Além disso, os Estados Unidos só destinavam a “Aliança para o Progresso” para países latino-americanos que planejassem a efetivação de uma reforma agrária.¹⁸⁷ O apoio a uma política externa dependente do capital estrangeiro era ratificado pelo IBAD, que legitimou o monopólio estadunidense sobre a região, evitando assim que outros países, principalmente de

¹⁸⁴ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, volume II, item XV. p. 9944.

¹⁸⁵ DREIFUSS, 1981. p. 167.

¹⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunismo de 1961-1964*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁸⁷ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbetes: “Aliança para o progresso”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>.

ordem socialista, pudessem ter lucrativas transações econômicas com o Brasil e se estabelecessem como concorrentes dos Estados Unidos.

As eleições de 1962 se aproximavam e o Brasil viveu um clima de grande agitação política. Isto se deu, pois naquele momento João Goulart não tinha poderes presidenciais, já que o país vivia sob o regime parlamentarista. Somente o plebiscito de janeiro de 1963 confirmaria ou não Goulart como presidente. Portanto, era fulcral para as forças conservadoras elegerem o máximo de candidatos possíveis para o Parlamento. O pleito elegeria governadores, vice-governadores, senadores, prefeitos, deputados federais, deputados estaduais, deputados distritais e vereadores.

O IBAD, cometendo crime contra a soberania nacional, financiou candidatos que se manifestaram anticomunistas ou contrários às reformas de base, com dinheiro proveniente do exterior. Parte das verbas era oriunda da embaixada dos EUA através do Fundo do Trigo e a outra parcela advinha de uma espécie de financiamento coletivo de multinacionais¹⁸⁸ que desejavam desestabilizar o governo João Goulart.¹⁸⁹ Ao todo, 600 deputados estaduais, 250 deputados federais, 8 candidatos a governador e 15 senadores receberam dinheiro ibadiano.¹⁹⁰

2.3 – A CPI do IBAD-IPES

Em 15 de setembro de 1962, menos de um mês da eleição, Eloy Dutra já articulava com outros parlamentares a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades no IBAD.¹⁹¹ Acreditava que as provas incriminatórias obtidas do seu informante, José Nogueira, seriam suficientes para punir o IBAD pelos crimes e denunciaria um esquema internacional de interferência eleitoral.¹⁹²

¹⁸⁸ Dentre as empresas participantes estavam: a *Standard Oil*, *General Motors*, *Shell*, *International Business Machines (IBM)*, *Coca-Cola*, *Texaco*, *Esso* e a *Souza Cruz*. TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 11ª ed. Brasília: Editora Brasiliense. 1991. p. 86.

¹⁸⁹ Este caso ficou conhecido como “caixinha do IBAD”.

¹⁹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977. Somente essas duas fontes citam o número exato de senadores financiados.

¹⁹¹ DUTRA, 1963. 41-42.

¹⁹² Uma análise historiográfica sobre a CPI do IBAD-IPES foi feita por mim no trabalho de conclusão de curso de graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ denominado: OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. *A Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): uma CPI esquecida*. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Irei me basear neste trabalho quando me debruçar sobre a CPI do IBAD-IPES.

Eloy Dutra, que na época era candidato a vice-governador da Guanabara e deputado federal, através de resolução assinada por 109 deputados tentou criar a CPI¹⁹³, destacando entre outros pontos, a ilicitude do IBAD no financiamento de candidatos a Legislação da Guanabara e de outros Estados da Federação. Dutra procurou divulgar ao público as investidas do instituto contra cidadãos de ideologia nacionalista ou socialista e os poucos recursos que usou para se eleger. Sua campanha foi denominada “a campanha do centavo contra o dólar”.¹⁹⁴ Entretanto, a criação da CPI não foi consolidada, principalmente pelo fato da quarta legislatura de Dutra estar chegando ao fim, em 31 de janeiro de 1963. Restaria pouco tempo para o deputado organizá-la. Além disso, o envolvimento dos deputados da futura Comissão de Inquérito nas suas respectivas campanhas eleitorais atrapalhou a criação da CPI naquele momento. Desejando que suas denúncias não fossem esquecidas, Eloy Dutra denunciou as atividades do IBAD ao Conselho de Segurança Nacional.¹⁹⁵

No dia 7 de outubro de 1962 ocorreram as eleições e o saldo foi razoável para os ibadianos. Apesar de conseguirem eleger boa parte dos candidatos financiados com a “caixinha do IBAD”, sofreram derrotas significativas no pleito para governador de Pernambuco e da Guanabara consideradas áreas políticas estratégicas.¹⁹⁶ Foi nesse período que Eloy Dutra sofreu o primeiro dos quatro atentados contra a sua vida.

Em pleno pleito de 1962, o motorista da camioneta Nelson Trindade, que levou o deputado Eloy Dutra para um palanque, foi avisado que um caminhão estaria preparado para ir em direção ao seu veículo, a fim de matar o candidato a vice-governador da Guanabara, na Rua Riachuelo. Três dias depois o motorista soube que um rapaz conhecido como “Mineiro”, ajudante do deputado Dutra em sua campanha, conduziu a camioneta ao lado de um suboficial da Marinha com traços fisionômicos muito parecidos com o de Eloy Dutra no mesmo local acima mencionado. Pouco tempo depois, um caminhão colidiu com a camioneta e se não fosse a destreza de “Mineiro” o suboficial teria morrido.¹⁹⁷ Não há como confirmar até então, se este suboficial da Marinha seria José Nogueira.

O ano de 1963 começou com a vitória esmagadora do presidencialismo diante do parlamentarismo no plebiscito de janeiro.¹⁹⁸ A discussão sobre a formação da CPI do IBAD-

¹⁹³ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo III, item I, p. 9943.

¹⁹⁴ *Correio da Manhã*, 20 de setembro de 1963.

¹⁹⁵ DUTRA, 1963. p.42.

¹⁹⁶ DREIFUSS, 1981. p. 331.

¹⁹⁷ *Luta Democrática*, 13 de março de 1964.

¹⁹⁸ BANDEIRA, 1978. p. 88.

IPES foi retomada e os trâmites para instalá-la foram efetuados com sucesso. Todavia, a composição da bancada agitou os bastidores do Congresso. Como bem observado por Eloy Dutra, antes mesmo de nascer, a CPI já era permeada por disputas políticas que impediram o bom funcionamento investigativo sobre o IBAD. O PTB e o PDC rapidamente indicaram representantes para a mesa, enquanto a UDN e o PSD retardaram ao máximo suas escolhas. Desta forma, dificultariam o andamento do processo investigativo, fornecendo mais tempo para os envolvidos elaborarem suas estratégias de defesa, lícitas ou não. UDN e PSD só indicaram seus representantes, por pressão de parte da mídia que denunciou a demora na implantação da CPI pelos jornais.¹⁹⁹

A primeira mesa da CPI foi formada e houve uma incoerência na análise de atuação de cada componente. Apesar de alguns jornais afirmarem que cinco dos nove deputados da mesa lutaram para denunciar o IBAD, acredito que havia um número maior de apoiadores desse Instituto do que se imaginava. Isto ajudará a entender como uma CPI formada com elementos ditos combativos da política brasileira não progrediu como deveria, ou até mesmo foi paralisada em algumas ocasiões.

O *Última Hora* citou que os denunciantes seriam: Eloy Dutra (PTB-GB), Rubens Paiva (PTB-SP), Benedito Cerqueira (PTB-GB), João Dória (PDC-BA) e José Aparecido (UDN-MG). Entretanto, as fontes levantaram dúvidas sobre o último. José Aparecido foi acusado por Athos Vieira de Andrade, de ser eleito com dinheiro ibadiano, como mostra a reportagem do *Tribuna da Imprensa*:

O deputado José Aparecido de Oliveira, líder da UDN “bossa nova”, e que é o principal incentivador da Comissão de Inquérito do IBAD foi eleito com recursos deste órgão’, declarou, ontem em Minas o deputado Athos Vieira de Andrade. (...) Acresce ainda o fato de ser o Sr. José Aparecido reconhecidamente pobre: pelo menos o era até poucos anos atrás, e ter sido um dos candidatos mais bem financiados nas últimas eleições em Minas Gerais. Teve ele como bureau eleitoral dois terços da área de um andar sobreloja do edifício Itamarati no centro da cidade. Teve veículos a sua disposição. Teve material de propaganda eleitoral em profusão.²⁰⁰

Eloy Dutra acreditava na idoneidade de José Aparecido. De forma mais atenuante, mas não menos estranha era o fato de João Dória não ter sido citado por Moniz Bandeira como um dos deputados da mesa que condenavam a instituição. Fato semelhante é observado no livro de

¹⁹⁹ DUTRA, 1963. p.42.

²⁰⁰ *Tribuna da Imprensa*, 18 de julho de 1963.

Philip Agee,²⁰¹ onde o ex-agente da CIA mencionou que cinco dos nove membros iniciais receberam verbas ibadianas.

Amparado por documentos relevantes reunidos por Eloy Dutra, Paulo de Tarso (PDC-SP), juntamente com 144 deputados, criaram a resolução de número dez, formando a CPI que apuraria irregularidades no IBAD e IPES.²⁰² O primeiro depoente só seria chamado em 18 de junho de 1963, mas a CPI tem seu início em maio. O IBAD convocou o ex-ministro da Justiça, Francisco Campos, para defendê-lo das acusações na CPI.

Primeiramente, o relator Laerte Vieira (UDN-SC) convocou o requerente Paulo de Tarso para explicar os motivos da criação desta CPI. Paulo de Tarso focou sua argumentação na tese de que o IPES e o IBAD seriam prejudiciais à política nacional, atuando como entidades superpartidárias, limitando a liberdade de opinião e transformando os partidos políticos em instrumentos das vontades ibadianas que investiram fortemente na campanha eleitoral desses candidatos.

Ademais, Paulo de Tarso apresentou uma carta anônima enviada ao Jornal *Brasil Urgente*, divulgando diversas informações confidenciais do IBAD, da sua empresa de publicidade de fachada *S.A. Incrementadora Promotion* e de pessoal próximo a Ivan Hasslocher.²⁰³ Além disso, mostrou notas da Divisão de Segurança Política e Social apresentadas pelo Tenente Coronel Carlos Cairolí, datada em 11 de outubro de 1962, afirmando saber que a ADEP era efetivamente uma subdivisão do IBAD, desvelando a indissociabilidade desses institutos.²⁰⁴

Em seguida, revelou que além de desejar eleger uma bancada forte na Câmara dos Deputados em 1962, a ADP apresentaria um candidato às eleições de 1965, atrelado aos seus ideais. Paulo de Tarso²⁰⁵ mencionou a carta de Frederico Cavalcante de Mello, diretor do Jornal *A Noite*, à *Promotion* concordando em alinhar seu jornal às ideologias da ADEP e ADP pelo prazo de 90 dias mediante pagamento de cinco milhões de cruzeiros. Também foi demonstrado que em nome da *Promotion*, Carlos Reis enviou carta às emissoras de rádio e televisão, comunicando que a partir de 23 de julho de 1962 exclusivamente a *Promotion* teria permissão

²⁰¹ AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia": Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. p. 325.

²⁰² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cria Comissão de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES. Resolução n.10, de 15 de abril de 1963.

²⁰³ *Brasil Urgente*, 24 de maio de 1963.

²⁰⁴ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo III, p. 9944.

²⁰⁵ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo III, item V, p. 9944.

para contratar tempos e serviços destes meios de comunicação em nome do IBAD e da ADEP.²⁰⁶

O próximo depoimento foi de Frederico Cavalcante de Mello, diretor do jornal *A Noite*. Ele ratificou a versão de Paulo de Tarso sobre a venda de notícias do periódico à ADEP e ADP e acrescentou que procurou por duas vezes Hasslocher para o recebimento da verba. Além disso, devido ao contrato com a *Promotion* de venda da opinião de seu jornal, vetou a publicação de uma coluna de José Gomes Talarico, no mesmo jornal *A Noite*, pois esta desagradaria os investidores adeptos. Finalmente, Frederico relatou que deixou de apoiar publicamente o deputado Eloy Dutra do PTB em seu periódico, depois da assinatura contratual entre ADEP, ADP e *A Noite*²⁰⁷.

O mês de julho foi um dos mais turbulentos e importantes para a CPI. Nesse período, Eloy Dutra e seu irmão José Dutra sofreram novo atentado em seu sítio em Brasília. Viram uma camioneta de marca “Komi” entrar em sua propriedade e abrir fogo contra Eloy. O motorista Nelson Trindade conseguiu furar o cerco e retirar os três daquela situação.²⁰⁸ Mesmo sofrendo uma série de atentados Eloy Dutra preferia mantê-los em sigilo, proibindo seus empregados de relatarem os casos à imprensa e sem prestar queixa na delegacia.²⁰⁹

No dia 3 de julho de 1963, ocorreu a primeira fala de um dos funcionários de órgãos atrelados ao IBAD-IPES. Arthur Oscar Junqueira, ex-secretário geral da ADEP, concedeu depoimento à CPI e comprometeu os ibadianos. O ex-secretário afirmou que os institutos administrados por Ivan Hasslocher despejaram 5 bilhões de cruzeiros nas eleições de 1962. Considerando apenas os 150 dias pré-eleitorais, somente a ADEP gastou 1 bilhão de cruzeiros na campanha de deputados que fossem contrários a política de João Goulart. Estes dados são confirmados posteriormente pelo ex-tesoureiro da ADEP, Hécio França. A *Promotion* movimentou em suas contas 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, valor conhecido devido a demonstração dada pelo *Royal Bank of Canada*²¹⁰ à CPI. Arthur Junqueira recebeu diversas correspondências de Hasslocher e Frutuoso Osório Filho²¹¹ que ajudavam a entender que IBAD,

²⁰⁶ Idem, ibidem. Item VI.

²⁰⁷ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, volume II, item XIII. p. 9944.

²⁰⁸ *Luta Democrática*, 12 de março de 1964.

²⁰⁹ É válido ressaltar que alguns civis e militares, no mês de julho, passaram a investigar a vida particular de Eloy Dutra como meio de fazer pressão a este na Comissão de Inquérito, como informa Edmar Morel. *O Semanário*, Rio de Janeiro, nº 343, 25-31/07/1963.

²¹⁰ Um dos três bancos que a *Promotion* tinha conta corrente. Além do banco canadense também possuía contas no *National City Bank of New York* e no *Bank of Boston*. Revelaram à CPI os depósitos, mas não os depositários.

²¹¹ Vice-presidente do IBAD e sócio da *Promotion*.

ADEP e *Promotion* eram um instituto só, apontando Hasslocher como único comandante destas organizações.²¹²

No dia 15 de agosto de 1962, através de uma carta, Hasslocher mostrava-se no direito de indicar as pessoas que deveriam compor o colegiado da ADEP no Nordeste, ultrapassando qualquer tipo de responsável maior da Ação Democrática Popular da região. Em telegrama de 14 de janeiro de 1963, Frutuoso Osório Filho, vice-presidente do IBAD, respondeu Arthur Junqueira sobre o pedido de envio de documentação da ADEP para a prestação de contas. Osório foi taxativo em dizer que não havia contas a prestar a Arthur Junqueira²¹³. Isto é mais uma prova de que Ivan Hasslocher era chefe único de todos estes institutos (ADEP, ADP e *Promotion*), não havendo outra pessoa em que o vice-presidente do IBAD prestasse subordinação.

A avaliação a se fazer do depoimento de Arthur Oscar Junqueira deve ser relativizada. Em certa medida, alguns deputados da CPI o defenderam, afirmando que juntamente com Hécio França,²¹⁴ teriam sido os únicos que foram transparentes em suas falas. Os dois apresentaram à CPI um recibo de quitação total das verbas administradas por eles e assinadas por Hasslocher e se admitiram que se afastaram da ADEP, pois Hasslocher não cumprira a promessa de esclarecer aos dois, futuramente, a origem do dinheiro investido nas eleições.

Todavia, um ponto o comprometeu. Havia um documento obrigatório a ser assinado por candidatos que desejassem receber as verbas do IBAD chamado “compromisso ideológico”.²¹⁵ Ficava registrado o comprometimento do político com a ideologia ibadiana e caso manifestasse algum apoio a pessoas e institutos ligados ao que chamavam de “comunismo” ou ao presidente João Goulart e seus aliados, o contrato financeiro seria suspenso. O IBAD não se importava tanto com o partido do político, mas sim com as chances de elegibilidade, o anticomunismo e o antijanguismo. A maioria desses documentos foi incinerada por Arthur Junqueira. A justificativa dada foi que quando começou a desconfiar dos objetivos do IBAD, principalmente das negativas de Ivan Hasslocher em contar de onde vinha o dinheiro para o financiamento das campanhas eleitorais tratou de queimar os documentos.²¹⁶ Acreditava que se os papéis caíssem nas mãos de pessoas inescrupulosas, elas poderiam chantagear os políticos envolvidos, nos

²¹² DUTRA, 1963. p.59-60, 82-87.

²¹³ DUTRA, 1963. p. 60.

²¹⁴ Tesoureiro da ADEP que também prestou depoimento à CPI.

²¹⁵ DUTRA, 1963. p.16.

²¹⁶ DUTRA, 1963. p. 65.

quais confiava em relação à reputação de vasta tradição democrática. A questão que fica é: Que pessoa ao alegar ampla idoneidade sobre os atos praticados pelo IBAD queimaria provas que comprometeriam ainda mais o Instituto? Teria feito por ingenuidade, seria uma falácia ou teria sido obrigado a tomar esta atitude?

Um dos esclarecimentos mais impactantes dado por depoentes na Comissão Parlamentar de Inquérito foi o pronunciamento de Genival Rabelo, diretor da *Revista PN – Políticas e Negócios* e ex-presidente da Associação Brasileira de Propaganda (ABP) no dia 17 de julho de 1963. Rabelo denunciou o “escândalo do trigo”, em que parte dos 40% do Fundo do Trigo eram desviadas pela Embaixada dos EUA para fomento das campanhas eleitorais de candidatos de linha ibadiana.²¹⁷ A conta do Fundo do Trigo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) do Brasil era movimentada pela Embaixada dos Estados Unidos, que até emitia cheques.²¹⁸

Em entrevista à Revista VEJA,²¹⁹ o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em 1962, Lincoln Gordon, admitiu essa ação ilícita. Confessou que através da Embaixada dos Estados Unidos repassava verbas para políticos que assinaram os compromissos ideológicos, através do Fundo do Trigo. René Dreifuss sugere que esta manobra financeira teve influência da *Central Intelligence Agency (CIA)*.²²⁰ Havia uma preocupação do governo estadunidense em não permitir que uma “nova Cuba” surgisse no continente e João Goulart era visto como um comunista. Ao todo, seiscentos deputados estaduais, duzentos e cinquenta deputados federais, oito candidatos a governador e quinze senadores tiveram suas campanhas eleitorais financiadas pelo IBAD.²²¹

Quanto aos valores Gordon admitiu que no mínimo 5 milhões de dólares foram gastos com o desvio do Fundo do Trigo. O ex-agente da CIA, Philip Agee, afirma que o serviço secreto estadunidense injetou 20 milhões de dólares pelo IBAD e suas subsidiárias neste período.²²²

²¹⁷ *O Semanário*, nº 349, 5-11 de setembro de 1963. Crime denunciado por Genival Rabelo e divulgado na imprensa pelo jornalista Edmar Morel, em que 20% dos 40% do Fundo do Trigo da Embaixada dos Estados Unidos poderiam ser doados por Lincoln Gordon sem um critério específico. Por isso, camuflou o dinheiro da CIA para financiar candidatos nas eleições de 1962 no tópico de *Serviços*. Algumas despesas não eram especificadas na ficha de contabilidade como os casos de: *Despesas médicas; viagens; vários suprimentos e equipamentos*.

²¹⁸ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, volume II, item XV. Letra d. p. 9944.

²¹⁹ Revista VEJA, 09 de março de 1977.

²²⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.330

²²¹ BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977

²²² AGEE, 1976. p. 325.

Também criticou fortemente revistas estrangeiras ou chefiadas por estrangeiros naturalizados, editadas em português, que penetraram no território brasileiro conseguindo boa parte da publicidade e levando à falência dezenas de revistas nacionais²²³. Revistas e jornais nacionais que tivessem opiniões contrárias ao grande empresariado internacional seriam taxadas de comunistas como o *Jornal Debates*, o *Anhembi* e a própria *PN – Política e Negócios*, que de acordo com Rabelo teve a publicidade da *Texaco* cortada, por orientação de Ivan Hasslocher. O presidente do IBAD alegava que a revista tinha uma orientação esquerdista.²²⁴

É neste depoimento que Genival Rabelo colocou em evidência novamente a morte de José Nogueira, acusando o IBAD de tê-lo assassinado. Por conta de sua fala, o “caso José Nogueira” voltou à tona na imprensa e foi aberto um inquérito para apuração da sua morte. É curioso perceber que o relator Pedro Aleixo (UDN-MG), suspeito de recebimento de verbas ibadianas, excluiu do parecer final justamente a parte do depoimento de Genival Rabelo em que cita o provável assassinato de José Nogueira.²²⁵

Cinco dias após o depoimento de Genival Rabelo foi a vez de Miguel Arraes, governador de Pernambuco se apresentar a CPI. Sua fala era uma das mais esperadas, enchendo as páginas dos periódicos com a possibilidade de Arraes revelar documentos da ação do IBAD contra ele durante o pleito de 1962. O clima era tenso e houve alterações entre deputados no Congresso Nacional. Assim, os deputados Anísio Rocha (PSD-GO) e Fidélis Amaral Neto (UDN-GB) tentaram agredir fisicamente o membro da primeira mesa da CPI, João Dória como forma de tumultuar os trabalhos dos parlamentares e retardar ainda mais o andamento do inquérito parlamentar.²²⁶

Mesmo assim Miguel Arraes prestou depoimento no dia 22 de agosto de 1963. Dividiu seu depoimento em duas partes: na primeira explicou a estrutura e os planos do IBAD para a intervenção nos pleitos pernambucanos em 1962, e na segunda parte mostrou como isto funcionava na prática. Vale lembrar que em 1962, Miguel Arraes (PST) concorreu ao cargo de

²²³ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, volume II, item XV. Letra g. p. 9944.

²²⁴ Revista *PN*, 17/06/1963. O próprio deputado João Dória criou outra CPI após o término desta Comissão de Inquérito para investigar revistas estrangeiras como a *Seleções* do grupo *Reader's Digest*, a *Visão*, *Dirigente Industrial* e *Dirigente Rural* do grupo *Vision Inc.*, a *Direção* do grupo *Mc Graw Hill* e a *Quatro Rodas*, *Claudia* e *Capricho* do grupo chefiado Víctor Civita. Dória acreditava que esses editoriais possuíam sede no exterior e eram dirigidos por cidadãos estrangeiros, em alguns casos naturalizados, o que feria a Constituição Federal de 1946 no artigo 160, que vedava a participação de estrangeiros na chefia de associações jornalísticas, sendo impedidos até de serem acionistas das mesmas.

²²⁵ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo III, item XV, p. 9944.

²²⁶ *Política e Negócios*, 19 de setembro de 1963. Coluna “Caixa alta”.

governador de Pernambuco com João Cleofas do Partido Republicano (PR), sendo este financiado pelo IBAD/CIA. Pernambuco era um estado central para os interesses estadunidenses.

Arraes levou pelo menos 60 documentos diferentes²²⁷ comprovando relações de patrocínio da campanha de Cleofas com as verbas ilícitas e do envolvimento claro do IBAD, ADEP e *Promotion* com estes esquemas. Arraes comprovou que mais de 300 milhões de cruzeiros foram investidos pelo IBAD em Pernambuco,²²⁸ o que representava um terço do orçamento do estado. A ADEP-PE gastou em torno de 25 milhões de cruzeiros.²²⁹ Em documento mostrado à CPI, Arraes prova que Frutuoso Osório Filho recebeu procuração em nome de Hasslocher e Carlos Reis para comandar as operações do IBAD e *Promotion* no estado.²³⁰

No meu trabalho de conclusão de curso que analisa a CPI do IBAD-IPES mostro também a tentativa de aliciamento de Arraes pelo IBAD, relatado em seu depoimento:²³¹

Antes de se opor a Arraes, o IBAD ofereceu um cheque de 1 milhão de cruzeiros, entregue por José Costa Carvalho, para que o futuro Governador de Pernambuco se alistasse nos quadros ibadianos e favorecesse seus interesses.²³² Isto demonstra claramente que o IBAD ultrapassava a representação dos partidos políticos e obstinava angariar candidatos de grande popularidade e corruptíveis para que a política do país fosse controlada indiretamente por suas orientações.²³³

O tratamento da imprensa à Arraes se transforma de acordo com seu posicionamento político. Ao longo do tempo, o IBAD aproxima-se de João Cleofas no apoio da campanha para governador do estado.²³⁴

Até mesmo o tratamento da imprensa e dos partidos conservadores mudou em relação à Arraes. Primeiramente, chamaram Miguel Arraes de “convertido” espalhando boatos do seu desentendimento com Brizola. Depois que Arraes apoiou os movimentos agrários e as greves operárias, foi chamado de “comunista” e “agente de Moscou”.²³⁵ A recusa de Arraes fez com que os ibadianos procurassem o candidato João Cleofas (PR-PE), que recebeu vultosas somas para campanha e publicidade na mídia e contou com o apoio do então Governador de Pernambuco, Cid Sampaio, do Partido Social Democrático (PSD-PE) para se eleger. As forças conservadoras o

²²⁷ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, vol. VII, p. 9948.

²²⁸ *Idem*, ibidem. Vol. XIII, item CIII, letra v, p. 9956.

²²⁹ *Revista Veja*, 16/03/1977.

²³⁰ *Diário do Congresso Nacional*. p. 9949.

²³¹ OLIVEIRA, 2011. p.30-31.

²³² *Diário do Congresso Nacional*. Vol. VII, item LXV, nº 1, p. 9948.

²³³ Vale ressaltar que até políticos do PTB receberam verbas do IBAD.

²³⁴ OLIVEIRA, 2011. p. 31.

²³⁵ *Brasil Urgente*, 31 de março de 1963.

apoiaram a contragosto, pois acreditavam que Cleofas dificilmente venceria Arraes, já que o udenista pernambucano havia sido derrotado em outras duas eleições.²³⁶

Os pontos mais significativos do depoimento de Arraes são: a apresentação dos “compromissos ideológicos”²³⁷ e a denúncia da criação de “currais eleitorais” em regiões de Pernambuco. Arraes explicou que existiam dois modelos de “compromisso ideológico”. No primeiro modelo, após assinar o documento, o candidato receberia centenas de cartazes e faixas, um milhão de cédulas, veículo(s) com aparelho de som e dinheiro.²³⁸ No modelo 2, o candidato receberia “apenas” dinheiro, porém acordado diretamente com Ivan Hasslocher.²³⁹ Ao mesmo tempo, o IBAD retinha os títulos de eleitores de habitantes de camada social baixa e em seguida, devolvia-os a estes cidadãos com a indicação de voto nos candidatos ibadianos, além das promessas de recompensas no vestuário, alimentação e saúde deles. Este fato ocorreu na Zona da Poeira, em Pernambuco, no qual cada título, com votação já embutida, era comprado por três mil cruzeiros.²⁴⁰

O IBAD também comprava declarações de votos de pessoas influentes na sociedade como forma de influenciar a população a votar no opositor de Arraes. Fernando Castelão, um dos animadores televisivos mais famosos de Recife, explicou seu voto em João Cleofas, pois uma menina o mandara uma carta insistindo em saber que candidato ele votaria.²⁴¹

Miguel Arraes revela que um dos seus informantes era Dormélio da Silva Lobato, que cuidava do escritório do Coronel Astrogildo Corrêa, coordenador-geral da *Promotion*. Dormélio saía do emprego, pois Astrogildo não pagava seus salários devidamente. Em troca de segurança própria e para sua família, cedeu diversos documentos da ADEP e da *Promotion* para o governador de Pernambuco. Sendo assim, Arraes obteve telegrama que Astrogildo enviara a Hasslocher, dizendo que a verba para o estado de Pernambuco havia excedido em 18 milhões de cruzeiros.²⁴²

²³⁶ Idem, 21 de abril de 1963.

²³⁷ DUTRA, 1963. p.81.

²³⁸ Verbas entre 600 mil e 1 milhão de cruzeiros para deputados federais e 800 mil cruzeiros para deputados estaduais.

²³⁹ DUTRA, 1963. p. 68. É relevante ressaltar que alguns candidatos recebiam dinheiro “vivo” de acordo com as instruções de um dos dirigentes da ADEP, João Mendes (UDN-BA).

²⁴⁰ *O Semanário*, Rio de Janeiro, nº 311.

²⁴¹ DUTRA, 1963. p. 19.

²⁴² Documento entregue à CPI do IBAD pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes. *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963. Vol. VIII, nº 51, fls. 1.488, p. 9949.

Arraes divulga a publicação do que conhecemos atualmente como “*fake news*”, contra ele e a influência do IBAD nas Forças Armadas.²⁴³

Além disso, Arraes revelou que o IBAD tinha uma organização secreta e influente entre os membros do IV Exército e que só no jornal *Diário de Pernambuco* foram destinados quatro milhões de cruzeiros em publicidade favorável ao candidato João Cleofas. O *Diário de Notícias*, em agosto de 1962, também se posiciona contra Miguel Arraes publicando nota questionável, afirmando a vontade de Prestes em deixar a liderança do Partido Comunista nas mãos de Miguel Arraes. Um desenho de Cristo coroado com foices e martelos foi apresentado também na CPI.²⁴⁴ Assim, no meio de uma “caça às bruxas à brasileira” tais notícias pretendiam desqualificar a figura do governador de Pernambuco, eleito pelo PST e apoiado pelo Partido Comunista.

O ex-governador de Pernambuco foi indagado pelos parlamentares sobre o financiamento a sua campanha eleitoral e em outros momentos de sua fala, se referiu aos núcleos de saúde instalados pelo IBAD no Nordeste:²⁴⁵

Algumas vezes Miguel Arraes foi questionado sobre o financiamento de sua campanha e esclarecimento de algumas questões de sua candidatura. Entretanto, o governador de Pernambuco fez questão de frisar que quem estava no banco dos réus era o IBAD e não ele, portanto os parlamentares deveriam focar seus questionamentos nesta instituição e em seus aliados. Entre outras questões, Arraes esclareceu que os núcleos de saúde instalados pelo IBAD no Nordeste eram meramente assistenciais, fato um tanto comprovado devido a retirada desses centros de assistência assim que as eleições terminaram. A CPI recebeu diversos abaixo-assinados de municípios do Nordeste solicitando que os núcleos do IBAD não fossem fechados, independentemente dos resultados obtidos na Comissão de Inquérito.²⁴⁶

Pressionado, o presidente João Goulart através de decreto presidencial suspendeu as atividades do IBAD e da ADEP por três meses, no dia 31 de agosto.²⁴⁷ O Ministério Público Federal ficaria encarregado de investigar a fundo estas instituições com o intuito de encontrar evidências mais concretas que acarretasse no fechamento desses órgãos.

Mostro na monografia sobre a CPI do IBAD-IPES os motivos que levaram Jango a vetar o nascimento de órgãos similares ao IBAD após o decreto:²⁴⁸

Além de suspender, Jango proíbe o surgimento de novas entidades similares aos de caráter ibadiano sob pena de ação judicial. Este ato se mostrou necessário, pois

²⁴³ OLIVEIRA, 2011. p. 32-33.

²⁴⁴ *Ibidem*, fls 1.493 e 1.494.

²⁴⁵ OLIVEIRA, 2011. p. 33.

²⁴⁶ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, vol.VI, item LXI, p. 9948.

²⁴⁷ BRASIL. Decreto n.52.425, de 31 de agosto de 1963. Suspende as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP).

²⁴⁸ OLIVEIRA, 2011. p.34.

Fidélis Amaral Neto garantiu a um jornal²⁴⁹ que o IBAD continuaria funcionando, mas com o nome de “Comitê Nacional de Defesa contra o Comunismo”, cujo instituto seria dirigido por ele mesmo. Anunciou ao mesmo tempo, que a revista ibadiana *Ação Democrática* passaria ao seu comando, pois o IBAD enviaria os direitos a ele, além de arrendar os estúdios de gravação da *Promotion*. Questionado por um jornalista sobre o motivo de o deputado udenista dirigir a revista *Ação Democrática* ao invés de relançar sua antiga revista denominada *Maquis*, Amaral Neto respondeu: “*Essa agora tem dinheiro.*”²⁵⁰

Assim que Goulart decretou a suspensão dos institutos, documentos do IBAD e da ADEP foram queimados. Periódicos como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* se manifestaram contra o decreto de Jango que suspendia o IBAD e a ADEP. *O Globo*, que atribuía à CPI,²⁵¹ um caráter demagógico e não era partidária de sua criação, publicou no início de setembro, uma lista de depoimentos de deputados, majoritariamente ibadianos, repudiando as investigações do Congresso e o fim das atividades dessas instituições:

(Eurípedes Cardoso de Meneses) – “Continua mal assessorado o chefe do governo. Do contrário não assinaria o decreto que determinou a suspensão de 3 meses de instituições legais, de finalidades patrióticas e cujo o crime se resume em lutar em defesa da democracia”.

(Padre Vidigal) – “É a prova de que os comunistas estão mandando e desmandando neste Governo. O único crime que o povo brasileiro sabe que o IBAD cometeu foi o de lutar, com todos os recursos, que podia dispor, contra a infiltração comunista no Brasil, e em particular nos três poderes da República”.²⁵²

Em depoimento ao jornal *O Globo*, Adauto Lucio Cardoso, liderança máxima da UDN, assume indiretamente a ilegalidade do IBAD: “*Daqui por diante, só podem funcionar os IBADs do governo.*”²⁵³

Não foi muito difícil interromper os trabalhos da CPI, já que a maioria dos membros da mesa eram atrelados ao IBAD. Poucos dias após a suspensão do IBAD e ADEP, a CPI foi dissolvida e exigiu-se uma renovação dos membros da mesa. Isto aconteceu, coincidentemente ou não, na véspera do depoimento de Ivan Hasslocher. O *Brasil Urgente* mostra a votação que suspendeu a Comissão de Inquérito:

A decisão foi adotada por 4 votos contra 2. Votaram pela suspensão das investigações, os senhores Arnaldo Nogueira, Bulamarte de Miranda, Anísio Rocha

²⁴⁹ *Brasil Urgente*, setembro de 1963.

²⁵⁰ *Política e Negócios*, 19 de setembro de 1963.

²⁵¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1963.

²⁵² *Idem*, 02 de setembro de 1963.

²⁵³ *Idem*, *Ibidem*.

*e Laerte Vieira. Contra os senhores João Dória e Benedito Cerqueira. Estavam ausentes os senhores José Aparecido, Rubens Paiva e Eloy Dutra.*²⁵⁴

Em setembro de 1963, o presidente da CPI, Walter Peracchi Barcelos (PSD-RS), e o relator, Laerte Vieira (UDN-SC), foram acusados de estarem na órbita ibadiana e foram duramente criticados por periódicos de linha nacional-reformista e esquerdista. No início da CPI, Peracchi Barcelos indicou Laerte Vieira para o cargo de relator, contrariando a lei, uma vez que o partido que requereu a investigação (no caso o PTB) deveria ser automaticamente o legítimo responsável pela indicação do relator. Isso fez com que o PTB ameaçasse se retirar da Comissão, mas como isso geraria a extinção da CPI, preferiu refugar.

Laerte Vieira foi um dos votantes a favor da dissolução da CPI em que o próprio era relator e assim, como Peracchi Barcelos, recebeu financiamentos das instituições ligadas ao IBAD em suas campanhas.²⁵⁵ Barcelos admitiu ter adquirido verbas da ADP para ajudá-lo a se eleger no Rio Grande do Sul, e mesmo assim acreditava que isso não afetava o saudável andamento da CPI já que o mesmo era presidente daquela Comissão.²⁵⁶

Certamente o depoimento mais esperado era do presidente do IBAD, Ivan Hasslocher, que saía do Brasil em abril, assim que soube da possibilidade de instalação da CPI do IBAD-IPES e retornara ao Brasil em setembro. Nas vésperas de seu depoimento, no início do mês, a primeira mesa da CPI foi dissolvida. Eloy Dutra mostrou-se desiludido com os partidos políticos brasileiros e fez duro discurso no Congresso Nacional. Somente em 24 de setembro de 1963, a Comissão Parlamentar de Inquérito é recomposta e forma-se a segunda mesa. Seus componentes eram: o presidente da mesa Ulysses Guimarães (PSD-SP), o relator Pedro Aleixo (UDN-MG), Bocayuva Cunha (PTB-RJ), Adauto Lúcio Cardoso (UDN-GB) e Temperani Pereira (PTB-RS).²⁵⁷

No dia 25 de setembro de 1963, Ivan Hasslocher apresenta-se a CPI, mas não admite falar como testemunha e sim como indiciado.²⁵⁸ A lei 1579/52 que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, diferencia desta maneira testemunhas de indiciados:

No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de

²⁵⁴ *Brasil Urgente*, São Paulo, setembro de 1963.

²⁵⁵ OLIVEIRA, 2011. p.36.

²⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 04 de julho de 1963.

²⁵⁷ DUTRA, 1963. p. 48-49.

²⁵⁸ Diário do Congresso Nacional, dezembro de 1963. Vol. X, item LXXVI, p. 9951.

Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso...

Desta forma, conclui-se que o indiciado não é um réu, por não ter ação penal proferida contra ele, portanto não cabe a Comissão de Inquérito processá-lo e sim apenas ouvi-lo. Os benefícios de Hasslocher ser tratado como indiciado incluíam:

O indiciado possui a faculdade de permanecer calado, sem que o silêncio importe em confissão.

(Quanto a mentir) não é um direito do acusado, mas sim uma tolerância que o Estado acaba por admitir em favor do réu e de seu amplo direito de defesa.

não podem ser compelidos a comparecer perante qualquer comissão de inquérito. E, se eventualmente comparecer, os indiciados não estarão obrigados a depor.²⁵⁹

Apesar de admitir algumas acusações, Ivan Hasslocher gerou revolta entre parlamentares com seu depoimento:²⁶⁰

Assim, Hasslocher não tinha a obrigação de falar a verdade em seu depoimento na CPI. O presidente do IBAD, depondo como indiciado suportou extenso interrogatório respondendo as 252 perguntas do relator Pedro Aleixo e provocou indignação nos deputados que ouviam sua argumentação. Ivan Hasslocher negou a existência dos “compromissos ideológicos”, acusou Arthur Oscar Junqueira de desonestidade no secretariado da ADEP e mesmo assumindo a oferta de 1 bilhão de cruzeiros à Castilho Cabral, fundador do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), afirmou que desistira de convidá-lo para dirigir a ADEP, porque o líder do MPJQ não lhe passara confiança²⁶¹. O curioso no segundo ponto levantado, é que Hasslocher acusou Arthur Junqueira de má índole na manipulação das verbas da entidade, mas ao mesmo tempo assinou uma série de documentos, revelados na CPI, aprovando ou orientando as atitudes do ex-secretário da ADEP.

Ivan Hasslocher confirmou o financiamento a 250 candidatos a deputado federal, 600 deputados estaduais e 8 governadores, porém não divulgou o nome dos candidatos que receberam esses benefícios. Perante a imprensa, havia dito que os financiadores do IBAD eram 70 firmas industriais e comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo, mas diante da CPI relatou que os contribuintes da ADEP eram 126 brasileiros, entre eles pessoas físicas e jurídicas,²⁶² sendo a maioria paulista e 86 destes, ajudantes do IBAD. Com este argumento Hasslocher ganhava tempo na apuração dos fatos, uma vez que era muito mais trabalhoso e complicado investigar pessoas físicas do que jurídicas. Ao mesmo tempo buscava distinguir o IBAD da ADEP. É válido ressaltar que Hasslocher por meio de uma matéria-paga a órgão da imprensa revelou que os fundos para a manutenção do IBAD vinham da venda da Revista *Ação Democrática*. O contraditório nesta menção é que as revistas eram

²⁵⁹ HETSPER, Rafael Vargas. O remédio do momento: *Habeas corpus*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: 27/10/2018.

²⁶⁰ OLIVEIRA, 2011. p. 37-38.

²⁶¹ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, vol.X, item LXXXII, p. 9951.

²⁶² Idem, Ibidem.

distribuídas gratuitamente.²⁶³ Ao ser questionado do motivo da fundação do IBAD, respondeu que criara a instituição com o intuito de acabar com o comunismo no Brasil.

Aproximadamente um mês depois do depoimento de Ivan Hasslocher, o Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, compromete decisivamente as investigações da Comissão de Inquérito. No dia 28 de outubro de 1963, envia um dossiê com informações detalhadas do IBAD, feito pelo Exército Brasileiro,²⁶⁴ para o Serviço Secreto de Informações.²⁶⁵

Questiono esta ação de Jair Dantas Ribeiro que pode ter sido crucial para o andamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito:²⁶⁶

O Ministro da Guerra recusou ceder o dossiê à CPI alegando que as informações obtidas nele não comprovariam fatos nesta Comissão, apenas forneceriam indícios que fugiam da esfera militar.²⁶⁷ A historiografia nacional confere a Jair Dantas Ribeiro uma imagem de um militar legalista, fiel a Jango nas lutas contra as forças conservadoras. Porém, pretendo lançar um questionamento: por que colocar em sigilo, um dossiê de uma instituição que confrontou à soberania nacional, cometeu crimes eleitorais, era suspeita de um homicídio e conspirava contra o presidente que Jair Dantas Ribeiro apoiava? Em ofício emitido à CPI relatou que manteve o documento no Serviço Secreto de Informações: “*tendo em vista, resguardar as fontes, o desenvolvimento das pesquisas bem como a veracidade ou não dos documentos*”.²⁶⁸ Em 2012, fui pessoalmente solicitar o dossiê ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e o arquivista apenas me forneceu documentos que constavam dados pessoais do ex-ministro. Se os deputados tivessem obtido esses dados apurados pela inteligência do Exército era provável que a CPI tomasse outro rumo e conseguisse descobrir respostas ocultas até hoje.

Acredito que seja papel da CPI e não do Exército verificar a legitimidade ou não de documentos relativos ao IBAD. Um agravante a visão historiográfica mais tradicional sobre Jair Dantas Ribeiro é descobrir que o IPES mantinha contato com ele, como consta no livro de Dreifuss.²⁶⁹ Vale lembrar que nas vésperas do golpe de 1964, Jair Dantas Ribeiro rompeu com Jango, pois o mesmo se negara a dissolver a CGT. Em hipótese nenhuma quero contestar os serviços prestados a Jango, principalmente na aprovação da Emenda Valadares, que antecipou o plebiscito do parlamentarismo para janeiro de 1963, quando só seria realizado em 1965. Entretanto, creio que os fatos citados acima não podem ser desprezados, uma vez que eles pesaram significativamente para uma apuração mais abrangente dos crimes cometidos pelo IBAD, seus responsáveis e os elos com figuras e instituições internacionais.

O presidente João Goulart prorroga o prazo de suspensão da ADEP e IBAD por mais três meses, em 28 de novembro de 1963, a fim de fornecer mais tempo para que o Ministério

²⁶³ DUTRA, 1963. p.32.

²⁶⁴ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo II, letra F, p. 9942. (Vol. XI fls. 2312-13 e vol.XIII).

²⁶⁵ Idem, Ibidem.

²⁶⁶ OLIVEIRA, 2011. p.38-39.

²⁶⁷ *O Estado de São Paulo*, 14 de novembro de 1963.

²⁶⁸ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, capítulo II, letra F, p.9942, (vol.XIII folhas).

²⁶⁹ DREIFUSS, 1981. p. 400. Livro revela que Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, era peça-chave na mediação do IPES com elementos das Forças Armadas.

Público Federal investigasse as instituições.²⁷⁰ A CPI estava terminando, já que o relator Pedro Aleixo esperava a aprovação da mesa de parlamentares do seu parecer final.

O parecer final do relator Pedro Aleixo é aprovado pelos membros da Comissão de Inquérito no dia 3 de dezembro de 1963. De maneira geral, podemos concluir que apesar de divulgar provas comprometedoras e diagnosticar incoerências em alguns depoimentos, não responsabilizou nenhuma das pessoas físicas que depuseram ou foram mencionadas por envolvimento com o complexo IBAD-IPES. A CPI não descobriu a origem dos recursos do IBAD, desta forma, não atingiu os objetivos principais a que se propunha. Pedro Aleixo admitiu que a CPI estava fadada ao insucesso, visto que uma crise internacional poderia se instalar, uma vez que fossem encontradas as origens dos depósitos nas contas do IBAD. Isto envolveria diretamente governos de países de Primeiro Mundo, algumas delas taxadas como “ícones da democracia”, gerando consequências marcantes.²⁷¹

Pedro Aleixo produziu um relatório final fraco e que gerou suspeitas sobre sua capacidade de atuação contra o IBAD-IPES:²⁷²

O relator Pedro Aleixo mesmo não poupando críticas ao IBAD, somatizou mais suspeitas do que provas em seu parecer contra o envolvimento do capital estrangeiro na campanha eleitoral de 1962. Em muitos momentos negligenciou acontecimentos importantes, como a suspeita de assassinato do informante da Marinha, José Nogueira, e a lista de 111 deputados patrocinados com dinheiro ibadiano em 1962, divulgados pelo *Correio da Manhã* e *O Semanário*.²⁷³ Ambos não foram mencionados no relatório final.²⁷⁴

Quando afirma que as atividades do IBAD e aliados eram produtos da ação do indivíduo Hasslocher, procura descaracterizar a amplitude do processo de corrupção política no período, que ia além de nossas fronteiras com verbas vindo do estrangeiro para afetar a política interna do país. Vale ressaltar que Pedro Aleixo também é um dos suspeitos de recebimento de verbas ibadianas no livro de Dreifuss.²⁷⁵ A própria Revista *Veja* admitiu que os deputados da CPI IBAD/IPES não estavam muito interessados em descobrir os nomes dos envolvidos no escândalo, visto que suas maiores preocupações eram em atacar veículos da imprensa apresentaram nomes de candidatos agraciados no esquema ibadiano.²⁷⁶

No relatório final, Aleixo exime o IPES de responsabilidade nas ilegalidades, dizendo não haver qualquer prova contra a instituição e que seus estatutos são perfeitamente legais. Porém, no próprio estatuto do IPES há um artigo que menciona a proibição de ações político-partidárias do órgão. A interferência do

²⁷⁰ BRASIL. Decreto n. 53.042, de 28 de novembro de 1963. Prorroga o prazo fixado no artigo 1º do Decreto nº 52.425, de 31 de agosto de 1963, que suspendeu as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Ação Democrática Popular (ADEP).

²⁷¹ DUTRA, 1963. p. 47

²⁷² OLIVEIRA, 2011. p.40-42.

²⁷³ *O Estado de São Paulo*, 14 de novembro de 1963.

²⁷⁴ Parecer final do relator Pedro Aleixo sobre a CPI do IBAD e IPES. *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963, p. 9944.

²⁷⁵ DREIFUSS, 1981. p. 360.

²⁷⁶ Revista *Veja*, 16 de março de 1977.

IPES neste processo eleitoral foi mais que problematizada e elucidada por Dreifuss, mostrando que o IPES era o principal articulador desse esquema.

Portanto, pode-se contabilizar mais uma derrota para a Comissão Parlamentar de Inquérito, já que o IPES foi o principal responsável pela não descoberta das listas de empresas nacionais e estrangeiras que financiaram o IBAD. Em reuniões extraordinárias realizadas pelo Comitê Executivo (CE) e Comitê Diretor (CD) do IPES, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos meses de agosto, setembro e outubro, ficou decidido que medidas cautelosas protegeriam o anonimato dos investidores nacionais e estrangeiros dos seus órgãos afiliados. A ordem que partiu do CE era a negação de qualquer participação de empresas estrangeiras no seu instituto e muito menos divulgar a lista de empresas contribuintes do IPES, pedidos pela CPI do IBAD e IPES.²⁷⁷

Em algumas das 120 páginas do relatório final, Aleixo sugere a ampliação de algumas disposições do Código Eleitoral, de modo que crimes semelhantes a estes cometidos por IBAD e ADEP não sejam cometidos no futuro. Com isso, propõe o fim do anonimato do financiamento eleitoral, tornando obrigatória a contabilidade e publicidade das doações. Sugeriu a proibição de doação eleitoral de empresas que façam negócios com o governo, bancos ou sociedades de economia mista e a fiscalização das eleições em todas as fases por comissões formadas por um membro de cada partido.²⁷⁸ Relatou que a recusa da fala de alguns depoentes que alegavam sigilo profissional e a negação de alguns bancos em apresentar os depositários das verbas nas contas do IBAD e da *Promotion* dificultaram os trabalhos da CPI. Por isso, aconselhou o envio às autoridades competentes de certidões de depoimentos comprovando a falta de compromisso com a verdade dessas pessoas e instituições. Pediu uma averiguação de documentos da *Promotion* com o intuito de saber como e quem efetuou créditos em suas contas, que não se relacionavam com os afazeres da empresa e uma investigação rigorosa do seu imposto de renda, visando verificar irregularidades em suas remessas.

O que a CPI comprovou foi a inegável interligação entre IBAD, ADEP e *Promotion*. Foi constatado que as três empresas eram uma só, pois recebiam ordens e financiamentos de uma única pessoa: Ivan Hasslocher. Dutra e Arraes, em seus depoimentos, comprovam isto e outros fatos como as ilicitudes causados com o financiamento eleitoral de 1962, sendo a ADEP um órgão que contrariava o poder remetido aos partidos políticos pela Constituição Federal com seus “compromissos ideológicos”. Outro ponto positivo da CPI foi o detalhamento da participação dos militares na composição destes institutos, sendo alguns deles chefes de ADEPs, como o General João Gentil Barbato.²⁷⁹

Em 20 de dezembro de 1963, como reflexo das apurações da CPI, o IBAD e a ADEP são dissolvidos em definitivo. O IPES é absolvido e, em 1966, é declarado “órgão de utilidade

²⁷⁷ DREIFUSS, 1981. p. 208 e 227.

²⁷⁸ *Diário do Congresso Nacional*, dezembro de 1963. p. 9962.

²⁷⁹ BANDEIRA, 1978. p.71.

pública” por decreto presidencial. Encerra suas atividades em São Paulo, em 1970 e no Rio de Janeiro em 1972.²⁸⁰

Em 31 de março de 1964 houve um golpe de Estado, que resultou em uma ditadura militar no Brasil. Quinze dias depois, a CPI é arquivada, com isso algumas das sugestões feitas pelo relator Pedro Aleixo foram desprezadas e a pesquisa deste assunto dificultada. Um dos líderes do IPES, Golbery do Couto e Silva, virou chefe do SNI e documentos e correspondências sobre a CPI foram entregues ao órgão, assim que ele foi criado. Atualmente, pesquisadores ainda encontram dificuldades na investigação deste tema. O pedido de desarquivamento de documentos referentes à CPI já havia sido solicitado em março de 1977, pelo deputado do MDB, Genival Tourinho, que foi prontamente refutado pelo líder da ARENA, José Bonifácio Lafayette e pela própria Revista Veja.²⁸¹

É curioso perceber como muitos dos envolvidos com as irregularidades do IBAD-IPES se beneficiaram economicamente e politicamente com a deposição de João Goulart. Walter Peracchi Barcelos, acusado de receber verbas da ADP para sua campanha eleitoral no Rio Grande do Sul, virou Ministro do Trabalho pós-64. Através de uma denúncia de João Mendes soube-se que Barcelos, Juarez Távora e outros dois ministros do governo Castelo Branco receberam benefícios do complexo IBAD-IPES.²⁸²

Pedro Aleixo, último relator da CPI, participou da conspiração contra João Goulart e redigiu o texto do AI-1, que permitia eleições indiretas no país e cassação de elementos considerados subversivos. Tornou-se líder da UDN na Câmara e em 1967, chegou à vice-presidência do Brasil. Em 1969, uma Junta Militar impediu Aleixo de se tornar presidente após as enfermidades de Costa e Silva.²⁸³

Adauto Lúcio Cardoso, deputado respeitado por Eloy Dutra,²⁸⁴ também apoiou a queda de João Goulart da presidência. Em 1965, presidiu o Bloco Parlamentar Revolucionário, bloco superpartidário aliado do regime militar, tornando-se presidente da Câmara dos Deputados em

²⁸⁰ A trajetória política de João Goulart. Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais

²⁸¹ Revista Veja, 16 de março de 1977.

²⁸² DREIFUSS, 1981. p. 337 e 360.

²⁸³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Pedro Aleixo”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aleixo-pedro>.

²⁸⁴ DUTRA, 1963. p. 48-49.

1966 pela ARENA. Em 1967, assumiu uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, em 1967, por indicação de Castelo Branco.²⁸⁵

Ivan Hasslocher não sofreu punições, mesmo sendo particularmente responsabilizado no relatório final e foi residir na Suíça. Antes de se mudar para a Inglaterra em 1976, prestou serviços à Organização das Nações Unidas (ONU).²⁸⁶ Morreu impune e milionário nos Estados Unidos em maio de 2000.²⁸⁷

Quanto aqueles que tentaram incriminar o IBAD, as consequências foram mais nocivas:²⁸⁸

Os opositores do IBAD e IPES receberam diversas retaliações durante a ditadura militar. A maioria teve seus direitos políticos cassados por dez anos pelo Ato Institucional nº1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, como os casos de João Dória, Temperani Pereira, Bocayuva Cunha e José Aparecido. Ulysses Guimarães foi uma das poucas exceções, assumindo a presidência do MDB em 1971.²⁸⁹ Benedito Cerqueira²⁹⁰ e Miguel Arraes²⁹¹ foram presos e exilados para Tchecoslováquia e Argélia, respectivamente.

Além de ter sofrido diversos atentados contra a sua vida nos períodos de campanha em 1962 e durante a CPI, Eloy Dutra teve seus direitos políticos cassados por dez anos, perdendo assim o cargo de vice-governador da Guanabara. Sua prisão foi ordenada pelo chefe do SNI e presidente do IPES, Golbery do Couto e Silva.²⁹² Rubens Paiva foi preso por revanchismo dos militares, a mando do chefe da III Zona da Aeronáutica (III ZA), João Paulo Penido Burnier. No momento da sua prisão não apresentaram qualquer tipo de mandado que justificasse o feito. Foi torturado e morto nos porões da III ZA.²⁹³ Burnier pretendia se vingar de Rubens Paiva, já que o mesmo, na época da CPI, descobriu que alguns militares recebiam cheques para que eles escrevessem artigos ou dessem palestras alertando os cidadãos sobre o perigo de o Brasil cair na órbita comunista. Seu filho Marcelo Rubens Paiva não sabe se Burnier

²⁸⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Adauto Lúcio Cardoso”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-adauto-lucio>.

²⁸⁶ Revista *Veja*, 7 de julho de 1993.

²⁸⁷ CALDIERI, Sergio. Ivan Hasslocher, o publicitário golpista. Disponível em: <http://www.pagina64.com.br/noticia.php?id=348>. Acesso em: 27 out. 2018.

²⁸⁸ OLIVEIRA, 2011. p. 43-44.

²⁸⁹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Ulisses Silveira Guimarães”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ulisses-silveira-guimaraes>.

²⁹⁰ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Benedito Cerqueira”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cerqueira-benedito>.

²⁹¹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Miguel Arrais de Alencar”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>.

²⁹² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Eloi Angelo Coutinho Dutra”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eloi-angelo-coutinho-dutra>.

²⁹³ *O Globo*, 18 de novembro de 2009. Para maiores informações, ver Relatório final da Comissão da Verdade do Rio (2015) e dissertação de Mestrado de Juliana Dal Piva, A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar (PPHPBC/FGV, 2016).

era um dos militares que receberam estas verbas, mas acredita que seu pai foi preso por ter divulgado essas informações ao alcance público.²⁹⁴

Com relação as contas do IBAD em bancos estrangeiros a CPI obteve poucos avanços e nada foi descoberto sobre os reais depositários das quantias:²⁹⁵

A origem dos recursos ibadianos – uma das principais questões da CPI - como se sabe, não foi descoberta. Dos três bancos estrangeiros que possuíram contas do IBAD ou da *Promotion*, apenas um, o *The Royal Bank of Canada* solicitou informações à CPI. Mesmo assim, só enviou o demonstrativo de movimento da conta, documento que não indica os depositários das quantias exorbitantes aplicadas na conta do IBAD-ADEP-*Promotion*. O IBAD chegou a fornecer 25 milhões de cruzeiros a este banco canadense, para que ele não divulgasse o extrato de suas contas.²⁹⁶ Os defensores do IBAD no Congresso e na Justiça do país agiram com rapidez e impediram a divulgação dessas informações.

Os advogados da *Promotion* e do IBAD impetraram um mandado de segurança, alegando sigilo bancário das contas dessas duas instituições, que foi prontamente atendido pelo juiz Wellington Botelho Pimentel.²⁹⁷ Assim, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) estava impedida de fornecer à CPI a origem desses depósitos. Nem mesmo os fortes indícios de ilícitos administrativos²⁹⁸ cometidos pelo IBAD, impediram a concessão do sigilo. Este fato, inclusive foi fortemente criticado por Adalgisa Nery e Castilho Cabral. Este último, inclusive, escreve uma crônica em *O Semanário*,²⁹⁹ criticando o sigilo bancário concedido legalmente ao IBAD. Apoia sua argumentação em pareceres de ministros do Supremo Tribunal Federal como Nelson Hungria, Luiz Gallotti e Ribeiro da Costa.

Relatava que não existia nação no mundo que sobrepujasse o sigilo bancário diante do interesse nacional. Sendo assim, o artigo 17 do Código Comercial não poderia sobrepor-se ao artigo 53 da Constituição Federal de 1946. O direito constitucional estaria acima do direito de natureza privada, de acordo com o princípio da supremacia da Constituição de Hans Kelsen.³⁰⁰ Além disso, Cabral menciona que na CPI do jornal *Última Hora*, o Banco do Brasil cedeu à referida Comissão todas as contas que o periódico possuía no banco por determinação da lei. Logo, não haveria motivos para ser diferente com as contas do IBAD no *The Royal Bank of Canada*, *National City Bank of New York* e *Bank of Boston*.

²⁹⁴ TOGNOLLI, Cláudio Júlio et.al. *Chumbo grosso*, Entrevista com Marcelo Rubens Paiva. *Caros Amigos*, Grandes Entrevistas. 4ªed. São Paulo. Editora Casa Amarela.

²⁹⁵ OLIVEIRA, 2011. p. 44-45.

²⁹⁶ *O Semanário*, Rio de Janeiro, nº 344, 01-07 de agosto de 1963.

²⁹⁷ Idem, ibidem.

²⁹⁸ Crimes eleitorais previstos no artigo 145 do Código Eleitoral e o suposto financiamento eleitoral estrangeiro que faria com que o órgão fosse enquadrado também na Lei de Segurança Nacional.

²⁹⁹ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08-14 de agosto de 1963.

³⁰⁰ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

3) Capítulo III – O “caso José Nogueira”

3.1 – A queda de José Nogueira do apartamento na Cinelândia

Tanto a queda de José Nogueira Leal de seu apartamento no dia 3 de março de 1963, como a véspera do crime e sua morte em um hospital militar 10 dias depois são bem documentadas pelas fontes jornalísticas e policiais. Primeiramente, abordarei minuciosamente os acontecimentos dos dias 2 de março de 1963 até alguns dias após sua morte em 13 de março de 1963. Em seguida, farei uma análise sobre os três possíveis motivos para a queda do espião, evidenciando as falhas policiais e explorando os questionamentos gerados com a investigação. Finalmente, um apontamento das principais pessoas denunciadas por Nogueira que poderiam ter ordenado ou cometido o crime e suas relações interpessoais.

De acordo com o *Diário Carioca*, por volta das 10:00 do dia 2 de março de 1963 (sábado), José Nogueira e seu amigo Berilo Dantas, repórter do *Diário Carioca* se dirigem ao gabinete do Ministro da Marinha, Pedro Paulo de Araújo Suzano, aliado de João Goulart. Após saírem, foram a um bar na Rua do Ouvidor, no centro da cidade do Rio de Janeiro com os repórteres Fabiano Vilanova Machado, do *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa*, e Carlos Castelo Branco, do *Jornal do Brasil*. No local, Nogueira apresentou manuscritos que mostravam uma grande negociata no Ministério da Fazenda, envolvendo o perdão de uma dívida fiscal grandiosa de um poderoso grupo econômico paulista que daria milhões a alguns advogados.³⁰¹ Teria admitido aos amigos que na semana anterior haviam assaltado sua casa, e revirado seu quarto. Porém, mostrou alívio dizendo: “*Eles não sabem onde está o que procuram.*”³⁰² Teria dito que outros papéis muito importantes também estavam sob seu poder e que comprometiam seriamente o IBAD e organismos subsidiários.

Berilo, Fabiano e Carlos teriam retornado ao *Diário Carioca* às 16:00 e José Nogueira se despedido avisando que iria a um casamento mais tarde. Em sua companhia na festa estariam dois amigos: Fernando Macedo Moreira, 57 anos, secretário da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) e proprietário do apartamento que dividia com Nogueira, na Cinelândia, e Luís Antônio Fernandes de Oliveira, advogado e morador do 5º andar do mesmo prédio em que residiam seus dois colegas.

³⁰¹ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³⁰² *Última Hora*, 22 de julho de 1963. p.2

Às 01:00 teriam retornado do casório e entrado em um bar ao lado do Café Amarelinho, na Cinelândia. José Nogueira bebeu um copo de cerveja e se despediu dos amigos, indo em direção a sua moradia. Passou pelas ruas Alcindo Guanabara, Senador Dantas, Evaristo da Veiga e chegou, enfim, a Rua Juan Pablo Duarte. Nogueira estava sem a chave e por causa disso, chamou o porteiro do prédio. Nesse ínterim teriam chegado Fernando e Luís.

Em torno de 01:25 do dia 03 de março de 1963, José Nogueira, Fernando e Luís teriam subido de elevador para seus apartamentos, na Rua Juan Pablo Duarte nº 29.³⁰³ Nogueira e Fernando teriam ficado no terceiro andar, no apartamento que dividiam, e Luís no quinto andar, onde morava. Fontes divergem sobre a localização de Fernando e José no apartamento 302 naquele instante. Alguns afirmam que Fernando dormiu na sala e outros no quarto. Como o apartamento era de Fernando e dificilmente encontraremos uma moradia em que a porta de entrada esteja ligada diretamente a um quarto, presume-se que Fernando dormiu no quarto e José Nogueira num sofá-cama na sala.³⁰⁴ Em 2016, pude ir pessoalmente no endereço onde ocorreu a queda de Nogueira e apesar de algumas mudanças estruturais da localidade, a porta de entrada não direcionava a nenhum quarto específico.

O *Diário Carioca* relata que por volta de 01:50, José Nogueira Leal foi projetado de sua varanda ao solo. A queda se deu em diagonal. O corpo passou pela marquise e por um táxi grande da marca *Hudson* que estava encostado ao meio fio em frente ao prédio, e caiu em posição horizontal a 4,10 metros do edifício. O impacto da queda foi ouvido pelo vigia do Edifício Mesbla, do outro lado da calçada, que fazia a ronda noturna. Ele teria visto um homem caído e uma poça de sangue. Entrou em contato com Stoessel de Oliveira, porteiro do prédio de Nogueira, que ouviu um barulho naquele instante, mas não atribuiu grande importância ao que escutou.

Após ser alertado pela segurança, Stoessel encontrou policiais fazendo ronda num carro perto do corpo e reconheceu José Nogueira que já havia entrado em coma.³⁰⁵ Em seguida, chamou uma ambulância, que levou o corpo ao Hospital Souza Aguiar, próximo ao Campo de Santana, no centro da cidade. Depois que o corpo foi levado por socorristas Stoessel subiu com os policiais até o apartamento 302. Arrombaram a porta e entraram na escuridão, pois a luz da sala estava queimada. Abriram a porta do quarto com uma chave-mestra e encontraram

³⁰³ Atual Rua das Marrecas.

³⁰⁴ *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

³⁰⁵ Fato que causou estranhamento para o irmão de Nogueira, Geraldo Majella Nogueira. Na sua visão o crime teve cobertura policial, já que uma camionete da polícia chegou ao local sem ser requisitada.

Fernando Moreira dormindo. Acordaram-no e perguntaram sobre o paradeiro de José Nogueira e ele respondeu que o mesmo estava dormindo na sala. Contaram-no o ocorrido, e o proprietário começou a chorar e ter uma crise nervosa. Fernando, posteriormente, foi ao 3º Distrito Policial, na Praça Marechal Âncora e contou o que sabia à polícia. Familiares de Nogueira foram chamados, principalmente o irmão Geraldo Majella Nogueira, que à noite entrou em contato com autoridades do Ministério da Marinha. Uma fonte relata que alguns familiares pediram para a polícia que o caso fosse concluído como acidente.³⁰⁶

No Souza Aguiar é diagnosticado com um traumatismo craniano, e às 11:00 do dia 4 de março, o Almirante Pedro Paulo Suzano, junto com o Diretor de Saúde da Marinha conseguiu a remoção de José Nogueira para o Hospital Central da Marinha, na Ilha das Cobras, na Praça Mauá.³⁰⁷ O informante do CENIMAR passou para o estado semicomatoso dias depois de sua chegada ao hospital militar. Os médicos optaram por aplicar-lhe uma calafetação geral por gelo para resolver o problema das hemorragias internas.³⁰⁸ Entretanto, a calafetação acabou provocando uma pneumonia na vítima.³⁰⁹ O agente secreto resistiu por alguns dias, mas quando parecia vencer a pneumonia, seus rins pararam de funcionar e Nogueira morreu no dia 13 de março de 1963.

³⁰⁶ *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1963.

³⁰⁷ A fonte está ilegível para nomearmos com clareza o nome do Diretor de Saúde da Marinha. No sobrenome lê-se algo como “Londres”.

³⁰⁸ Calafetação geral por gelo é uma espécie de compressa gelada que, antigamente, se fazia no corpo para estancar sangramentos internos. Como não se pode estancar o sangue pela compressão, a saída era pôr gelo, ou imergi-lo numa banheira para que a temperatura baixasse de forma drástica e sanasse o problema. Todavia, em alguns casos, ameniza-se o problema da hemorragia interna e pode gerar, na contramão, outras doenças como a pneumonia.

³⁰⁹ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

PAGINA 2 Sexta-Feira, 19 de Julho de 1963

VIGIA CONFIRMA SUSPEITA: — FOI A QUEDA MAIS ESTRANHA QUE JÁ VI



Foi a queda mais estranha que já vi em minha vida o homem voou, indo parar a uma distância incrível para quem caísse normalmente. O corpo caiu do 3.º andar sem tocar nas paredes do prédio e sem bater na marquise, estatelando-se além de um automóvel grande, Hudson, que estava encostado ao meio fio, bem defronte ao edifício.

A declaração foi prestada à UH, ontem à tarde, pelo vigia Stael Oliveira, que trabalha há cinco anos no edifício de onde caiu o jornalista José Nogueira, no dia 3 de março passado. A queda provocou a morte de Nogueira e, para a misteriosa ocorrência, o publicista Genival Rabelo acaba de chamar a atenção da opinião pública, através de depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ação do IBAD, ADP e IPES.

FORTE SUSPEITA — O diretor da revista "PX", Sr. Genival Rabelo, depondo na madrugada de ontem na CPI responsabilizou o IBAD pela morte do jornalista, uma vez que o fato provocou forte suspeita de seus amigos e em todo o meio jornalístico carioca, onde a vítima era reconhecida como uma fonte sempre muito bem informada para assuntos militares e políticos.

A suspeita chegou a tal ponto que o Serviço de Informações da Marinha investigou as circunstâncias que envolveram a estranha morte de José Nogueira, mantendo ainda em sigilo as conclusões a que chegou.

ÚLTIMA NOITADA — No dia 2 de março passado, um sábado, José Nogueira visitou os seus amigos jornalistas Berilo Pintas, do "Diário Carioca" e Fabiano Vilanova Machado, também do "Diário Carioca" e da "Tribuna da Imprensa". Conversaram e beberam cerveja até 16 horas, em um bar próximo à redação do "DC". Na ocasião, Nogueira mostrou aos seus colegas o manuscrito de um documento relativo ao perdão fiscal de uma importante dívida. Salu dizendo que iria a uma festa de casamento e os dois jornalistas só souberam que Nogueira havia caído da janela de seu apartamento na segunda-feira. Informações obtidas depois, revelaram que, saindo do bar, Nogueira foi para o apartamento 202, da Rua Juan Pablo Duarte, 29, na Cinelândia, onde residia com o funcionário da SUBSAN e proprietário do imóvel, Sr. Fernando Moreira. Tomou banho, mudou a roupa e foi à festa de casamento, em companhia de Fernando e de um outro amigo, o advogado.

A QUEDA — Depois das 2 horas da madrugada, um baque surdo na Rua Juan Pablo Duarte e nenhum grito. Somente o porteiro do prédio da Mesblá ouviu o ruído e verificou que um corpo de homem estava estendido na rua, reconhecendo José Nogueira. Apressou-se em comunicar o fato ao porteiro do prédio onde residia o jornalista que chamou a Polícia e uma ambulância do Hospital Souza Aguiar. Quando a Polícia chegou, Fernando Moreira, companheiro de apartamento de José Nogueira, dormia profundamente. Foi acordado e ao ser perguntado onde estava o amigo apontou para o quarto. Demonstrou grande espanto quando soube o que acontecera e disse nada saber sobre o fato. Também o advogado Luís Antônio de Oliveira não encontrou qualquer explicação para o acontecido. Nogueira já havia sido levado para o Hospital Souza Aguiar, onde foi constatado traumatismo craniano. No Pronto Socorro, foi visitado pelo Ministro da Marinha da época, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, que era amigo de Nogueira e que ordenou a sua remoção para o Hospital Central da Marinha. José Nogueira ficou do dia 3 ao dia 13 de março em estado de coma. Sua robustez superou a fratura do crânio e o atestado de óbito atribuiu a "causa mortis" à paralisação dos rins, que não suportaram a sobrecarga.

POR QUE DA SUSPEITA — A suspeita de que José Nogueira foi atraído do seu apartamento para a morte está na declaração do porteiro do prédio e constatada por todas as investigações que foram procedidas, porque o local da queda, longe da marquise, leva a crer que o jornalista foi lançado para fora por mais de uma pessoa, devido ao seu físico avantajado. O corpo "voou", sem tocar nas paredes do prédio, ultrapassando a marquise e caindo ao lado de um grande automóvel que estava estacionado defronte ao prédio.

FURNAS PODE ACABAR CRISE AINDA EM 63

TECNICOS do Ministério de Minas e Energia, entregaram hoje o relatório preliminar sobre os estudos para a normalização do suprimento de energia elétrica à Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro, admitindo a possibilidade de a energia proveniente da Hidrelétrica de Furnas vir a abastecer a região Centro-Sul antes do fim do ano.

O Almirante Miguel Magaldi, Coordenador do Racionamento, afirmou ontem à UH que, felizmente, a crise de energia permanece estacionária, apesar de cada vez mais se acentuar a estiagem na cabeceira dos rios, e que embora tenha o máximo interesse em reduzir para 15 minutos os cortes diários, de 20 minutos, isso ainda não é possível.

COOPERAÇÃO — O Coordenador destacou, como razão fundamental para o estacionamento da crise, a cooperação que vem sendo dada às autoridades pelas populações carioca e fluminense. Frisou que se não fosse a compreensão dos consumidores, em residências ou escritórios, muitas indústrias já se estariam ressentindo e, até mesmo, totalmente paralisadas.

Este é o prédio de onde "voou" para o morte o jornalista José Nogueira.

3.2 – As investigações

Três frentes investigaram o caso ao longo de aproximadamente sete meses, interruptamente. O 3º DP que fez o registro de ocorrência, o legista da Polícia Civil, Manoel Seve Neto, e o chefe da Clínica Ortopédica e Traumatológica da Marinha, Brás Itapaci Magalhães. Três hipóteses foram levantadas: acidente, suicídio ou homicídio. Nota-se uma divergência clara entre a análise criminalística da delegacia com a dos dois legistas.

O registro de ocorrência nº 526 foi aberto no dia 4 de março de 1963 pelo 3º Distrito Policial. As investigações preliminares do caso ficaram a cargo do detetive Dadaut. Afirma-se no documento que às 02:00, o Detetive Odilon levou ao conhecimento daquela delegacia que um homem de cueca estava caído no chão da Rua Juan Pablo Duarte, em frente ao número 29, respirando com dificuldade e ensanguentado. Abordou Fernando Moreira sobre os acontecimentos da virada do dia 2 para o dia 3 de março e o mesmo afirmou que os três voltavam de uma festa de casamento. Fernando afirmou que José Nogueira tinha como hábito sentar no muro de pequena altura de seu apartamento para tomar bebida alcoólica, e por isso, seria provável que tivesse caído. Baseado nesse depoimento e no de Luís Antônio de Oliveira, as investigações foram encerradas no mesmo dia 4 de março com a conclusão do caso como “*simples queda*”.³¹⁰

A Polícia Civil não chamou a perícia ao avistarem o corpo de José Nogueira no chão. Não fez exames de medicina legal nas dependências do apartamento da vítima, buscas nas proximidades do local e levantamentos dos fatos da noite do crime.³¹¹ Além disso, não apurou as informações do perito da Marinha, Brás Itapaci Magalhães, que comunicou à polícia as queimaduras na mão esquerda, perna e outras escoriações.³¹² Arquivou o caso baseado na credibilidade que auferiram ao depoimento da única pessoa que se sabe até o momento estar presente na cena do crime. Tal certeza na veracidade da fala de Fernando Moreira foi explicitada no final do pequeno relatório de três laudas: “*Determinado Sr. (Fernando Moreira) é de inteira confiança da família do acidentado.*”³¹³

³¹⁰ Seção de Microfilmagens da Cidade da Polícia. Registro de Ocorrência nº 526/63 do 3º Distrito Policial. – Cidade da Polícia. Jacarezinho, Rio de Janeiro.

³¹¹ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³¹² *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1963.

³¹³ Seção de Microfilmagens da Cidade da Polícia. Registro de Ocorrência nº 526/63 do 3º Distrito Policial. – Cidade da Polícia. Jacarezinho, Rio de Janeiro.

Não cabe a mim como pesquisador tratar como inegável o envolvimento de Fernando Moreira na morte de Nogueira, porém é meu dever no processo de interpretação das fontes, contestar as incongruências de seu relato e a falta de um rigor investigativo adequado da morte de uma pessoa que investigava e denunciava crimes de interesse nacional. É impensável que possa se arquivar caso de tal magnitude se contentando com a versão de uma pessoa, mesmo que ela seja inocente. Caso se considere que a morte de Nogueira tenha sido resultado de crime, é muito improvável que Fernando Moreira, ainda que não tenha participado do crime, não tenha escutado nenhum barulho dentro de seu apartamento. Isto ficará mais claro quando destrincharmos as conclusões dos dois legistas sobre o ocorrido naquela noite.

A possibilidade de suicídio foi descartada por amigos e familiares. O jornalista não se mostrava depressivo, pelo contrário, estava cada vez mais feliz com sua vida profissional.³¹⁴ José Nogueira Leal vivia um período de prosperidade econômica na carreira e afirmava que nunca tinha ganho tanto dinheiro como ultimamente com tantos empregos. Como conferente³¹⁵ do Porto do Rio de Janeiro ganhava mais de 100 mil cruzeiros mensais, sendo agregado ao Serviço de Relações Públicas.³¹⁶ Planejava sua mudança da Cinelândia para um apartamento em Copacabana, que iria mobiliar. Não gostava do ambiente pesado daquele bairro, como revelou a Pedro Müller e tinha condições financeiras para morar na Zona Sul do Rio de Janeiro.³¹⁷ Ademais, o perito da Marinha afirmou que a vítima caiu do prédio sem esboçar os instintos elementares dos seres humanos ao entrarem em queda livre.³¹⁸ Isso quer dizer que qualquer pessoa que tente se matar, mesmo assim, segundos antes do choque com o solo demonstra reações de defesa ao corpo, como colocar as mãos no rosto ou virar a cabeça para evitar um impacto frontal.

As conclusões dos peritos Brás Itapaci Magalhães, da Marinha, e Manoel Seve Neto, da Polícia Civil, que analisaram o cadáver de José Nogueira, são semelhantes. Há poucos acréscimos que diferem uma análise da outra e a certeza é uma só: o agente secreto da Marinha foi assassinado. Pelo menos é o que afirmam as fontes jornalísticas que ouviram depoimentos

³¹⁴ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³¹⁵ Conferente é um profissional administrativo da marinha mercante responsável pela contagem e identificação de mercadorias a bordo de um navio ou pela recepção e entrega de mercadorias nas instalações portuárias.

³¹⁶ *Última Hora*, 20 de julho de 1963.

³¹⁷ *Última Hora*, 20 de julho de 1963.

³¹⁸ *Última Hora*, 23 de julho de 1963.

dos dois legistas sobre o laudo cadavérico de José Nogueira.³¹⁹ As torturas a que teria sido submetido antes da queda comprometeram sua vida, tanto quanto o forte impacto com o solo.³²⁰

De acordo com o chefe da Clínica Ortopédica e Traumatológica do Hospital Central da Marinha, a vítima apresentava queimaduras de cigarro na mão esquerda, uma “*ferradura*” no braço direito, indicando que a vítima teria sido agarrada com força, um ferimento na perna que a queda não poderia ter causado e escoriações no corpo que foram comunicadas à polícia por Brás Itapaci e solenemente ignoradas.³²¹

A hipótese de acidente também é refutada devido à trajetória do corpo desde a queda até o chão, mostrando uma forte propulsão. A vítima foi parar a uma longa distância do prédio onde morava, já desacordado. Seu corpo foi direcionado em diagonal e caiu em posição horizontal, longe do parapeito e do táxi estacionado embaixo do prédio. O despropósito do caráter accidental se torna mais evidente quando se percebe que o corpo não encostou nas marquises do prédio e na janela do apartamento. Se a história que Fernando e Luís contaram na delegacia fosse verdadeira, alguma parte do corpo de José Nogueira teria se chocado com as paredes do prédio e o local e a forma da queda seriam diferentes da conhecida. Provavelmente, teria caído em posição vertical e em cima ou perto do carro estacionado embaixo do edifício.

Já Berilo Dantas, do *Diário Carioca*, suspeitava que o criminoso fosse íntimo de José Nogueira, já que não houve indícios de luta entre os dois ou três, e Nogueira o recebeu com trajes de dormir (cueca). Além dos ferimentos que a queda não consegue explicar, a luz onde dormia estava queimada. Por ser um indivíduo extremamente atlético, com mais de 70 quilos e exímio praticante de jiu-jitsu, presume-se que mais de uma pessoa o tenha agredido e atirado da varanda, como afirmou o legista Manoel Seve Neto, que também constatou ferimentos na cabeça e nas costas.³²²

Especialistas da época acreditam na hipótese de “*pau científico*”, quando uma pessoa é espancada por métodos que não permitem o aparecimento de equimoses pelo corpo.³²³ Isso explicaria a “*causa mortis*” por paralisação dos rins, já que a queda não foi responsável pelos ferimentos nestes dois órgãos. A certidão de óbito se refere a: “*fratura do crânio, contusão*

³¹⁹ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

Última Hora, 22 de julho de 1963.

Última Hora, 23 de julho de 1963. p.2.

³²⁰ Idem, Ibidem.

³²¹ Idem, Ibidem.

³²² *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³²³ Infiltração de sangue nas malhas do tecido.

*cerebral, hemorragia subdural*³²⁴ e *ventricular*”³²⁵. Fazendo uma leitura documental a contrapelo, baseado em todas as considerações feitas pelos legistas pode-se subentender uma necessidade de registro do motivo da morte por decorrência de danos cerebrais para a confirmação do caso como um acidente e não como assassinato, antecedido de tortura. Acrescento ainda o fato que José Nogueira sobreviveu a queda por mais 10 dias. Além disso, o Hospital Central da Marinha qualificou a *causa mortis* como “secreta”, causando estranhamento de um policial que leu a documentação junto com o delegado-substituto Bruno Bivochi, já que é ilícito ocultar a *causa mortis* de uma pessoa.³²⁶

Dias antes da morte de Nogueira, o amigo e jornalista Fabiano Vilanova Machado fez uma armadilha para comprovar a tese de homicídio. Anunciou na *Tribuna da Imprensa*, que José Nogueira havia saído do coma. Imediatamente, apareceram diversas ameaças de morte contra Fabiano Vilanova Machado por telefone. Porém, seu plano de marcar um encontro com quem o ameaçara acabou sendo frustrado, já que divulgaram com antecedência o forte esquema de segurança que o protegia, através da vigilância de fuzileiros navais, e isto certamente afugentou quem o coagiu.³²⁷

3.3 – Pessoas acusadas pela imprensa de terem tramado e/ou executado a morte de José Nogueira

Não é possível afirmar com exatidão a(s) pessoa(s) que possam ter torturado e matado José Nogueira, ou que deram ordens para tal. O que me chamou atenção nesta fase da pesquisa é a grande gama de personagens que poderiam ter cometido este ato devido às investigações de Nogueira como jornalista e influente no círculo de inteligência da Marinha.

O perfil político das pessoas acusadas pela imprensa de terem tramado ou executado a morte de Nogueira é de linha liberal-conservadora ou de extrema-direita. Vários deles possuíam relações interpessoais ou as instituições em que eram integrantes estavam ligadas umas as outras, de alguma forma. Nota-se uma circularidade relacional entre os prejudicados pelas ações de José Nogueira: O IBAD que possuía o mesmo endereço do Movimento Renovador da UDN,³²⁸ cujo Carlos Lacerda era seu principal político, que ao mesmo tempo era acusado por

³²⁴ Acúmulo de sangue entre as camadas de tecido que envolvem o cérebro.

³²⁵ Hemorragia nos ventrículos do cérebro, que contém o líquido cefalorraquidiano.

³²⁶ *Última Hora*, 20 de julho de 1963. p.7

³²⁷ *Última Hora*, 22 de julho de 1963. p.2.

³²⁸ *O Semanário*, nº 344, 1-7 de agosto de 1963.

um deputado de chefiar o Movimento Anticomunista (MAC),³²⁹ que era órgão liderado por Joaquim “Metralha”, que trabalhava com Penna Botto, que era Almirante da Marinha, Força Armada em que José Nogueira trabalhava e que foi o principal informante da instalação da CPI do IBAD-IPES.

Sendo assim, o mais provável é que tenha existido mandante(s) e executores. De maneira nenhuma pretendo isolar o suposto assassinato de José Nogueira a figura de um dos indivíduos. O mais provável é que o crime tenha ocorrido devido a uma conjuntura de fatores inextrincáveis e tenha sido articulado e elaborado em conjunto.³³⁰

a) Joaquim Miguel Vieira Ferreira, o “Joaquim Metralha”.

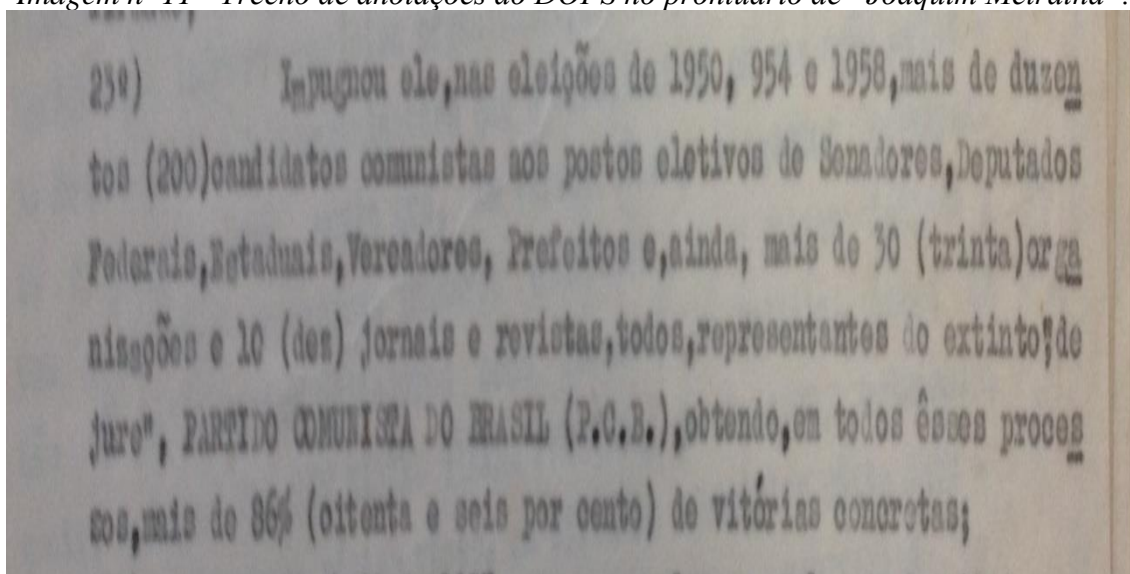
O primeiro nome da lista é Joaquim Miguel Vieira Ferreira, vulgo “Joaquim Metralha”. Presidente da Liga Anticomunista do Estado do Rio de Janeiro, Secretário-Geral da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBAC), fundador da Ordem Suprema dos Mantos Negros (uma espécie de “Ku Klux Klan brasileira”), membro do Movimento Anticomunista (MAC), agente do Serviço Secreto Americano e agente secreto do Serviço de Informações da Marinha (SIM). Militante da extrema-direita política bastante conhecido em Niterói e Itaboraí. Após o golpe civil-militar de 1964, tornou-se informante do Serviço Nacional de Informações (SNI) e membro da organização paramilitar “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC).³³¹

³²⁹ *Diário da Noite*, 23 de janeiro de 1962. CL nega ser chefe do MAC e considera a acusação uma “imbecilidade”. *Última Hora*, 10 e 19 de julho de 1963.

³³⁰ Construí esse rol de possíveis mandantes ou executores de José Nogueira através das acusações do irmão de Nogueira, que também participou das investigações, ao *Última Hora* em 20 de julho de 1963. Além disso, jornalistas como Berilo Dantas e Severino de Moura Carneiro que eram amigos pessoais da vítima, relataram em artigos jornalísticos no *Última Hora* e *Diário Carioca*, pessoas que foram prejudicadas com as ações investigativas de José Nogueira.

³³¹ Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Estado do Rio de Janeiro. Polícia Política. Joaquim Miguel Vieira Ferreira. Pront. RJ. Notação 33.264. APERJ.

Imagem nº 11 - Trecho de anotações do DOPS no prontuário de “Joaquim Metralha”.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Estado do Rio de Janeiro. Polícia Política. Joaquim Miguel Vieira Ferreira. Pront. RJ. Notação 33.264. APERJ.

Dentro do órgão de inteligência da Marinha começa o rancor de “Joaquim Metralha” a José Nogueira. Surpreendentemente em 1959, José Nogueira denunciou a falsificação da Carta Brandi³³² por Joaquim Metralha,³³³ no próprio *Tribuna de Notícias*, jornal da Cruzada Brasileira Anticomunista, do qual Nogueira era redator-chefe. O documento fraudulento aludia a uma aliança entre Jango e Perón para a formação de um governo sindicalista no Brasil. A carta foi lida em primeira mão por Carlos Lacerda na TV Rio e publicada no *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* a poucos dias das eleições presidenciais de 1955.³³⁴ A matéria de José Nogueira se intitulava “O que a nação agora vai saber”.

³³² Falsa carta do deputado argentino Antônio Jesús Brandi ao candidato à vice-presidência da República, João Goulart, em setembro de 1955, negociando com Perón a criação de um movimento armado para instalar uma República Sindicalista brasileira. Foi aberto um inquérito policial-militar e atestou-se a fraude, seguido da prisão dos falsários de Francisco Malfussi e Cordero. O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira aventa a possibilidade de envolvimento da CIA no caso. BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 33

³³³ *Tribuna de Notícias*, 1959. “O que a nação agora vai saber” por José Nogueira. CPDOC. Classificação: JG vpr 1959.00.00/2.

³³⁴ O general Maurrel Filho, responsável pela apuração da autenticidade da carta, reconheceu que Carlos Lacerda, em reunião na sua residência com Cordero (um dos falsificadores), o chefe de polícia da Guanabara e outros elementos planejaram um assalto à casa do advogado argentino Fortunato Azulay. O Coronel Cortes, chefe da polícia recusou, mas Lacerda admitiu que a polícia esteve no local. A ação só não foi executada porque o escritório estava em obras. Azulay tinha provas de fraudes e estelionatos cometidos por Cordero e Malfussi. *Folha Capixaba*, 05 de outubro de 1955. p.3.

Imagem nº 12 – Matéria “O que a nação agora vai saber” de José Nogueira, no tabloide *Tribuna de Notícias*, em 1959.

564pt 1959 00 00
2

O QUE A NAÇÃO AGORA VAI SABER

Quando me disponho a denunciar à Nação Brasileira a ignominiosa traição perpetrada por indivíduos que, à sôlto de potências estrangeiras, vivem solapando os mais sagrados interesses político-sociais do País, o faço com o espírito de bom brasileiro que não deseja vêr a sua Pátria jogada à fêrula de pardos reacionários, embora sabendo que isto me irá expôr ao risco de perder a própria vida.

Essa denúncia versará em torno do “ROSÁRIO” de falsificações documentais, com objetivos políticos, objetivando enganar o eleitorado brasileiro que, por várias vezes, alcançou o fim colimado. Senão vejamos:

I – CARTA BRANDI

O primeiro impacto causado à opinião pública brasileira, foi o aparecimento da famosa “Carta Brandi”, cujos autores materiais foram devidamente punidos. E o autor intelectual? É exatamente sobre esse, ainda impune, que será o principal personagem da minha denúncia.

JOAQUIM MIGUEL VIEIRA FERREIRA, Secretário-Geral da Cruzada Brasileira Anti-Comunista, dotado de inteligência fértil, é, ao seu dizer, o autor intelectual da repulsiva “CARTA BRANDI”, o que foi ouvido por mim próprio, pelo Sargento da Armada Geraldo Majella Nogueira e pelo Sr. Waldemar Barros Esteves, funcionário da Panair do Brasil e Reporter da “Tribuna de Notícias”.

Prosseguindo Joaquim com as suas idéias revolucionárias, foi que, com o objetivo de prejudicar ascensão ao poder dos integrantes do PTB e, desse modo, favorecer à UDN (seu partido) passou a anunciar, previamente, a existência de um “A C Ô R D O” firmado entre PTB-FCB. Em fins de setembro de 1958, encontrava-me em companhia de Joaquim, na sede da Cruzada, quando ao atender determinado te-

José Nogueira já inicia a matéria “*O que a nação agora vai saber*” criticando a influência de organismos estrangeiros no empoderamento de atores reacionários no Brasil e admite que ao escrever este artigo poderá se “*expor ao risco de perder a própria vida*”. Afirma que apesar dos autores materiais da Carta Brandi terem sido punidos, o autor intelectual ainda estaria à solta e este seria “Joaquim Metralha”. Nogueira diz que o próprio Joaquim afirmou isso na presença dele, do irmão Geraldo Majella e de Waldemar Barros Esteves, repórter da *Tribuna de Notícias* e funcionário da Panair do Brasil.³³⁵

De acordo com Nogueira, os planos de “Joaquim Metralha” visavam sabotar a posse ou a governabilidade de adversários políticos que confrontassem as ideias de seu partido de preferência, a UDN, através de falsificação de documentos. Sendo assim, teria criado uma “nova Carta Brandi” no final de setembro de 1958. Na sede da Cruzada Brasileira Anticomunista, e na presença de José Nogueira, teria atendido um telefonema, e respondido em seguida a um Almirante, que tudo indica ser Penna Botto: “*Almirante, já vou fazer a bomba*”. Na máquina de escrever teria datilografado um “acordo” entre o PTB e o PCB, que ficou pronto na terceira tentativa. Ficou com uma cópia em carbono virgem e uma em papel tradicional que guardou consigo. Depois teria telefonado para o Serviço Secreto da Marinha e comunicado ao Comandante Teixeira³³⁶ que o entregaria no mesmo dia às 18:00 na Cinelândia.³³⁷

Joaquim teria voltado a sede da CBAC às 20:00, depois de passar na Marinha. O Comandante Teixeira datilografou para um papel, por um intermédio de um espelho, tudo que continha no carbono de Joaquim e então foi deliberar com o Almirante Jorge Leite se poderia mostrar o documento ao Ministro em exercício. O último, ao tomar conhecimento da “gravidade” do acordo entregou pessoalmente o documento ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. O Cardeal não atestou a veracidade do registro. O documento não estava assinado, tinha sido mal datilografado e continha muitas incoerências. Acabou tornando-se uma tentativa desesperada e fracassada de conter o avanço do PTB nas eleições para governador em 11 estados, Câmara dos Deputados, Senado e assembleias estaduais do dia 3 de outubro de 1958. O partido engrossou ainda mais sua representação

³³⁵ *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC-FGV Classificação: JG vpr 1959.00.00/2. p.1.

³³⁶ É provável que seja o Comandante Roberto Ferreira Teixeira, um dos 377 agentes da repressão citados na lista da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, por crimes na ditadura militar.

³³⁷ *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC-FGV Classificação: JG vpr 1959.00.00/2. p.1-3.

partidária nestes pleitos com vitórias importantes nos governos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Piauí e Amazonas.³³⁸

A publicação da falsificação por alguns jornais chocou José Nogueira, que denunciou o que sabia aos Almirantes Paulo Mário da Cunha Rodrigues (Presidente do Tribunal Marítimo), Luiz Phelipe de Saldanha da Gama (Escola Superior de Guerra), ao General José Maria Leite de Vasconcellos, ao Capitão de Corveta Gabriel de Araújo Bastos (Assistente do Tribunal Marítimo) e ao deputado Pontes Vieira (PSD).

Em outubro, Joaquim “Metralha” teria produzido o documento que denominou de “*Sinopse*”. Seria um relatório feito por alunos da Escola Superior de Guerra (ESG) pedindo a imediata paralisação das obras da capital Brasília e o afastamento do presidente Juscelino Kubistchek e do vice-presidente João Goulart em prol da sanidade econômica. Na verdade, através do inspetor Cecil Borer, Joaquim soube que técnicos do Ministério da Fazenda, a pedido do Ministro Lucas Lopes, expuseram alguns motivos para o fim das obras em Brasília. Essa exposição havia sido enviada em cópia aos “Oficiais da Sorbonne”,³³⁹ que estavam analisando o estudo, para aí sim se pronunciarem sobre o caso.³⁴⁰

No mesmo dia, Joaquim se apressou e teria conseguido com um coronel, seu parente, um papel timbrado do Ministério da Guerra. De acordo com a matéria, voltou à CBAC na companhia de José Nogueira e redigiu o documento. Entrou em contato com Prudente de Moraes, do *Diário de Notícias* informando a “relevância” do que tinha em mãos e aguardou pela publicação no jornal, que não aconteceu. Prudente queria esperar a aprovação da diretoria do *Diário de Notícias* para assim publicar. Joaquim “Metralha” irritado pediu a devolução do documento, foi até a CBAC e ligou para o chefe de reportagem do *Tribuna da Imprensa*, Mário Franqueira, alegando ser o militar coronel Moraes. Entregou o documento na portaria do jornal, mas o *Tribuna* não o divulgou, pois Carlos Lacerda estava em viagem a Salvador. Frustrado, publicizou o “*Sinopse*” por conta própria em seus círculos de influência militar e político e acabou influenciando o senador Othon Mader (UDN-PR) a apresentar um projeto pedindo o adiamento inaugural de Brasília.

³³⁸ Idem, *Ibidem*. p.1-3.

³³⁹ Oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG) e que na ditadura civil-militar eram mais próximos a Castelo Branco.

³⁴⁰ *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC-FGV Classificação: JG vpr 1959.00.00/2. p. 3-4.

No *Tribuna de Notícias*, José Nogueira destrincha os laços de Joaquim Metralha com a espionagem estadunidense. Tinha o codinome de “*Mr. Victor*” e era remunerado mensalmente em 300 mil cruzeiros pela Embaixada dos Estados Unidos.³⁴¹ Joaquim adquiriu uma carteira de identidade de número 194.460, do Instituto de Polícia Técnica Pereira Faustino expedida em 30 de janeiro de 1950 com o nome de Victor Wanderley de Souza, filho de Wanderley e Maria de Souza Wanderley.³⁴²

José Nogueira ainda iria revelar mais três fraudes feitas por Joaquim Miguel na matéria bombástica do *Tribuna de Notícias*. A denominada “*Tiradentes*”, em que o anticomunista inventou a existência de um grupo de conspiradores com codinomes dos inconfidentes mineiros de 1789, que raptariam JK e Jango, suas esposas e suas filhas. O documento foi publicado pelo Jornal do Brasil em 4 de novembro de 1958.³⁴³

Em outra situação, teria forjado a assinatura do comunista Abel Chermont. Enviou um telegrama falso em nome de Chermont congratulando a Associação de Suboficiais da Armada pela solidariedade de classe enviada a movimentos insurgentes no Ceará. Um inquérito administrativo aberto pela Marinha apurava a responsabilidade do presidente da associação, Antônio Alves Fernandes, pelas palavras à Rádio Dragão do Mar, com isso “Joaquim Metralha” tentava associar os comunistas a essa organização. José Nogueira conclui a matéria alertando sobre uma nova falsificação que estava sendo elaborada para as proximidades das eleições de 1960, com o intuito de envolver de forma comprometedora os candidatos oponentes de Jânio Quadros.³⁴⁴

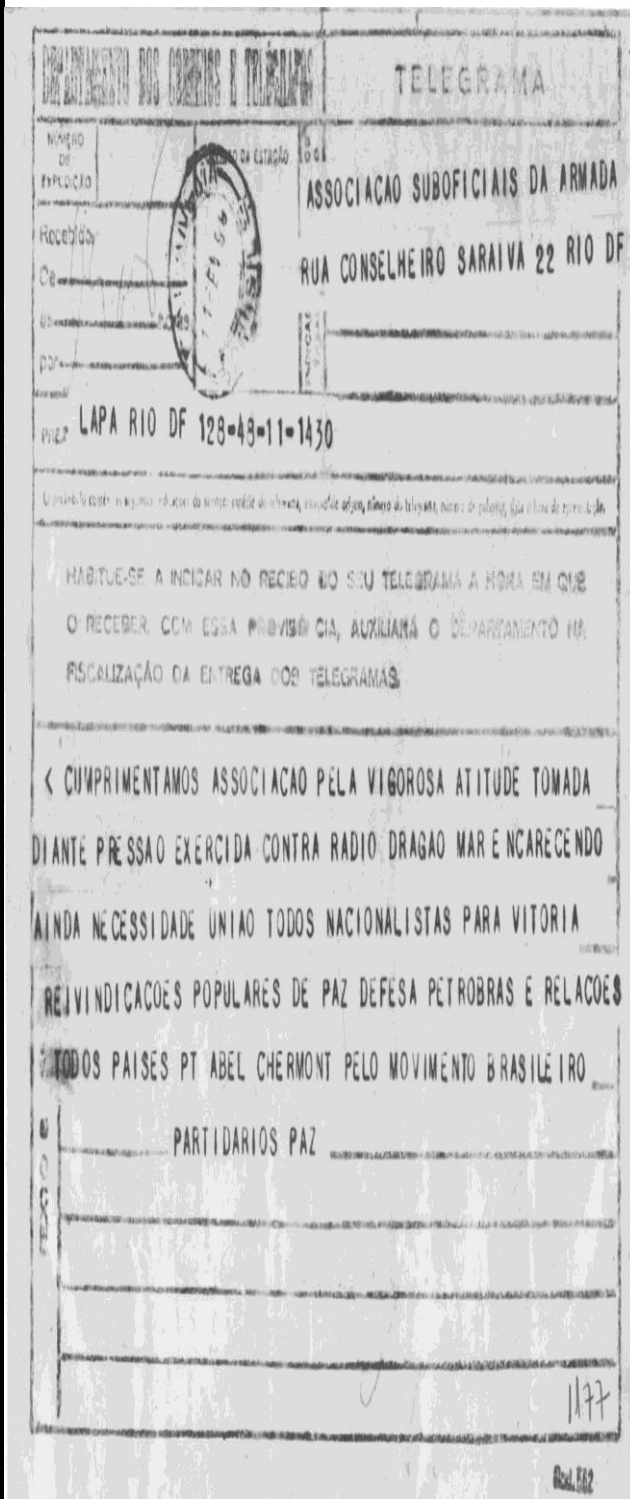
³⁴¹ Informação confirmada por Carlos Roberto de Aguiar Moreira, secretário do ex-presidente Gaspar Dutra e Oswaldo Nery, engenheiro do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

³⁴² *Tribuna de Notícias*, 1959. “*O que a nação agora vai saber*” por José Nogueira. CPDOC-FGV Classificação: JG vpr 1959.00.00/2. p. 4-5.

³⁴³ Idem, Ibidem. p. 4.

³⁴⁴ Idem, Ibidem. p. 5.

Imagens nº 13 e 14 - (À esquerda) Falso plano de grupo terrorista para matar Jango, JK e as respectivas famílias. Jornal do Brasil, 04 de novembro de 1958. (À direita) Falsificação de telegrama feita por Joaquim "Metralha" em nome de Abel Chermont. (Tribuna de Notícias, 1959).



Em 22 de janeiro de 1962, outra reportagem de José Nogueira comprometia ainda mais “Joaquim Metralha”, agora pelos crimes de racismo, terrorismo e formação de quadrilha. Nogueira tornava público a existência da Ordem Suprema dos Mantos Negros, também chamada de “Maçonaria da Noite”, com ramificações em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Era um órgão subsidiário do IBAD-MAC, fundado em 25 de julho de 1958, com o lema “*Dominaremos os infernos*”. Seus integrantes se inspiravam na seita estadunidense da *Ku Klux Klan*, com a vestimenta de capuzes, só que pretos, e pelos atos terroristas. A sede da entidade não era revelada para os adeptos, sendo estes levados de carro com os olhos vendados até as reuniões. Como ritual de iniciação deveriam fazer um pacto de sangue e se safarem de golpes de punhal aplicados por um membro mais antigo do grupo.³⁴⁵

Foi este grupo que metralhou a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no dia 06 de janeiro de 1962 junto com o MAC. Sua filial “Ordem dos Primadistas” atacou a Rádio Farroupilha, no Rio Grande do Sul neste período. O fundador da organização, “Joaquim Metralha”, era o principal suspeito de alvejar a organização estudantil no Rio e teve sua assinatura em um dos cartões de sócio da organização divulgada na reportagem. Por isso, foi tirar satisfações com Nogueira pessoalmente na sede do *Diário da Noite*. Estava irritado também por ele ter divulgado o endereço do MAC e o nome de alguns dos componentes, inclusive o dele. O Serviço Secreto do Exército, a cargo do coronel Cunha Melo, estava investigando a localização da sede e de outros crimes relacionados.³⁴⁶

³⁴⁵ *Diário da Noite*, 22 de janeiro de 1962.

³⁴⁶ Idem, *Ibidem*.

★★★★★
polícia
EM TABLOIDE

• Homicídio

As autoridades do 14º DP e da Polícia Técnica diligenciam no sentido de esclarecer a morte do indivíduo conhecido por "Pínlho", abatido na noite de sábado, com um tiro de pistola 45 na favela do Parque Alegria, em São Cristóvão. O bispoteiro Vanderlei de Araújo (Parque Alegria, barraco 48), também baleado naquele local, ao ser medicado no HSA disse que se dirigia para a residência em companhia de "Pínlho" quando ambos foram vítimas de um assalto.

• Circo

Dom Antonio Moraes Junior, Arcebispo de Niterói, rezará missa, hoje às 16 horas no local onde ocorreu o incêndio do Gran Circo Norte-Americano em auxílio das almas dos que pereceram na tragédia. A iniciativa é dos estudantes de Niterói. Entrementes, também hoje, o promotor público de Niterói, sr. Silveira Monteiro oferecerá à Justiça denúncia contra os cinco elementos apontados no inquérito policial como responsáveis pela catástrofe.

• Baleado

Com ferimento no abdome produzido por bala, o feirante José Almeida Barros (43 anos, casado, rua Maravilha, 479, Bangu) está internado no Hospital Cordeiros Chagas. Trabalhava ontem na feira da rua Timburo, quando um caminhão lhe derrubou a barraca. Reclamou o auxílio em que um dos ajudantes do veículo o baleou, fugindo em seguida.

• Assalto

Quando, na noite de ontem, passava pela Estrada do Otaviano, em Madureira o servente Manoel Cavalcanti de Oliveira (solteiro, 23 anos, rua Jorossé, 592) foi assaltado por dois desconhecidos. Porque nada conduzi-se para dar aos meliantes, um deles desfechou-lhe um tiro na mão. O servente foi medicado no HCC, comparecendo em seguida ao 25º DP onde registrou a queixa.

• Acidentes

Atingido a c e i e n- temente no peito por uma bala de revólver que examinava, na residência, o médico Arnaldo Pedro Monteiro (rua Henriqueta Drumond, 115) foi socorrido ontem no Hospital Miguel Couto onde está internado. A versão do acidente foi confirmada pela esposa da vítima sr. Carmem Monteiro, mas o 2º DP está investigando o caso. O funcionário público Zenir da Mota (solteiro, 44 anos, rua C. nº 281 aplo. 302) viajava ontem num trem da Central quando na estação de Realengo sofreu uma queda. Com esmagamento da perna esquerda, ficou internado no HCC.

★ DIÁRIO DA NOITE

DN NOS SUBTERRÂNEOS DOS "MANTOS NEGROS" KLAN DO TERROR É INTERNACIONAL

Inspirada no capuz negro e nos métodos terroristas da Klu-Klux-Klan, existe e funciona no Brasil, com ramificações nas principais cidades, uma sociedade que se intitula a si própria de «Maçonaria da Noite» ou «Ordem Suprema dos Mantos Negros», que se guia pelo lema «Dominaremos os Infernos» e enquanto isso vai realizando atos terroristas aqui na Terra, tendo seu nome já claramente vinculado a

dois atentados: o que se verificou contra a sede da UNE e o de que foi alvo a Rádio Farrroupilha. O presidente da estranha organização é Joaquim Miguel Vieira Ferreira, o «Joaquim Metralha» suspetado de haver metralhado a sede estudantil, e tem entre suas figuras de proa o encapuçado de Porto Alegre (Luiz Augusto Fontela Santos) e o tenente Vicente Ferreira da Silva, indiciado no atentado à UNE.

• HERMÉTICA

Pela linguagem e pela forma de organização, a sociedade é hermética, feita para a conspiração. Sua sede localiza-se em "lugar incerto e não sabido", a não ser, é claro, para o "Papa Negro", chefe supremo, e seus colaboradores imediatos. Os demais "irmãos", quando são con-

vocados às reuniões, têm que se deixar conduzir, em automóveis, com os olhos vendados.

No bom estilo (copiado) das sociedades secretas do terror, a «Ordem Suprema dos Mantos Negros» exige de seus integrantes a observância de um complicadíssimo ritual, quase bárbaro: a prova da coragem, consiste em enfren-

tar um punhal (manejado por mão amiga), um juramento com sangue e por aí fora. A OSMN superintende as entidades que lhe são afins, como a «Ordem dos Primadistas», responsável, em Porto Alegre, pelo ataque à Rádio Farrroupilha.

• BUSCA

O Serviço Secreto do Exército está convencido da participação dessa Klu-Klux-Klan tropical no atentado à bala perpetrado contra a sede da UNE. O coronel Cunha Melo, chefe da S-2 do 1º Exército, vem enviando todos os esforços para localizar a sede da organização, o que pelo desenvolvimento das diligências, deverá ocorrer dentro de poucos dias.

Balcão de Anúncios
do

DIÁRIO DA NOITE

Cinzelândia — Rua Francisco Serrador, n.º 2 — 2.º andar
Castelo — Rua Fátima Silva, n.º 1 — 1.º andar

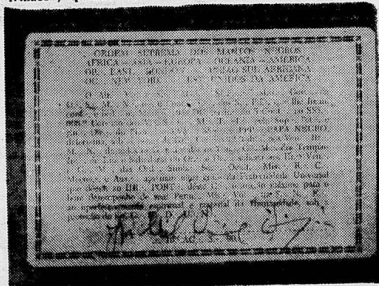


O encapuçado Luiz Augusto Fontela Santos, o autor do ataque à sede da Rádio Farrroupilha. A foto foi tomada na polícia.

MONSTRO NEGRO AINDA À SÔLTA

SÃO PAULO, 22 (Metrolândia) — Apesar das diligências policiais intensas, nada ainda ficou apurado com referência ao "monstro negro", que continua à solta, intrinsecamente a população. Como se sabe, há cinco dias, populares, encontraram, numa "lagoa", às margens da rodovia Faria Lima, o corpo desnudo de uma menina clara de cabelos loiros, e que mais tarde, foi identificada como Marlene Cecilia Tundo, de 3 anos e 4 meses de idade, que fora raptada da porta de casa cinco dias antes do massacre estudantil. Posteriormente, a polícia descobriu que o criminoso é de cor preta. Nada mais que isso. Hoje, em contato com as autoridades policiais, a reportagem colheu que as mesmas ainda estão desorientadas, desesperadas, mesmo, por não terem logrado apurar algumas coisas que se leve à solução do caso. O assassinato de Marlene (o nome da menina) sem ter cometido o crime perfeito, sem ter demonstrado a capacidade superior a de outros raptores já encarcerados surge como a primeira das coisas que não se sabe se a ciatriz é na altura das sobrancelhas, ou no rosto, se em sentido vertical ou horizontal. O delegado Mattar chegou a revelar à reportagem que há muita confusão em torno do caso. Até o momento há 22 pessoas detidas, de cor negra e com cicatrizes.

PÁGINA 7 — 22-1-1962



A assinatura ao pé da estranha arranja é de Joaquim Miguel Vieira Ferreira, vulgo "Joaquim Metralha", suspeito de haver dirigido o atentado contra a sede da UNE.



Está dito com todas as letras: o moço da foto é um "Templário da Klu-Klux-Klan". Além do nome, copiam os métodos terroristas.

“Joaquim Metralha” se defende dizendo que a Liga Anticomunista e a Cruzada Brasileira Anticomunista combatiam o comunismo “*com palavras e não com violência*” como organizações de esquerda costumavam fazer. Assumiu o desejo de entrar para Maçonaria Franco-Oriental, mas como lá seria simples iniciado, preferiu fundar sua organização onde seria o “Chefe Supremo”. Afirmava não ter ligações com o MAC, e este na verdade, era um “Movimento de Agitação Comunista” criado por membros do PCB e da UNE. Além disso, admitiu ter fundado a Ordem Suprema dos Mantos Negros, mas que era: “*voltada aos altos estudos filosóficos e espirituais com o fito de aperfeiçoar a mente, o espírito dos seus seguidores para o final aperfeiçoamento espiritual da Humanidade*”.³⁴⁷

A partir do atentado contra a UNE, o Ministro da Justiça Alfredo Nasser autorizou investigações que averiguassem organizações paramilitares terroristas em atuação pelo país. Preparou um dossiê com suas conclusões que seria enviado ao Conselho de Ministros no dia 24 de janeiro de 1962.³⁴⁸ De acordo com o jornalista Benedito Coutinho, de *O Jornal*, Nasser chegara a conclusão que Carlos Lacerda era o chefe do MAC.³⁴⁹ Nasser, inclusive, enviou ofício ao governador da Guanabara com o nome dos envolvidos do MAC no alvejamento da entidade estudantil, porém nenhuma providência foi tomada. Além de Lacerda, pessoas próximas a Cecil Borer³⁵⁰ e Penna Botto estavam incluídas no relatório.³⁵¹ Uma renúncia coletiva no gabinete decretou o fim do período de Alfredo Nasser no Ministério da Justiça em 26 de junho de 1962³⁵² e o dossiê nunca foi visto por pesquisadores.

³⁴⁷ *Diário da Noite*, 11,12 e 13 de janeiro de 1962.

³⁴⁸ *Diário da Noite*, 23 de janeiro de 1962.

³⁴⁹ *Última Hora*, 10 de janeiro de 1962.

³⁵⁰ Diretor do DOPS da Guanabara.

³⁵¹ *Última Hora*, 5 de fevereiro de 1962.

³⁵² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Alfredo Nasser”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nasser-alfredo>.

NAZISTA, ESPIÃO E CARRASCO ENTRE OS ACUSADOS DE TERRORISMO NO RIO

UH LOCALIZA E OUVI "GANGSTERS" DO MAC APONTADOS PELO MINISTRO NASSER

A black and white photograph of a man with a receding hairline, wearing a dark, patterned jacket. He is seated at a desk, looking intently at a document or book in front of him. His right hand is raised, holding a pen or pencil, poised to write. The background is slightly blurred, showing what appears to be a window or a wall with vertical lines. The overall tone is serious and focused.

MAIS QUATRO NOMES

O Sr. Alfredo Nassar vai apontar à Comissão Parlamentar de Inquérito quatro nomes da mais alta importância na vida pública do País, como implicados também nas atividades terroristas da "Militância Anticomunista" — MAC.

Fêz a declaração à imprensa depois, de, extraordinariamente, fornecer relação de nove elementos que praticaram terrorismo na Guanabara. São eles: Roberto Nei Magessi Pereira, Aluisio Gordin, E. Rubert, Luis Botelho, Rubens dos Santos Werlang, Tenente Vicente, José Sarmento, Adalberto de Sousa Gomes, Serrano.

AS FICHAS DOS TERRORISTAS

ROBERTO NETI MAGESSI PEREIRA, residente na Rua Guaratã, 667, ap. 303, Grajaú. É casado, funcionário do Tribunal de Justiça. Trabalhou até dezembro do ano passado no Aeroclube de São Paulo, onde conheceu a "terrorista" que iniciou a carreira do Coronel Correia, da FAB. Diz-se nazista convinto. Procura, no entanto pela reportagem de UH confessou que "inicialmente desconfie da MAC, a não ser pelas notícias dos jornais. Nunca fiz parte de organizações políticas". Aventureu uma "meia confissão": "Se eu não tivesse conhecido a mulher, não emprego que consegui por sua intermediação no Serviço de Policiamento de Aeroportos, onde fiquei conhecido de vários rapórters, inclusive do seu jornal".

RENEGA O SEU PARENTESCO

O Sr. Armando da Cunha Magessi, pai de Roberto, excessivamente contrariado com a notícia de seu filho estar implicado nos atos de terrorismo da ARA e também em face de nota publicada no "Matutino da Capital", fez questão de declarar: "Eu, e a viragem do que diz o "Diário de Notícias" de hoje (ontem), e a relação do meu filho de parentesco com o General Augusto da Cunha Mússica Baraúna, não faço questão nenhuma de ser o pai de um filho desonesto".

Depois, ainda, de citar alguns filósofos, só então se reportou aos acontecimentos presentes e disse que "os autores das infâmias declarações que me colocam como elemento da MAC, sejam fazer-me grande". Garantiu ter dado postosas gargalhadas quando soube que estava implicado no caso. Considera o tempo de sua prisão em Araxás "uma viagem de 15 milímetros de linha telefônica ligando o sítio do ex-ministro em Araxás, a Petrópolis. Na época recebeu um carro da polícia para facilitar a locomoção".



"BOLÍVIA": O TORTURADOR, assim é conhecido este cidadão que sobrevive à esquerda. Já espancou mais gente. E grande amigo de Cárlos Prater.

CONFIRMAMOS plenamente as evidências de que apenas a real constituição o aparelho atuante da organização terrorista e defasadas as mistificações tecidas em torno do MALC pelos interessados (a frente dos quais se encontra o Governador Carlos Lacerda) em proteger a ação dos provocadores — o Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Nasser, levando uma ponta do véu que embre as maquinarias terroristas, ao revelar os primeiros nomes dos componentes da "gang" do MALC. A denúncia teve amplo repercussão no País, despertando as atenções da opinião pública para as ações criminosas do aparelho terrorista. Logo se foram colhidos vários depoimentos de pessoas que tiveram conhecimento de que, durante a ÚLTIMA HORA, se vinham desenvolvendo, em campo, colheitas novos elementos que projetam luz sobre a amplitude daquelas ramificações — destinadas a serem definitivamente esclarecidas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que se constituirá nos próximos dias.

CONHECE PENA BOTO DE NOME

Após muitas outras considerações que nada tinham com o assunto da reportagem, o Sr. Aluísio Gordin fez as seguintes afirmações:

no fim do Governo do Marechal Dutra. Confirmou sua filiação (por poucos meses) ao PIR, e negou sua participação no atentado à sede do partido por elementos descontentes com o Sr. Wilson Balade.

de Polícia de Brasília, a quem foi apresentado há quatro meses, tendo sido hospitalizado o Coronel Carvalh na Capital do País. Acha que "Militia Anticomunista" — MAC — é uma utopia.

Não tem arma em casa, embora tenha posado para o fotógrafo com um revólver calibre 38.

TERRORISTA TEM FUNÇÃO DESMISTIDA

● R. RUBENET, encarregado da edição dos catálogos telefônicos do Estado da Guanabara. A empresa editada, todavia, informou

■ LUIS BOTELHO afirmou que participou da Sociedade "Amigos do Brasil", em 1948, tendo na época sofrido atentado por parte dos comunistas. Disse que nunca pertenceu ao Partido Integralista, nem de assumiu a sede do PRF, Combate e Correlão Orçamentária, que como representante da SAJ recebeu de Getúlio Vargas, Roberto, neto Magalhães Pereira e Kubens dos Santos Werlang, todos ex-participantes da SRA. Atribui o envolvimento do seu nome

me entre os implicados de atos terroristas à maneira dos comunistas para tumultuar a vida do País. Disse, finalmente, que é e sempre agimos graças da graça da Polícia, por não posuirmos muitos bens e camarárias.

“NÃO JOGUEI NUNCA BOMBA”

● RUBENS RAIMUNDO DOS SANTOS WERLANG, ex-simplificado “Ruralista” e comunista, com o nome de Grázi, negou sua participação na MAC. Declarou-se anticomunista convicto. Com relação à acusação que pesa sobre seus ombros, de

comandante da MAC, afirmou: “Eu não sou comunista”. O Almirante Pena Bôto, chefe da

ORIENTADORES DO PICHAMENTO

● JOSE SARMENTO. Antigo membro do Partido Comunista brasileiro como traidor. É um dos orientadores do pichamento da cidade. Possui, na sua residência, farto material propagando anticomunista, impresso pelo MAC. Trabalha um jornal de propriedade do Sr. Balista Teixeira.

“ARDUVINO’S BOY”

SAB FOI MAC DE ANTIGAMENTE

Em seguida, relatando sua participação na política, disse que foi um dos fundadores da Sociedade Amigos do Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, e que se tornou um dos membros mais ativos da entidade.

ONAS DO ÓDIO NEGAM TUDO



Micrographs showing the surface of the polyimide film after 1000 h of exposure. The left image shows a cross-section of the film, and the right image shows a top-down view of the surface. Both images show a rough, textured surface with visible cracks and delamination, indicating significant degradation.

sordido, ligado a delações dentro da própria Polícia. Em 1948, respondeu a processo perante o Juiz Martins e Barros (já falecido) por crime de sevícias. Naquela ocasião, fora condenado a dois anos e quatro meses de prisão. Depois de ser libertado, o médico Eras Martins Teixeira, filho de Desembargador Martins Teixeira

Com o auxílio de Charles Borer, irmão do famigerado Celso Borer, atual Delegado de Vigilância, "Boleinha", no dia 19 de

abril de 1948, ponto facultativo, sequestrou o Dr. Eros Martins levando-o para a famosa "sala das sessões espíritas" da Polícia Central, a fim de arrancar-lhe confissões. "Bolinha" e Charlie Borer dividiram o corpo da vítima em duas partes, ficando o primeiro com o tronco, da cintura para cima e o outro, com a cabeça e pernas, dando incho a um dos mais sinistros espetáculos de que se tem notícia. Durante mais de uma hora, o Escrivão Humberto permaneceu na sua mesa, aguardando o final das torturas para então tomar o depoimento. Por fim, "Bolinha", cansado de bater, resolveu arrancar os bigodes do Dr. Eros Martins e jogá-los no chão. Quando o Dr. Eros Martins viu

Em 1957, já alcaguetado, a serviço de Borer, "Bolinha" voltou ao noticiário, envolvido no assassinato do operário Lafael Lacerda, cabo eleitoral do então candidato a Senador, Valério Lacerda. Com a saída de Borer da Polícia, depois disse inquieto: "Bolinha" passou a vender perfumes contrabandados, retornando agora, com o mesmo dilema: a frequentar, de graça, casas de diversões e efetuar diligências do interesse do "chefe".

GENERAL NÃO CONHECE

O General Felisberto Batista Teixeira, ouvido ontem, em sua residência, por UH, negou conhecer o indivíduo José Sacramento, ex-comunista, que segundo o relatório do Ministro Alfredo Nasser, estaria a serviço daquela alta patente do Exército. O General esclareceu:

— Jamais, em minha vida, ouvi falar desse cidadão. N

ARDOVINO NEGA

O Coronel Ardovino Barbosa, localizado, na tarde de ontem, pela reportagem, na residência do Sr. José Segadas Vi-

CHEFE DE POLÍCIA

Na mesma oportunidade falamos com o Criele de Roraima Sr. Secadas Viana, que nos afirmou ter tomado conhecimento da denúncia apenas pelos jornais, não tendo recebido qualquer comunicação oficial a respeito. Acentuou:

— Aguardo o relatório do Ministro da Justiça para providências de praxe. Os acusados serão ouvidos, incontinenti.

RORAI: "FIM DE DILIGÊNCIA E COMEÇO

O Delegado Cecil Horst também se manifestou a respeito da denúncia à Nação feita pelo Ministro da Justiça. Seu pronunciamento: "Acho a acusação do Ministro simplesmente cômica. Aliás já esperava por isso". E concluindo: "Os detalhes dessas longas investigações levadas ao conhecimento do Ministro não fazem sentido. Se forem procedidas por alguém que se ache familiarizado com as coisas da polícia, então de retorno à Escola de Polícia, pois não entende nada de direito. Isto é: mostra-se verdadeiramente ignorante até das medidas

TERIA FUGIDO DO PAÍS

TERRORISTA DA "CRUZADA" PENA BÔTO
O Amiranterista Pena Bôto, localizado pela imprensa, em 1964, tripulou, fez acusações ao Ministro Alfredo Nasser e garantiu não conhecer o Tenente da Marinha, de nome Vicente, apontado como um dos elementos que dispararam contra a esquerda da UNE. O Amiranterista garantiu que jamais saiu da capital, e que o Tenente Vicente não era conhecido pelo Ministério da Justiça. E mais: fez parte da "Cruzada Brasileira Anticomunista", da qual o Sr. Pena Bôto é fundador.

109

Em 2017, tive a oportunidade de acessar um dos três computadores no Arquivo Nacional com os softwares do “The space”, parte do projeto do Memórias Reveladas. São numerosos registros documentais dos serviços de inteligência no Brasil no período da ditadura civil-militar de 1964. Porém, invariavelmente surge no meio desses papéis documentos de períodos anteriores.

Encontrei extensos e detalhados relatórios enviados por Joaquim Metralha ao SNI se justificando de acusações de quebra de regras básicas para o trabalho neste órgão de informação como o uso do SNI para fins privados e roubo de materiais. Nestes registros, Joaquim procura desmistificar cada acusação lançada contra ele, apelando inúmeras vezes à sua “moral ilibada” e serviços prestados à “Revolução” de 1964 desde 1962. Para isso, anexa recortes de jornais da época, sublinhando e comentando as notícias sobre atentados e crimes que se referem a ele e se coloca como precursor da agitação política que derrubou João Goulart da presidência.³⁵³

O interessante desses grifos é que foram feitos durante a ditadura civil-militar (1964-1985), portanto Joaquim se sentia à vontade para confessar seus crimes e alianças com figuras da alta patente militar e política. Confiava na confidencialidade daqueles documentos e procurava ser detalhista como meio de embasar ao máximo sua defesa perante o SNI para que não fosse expulso. Joaquim tinha a consciência que um espião e terrorista que sabia demais teria pouco tempo de vida caso não se protegesse em uma instituição como o principal órgão de inteligência do país.

Joaquim fez uma lista cronológica de 1944 até 1971 relatando cada acontecimento impetrado por ele contra comunistas e subversivos. Entre eles: processos contra militantes de esquerda, obstrução de direitos políticos de candidatos comunistas, atentados contra movimentos políticos e estudantis, fundação de organismos anticomunistas e investigação sobre paradeiro de militantes em conjunto com serviços secretos.³⁵⁴

No ano de 1962, confessa que a sua onipresença em atos contra a esquerda e atores sociais pró-Jango era feita propositadamente para congestionar de informações a parte do Serviço Secreto brasileiro que apoiava Jango. Sendo assim, em consonância com seus

³⁵³ AC ACE 38 398/71. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. The Space, 23 de setembro de 1971.

³⁵⁴ Idem, Ibidem.

superiores, procurava fazer agitações sociais com seus mais diferentes grupos anticomunistas para que a conspiração golpista civil-militar da alta cúpula não chamasse tanta atenção.³⁵⁵

É notório que a maioria desses episódios teve participação direta de Joaquim Miguel Vieira Ferreira. Entretanto, mesmo em casos distantes de seu alcance, a responsabilidade lhe era imputada por ser figura anticomunista conhecida. De certa forma, isto era positivo no pré-64, pois “Joaquim Metralha” dificilmente seria incriminado devido a sua influência nacional e internacional, além de servir como bode expiatório de um movimento muito maior.

Sobre o atentado contra a UNE, em 1962, assume toda a articulação com oficiais de alta patente da Marinha: O Capitão-de-mar-e-guerra Maurício Dantas Torres, o Diretor-geral de Aeronáutica da Marinha, Augusto Rademacker, o Almirante Carlos Penna Botto e o ex-Ministro da Marinha Silvio Heck.

Estas anotações corroboram a hipótese de que, independentemente dos supostos autores da morte do espião, havia um grupo coeso na Marinha que articulava ações contra pessoas consideradas de ideologia esquerdista, sendo a maioria denunciada por José Nogueira por alguma ilicitude.

O anticomunista foi morto em 1982, por seu cunhado, assim que saiu da prisão, que lhe imputara a culpa do seu encarceramento. Alguns pesquisadores sugerem que sua morte foi fruto de “queima de arquivo”.³⁵⁶

b) Maurício Gaze e Carlos Moreira de Araújo

Outra pessoa indicada pela imprensa como indivíduo detentor de informações significativas sobre o “caso José Nogueira” é Maurício Gaze, ex-comissário de menores infratores. Seu nome foi levantado após Geraldo Majella ter sido autorizado pelo Serviço de Informações da Marinha (SIM) a começar as investigações iniciais sobre a morte do irmão. Gaze ameaçou Fabiano Vilanova Machado nos corredores da Assembleia Legislativa, pouco depois da queda de Nogueira e praticamente confessou participação do IBAD-MAC na morte ao falar abertamente a alguns jornalistas: “O MAC já suicidou um. Agora falta o que deu a notícia”.³⁵⁷

³⁵⁵ Idem, Ibidem.

³⁵⁶ *O Fluminense*, 29 de dezembro de 1982.

³⁵⁷ *Última Hora*, 20 de julho de 1963.

Majella procurou Gaze por um tempo e o encontrou na Assembleia Legislativa. Apesar da insatisfação do ex-comissário com o encontro, disse que o tenente reformado Carlos Moreira de Araújo, que era seu colega há 8 anos, tinha revelado a participação do MAC no crime. Para Geraldo Majella, Carlos Moreira de Araújo afirmava não conhecer Mauricio Gaze. Sendo assim, o sargento da Marinha levou Gaze pessoalmente ao encontro de Carlos na sala 1109 do Edifício da Avenida Central, sede do MAC.³⁵⁸ Lá confirmou que Carlos e ele eram velhos amigos. Majella ameaçou o tenente de morte e de dar fim a sede da organização, caso comprovasse seu envolvimento. A partir daí, Carlos Moreira passou a andar armado e a se esconder.

Militares do IBAD fizeram a mediação entre a reaproximação de Majella e Carlos Moreira e disseram que o tenente estava disposto a procurar os culpados pelo crime. O sargento, secretamente, grampeou o telefone do tenente, que certa vez recebeu um telefonema de Gaze, surpreso pelo fato de Carlos não ter comentado sobre o caso com ele. Do outro lado da linha, Carlos Moreira de Araújo respondeu: *“Aquilo é o MAC, Gaze. Eu fiz isso a pedido do pessoal.”*³⁵⁹

Geraldo Majella, em depoimento ao 3º Distrito Policial no dia 29 de julho de 1963, pediu uma acareação de Maurício Gaze e do tenente reformado Carlos Moreira de Araújo que de acordo com ele: *“sabe muito sobre o crime”*.³⁶⁰ Majella era um dos principais defensores da tese de homicídio e acusava o IBAD-MAC de terem cometido tal crime. Gaze prestou depoimento à polícia em 17 de agosto de 1963, última data encontrada sobre as investigações do inquérito nº 461, porém as fontes não dizem muitos detalhes de suas explicações.³⁶¹

³⁵⁸ Mesmo prédio do IPES, que funcionava no 27º andar.

³⁵⁹ *Última Hora*, 20 de julho de 1963. p.7.

³⁶⁰ *Última Hora*, 30 de julho de 1963.

³⁶¹ *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1963.

Imagem nº 17 — Geraldo Majella Nogueira acusando o IBAD do assassinato do irmão e levantando suspeitas sobre Mauricio Gaze e Carlos Moreira de Araújo.

ULTIMA HORA

Sábado, 20 de Julho de 1963

PAGINA 7

LEI DOS

Homens

Samariados Responsáveis
Pelas "Bodas do Diabo"



Com a audiência lotada e cheio, Juiz, na 13ª Vara Criminal, ficou encoberto na parte de prontos, o processo, contra o acusado do extorsão, realizado em 17 de dezembro do ano passado no bote "Alfredo", no 136. Ali, foi planejado um "casamento" entre um "trabalhador", menor de idade, e uma garota desocupada. O menor jurou-se "fidelidade", tendo a "noiva" se unido a ele, em seguida, foi informado a respeito, houve contestação, mediante os quais compareceram muitos jovens de diversas famílias sociais. Depois, a 22 do mesmo mês, uma publicação em uma revista, matéria, fortemente ilustrada com cenas de burocracia. Era chamada de "casamento" que se realizou, e os jovens, foram considerados responsáveis nos atos de lei de imprensa, que para os autores de notícias, boatos, segredos e calúnias, por consequente, contra os bons costumes. Houve denúncia, então, contra os repórteres João Luis Lucido Albuquerque e Orlando Raposo. Pediu o Promotor Daniel Carneiro da Rocha a intervenção de todo o pessoal, os repórteres, tendo entendido, na oportunidade, conforme o Juiz, que ambos procuraram obter informações e a polícia por insistência, foram considerados responsáveis nos atos de lei de imprensa, que para os autores de notícias, boatos, segredos e calúnias, por consequente, contra os bons costumes. Houve denúncia, então, contra os repórteres João Luis Lucido Albuquerque e Orlando Raposo. Pediu o Promotor Daniel Carneiro da Rocha a intervenção de todo o pessoal, os repórteres, tendo entendido, na oportunidade, conforme o Juiz, que ambos procuraram obter informações e a polícia por insistência, foram considerados responsáveis nos atos de lei de imprensa, que para os autores de notícias, boatos, segredos e calúnias, por consequente, contra os bons costumes.

Furtou o "Macaco"

A delação de recusa foi condenada, na 9ª Vara Criminal, Fernando Rodrigues por ter furtado um "macaco" pertencente a Wilson Moura Barros. O veículo, onde se encontrava a ferramenta, estava estacionado na rua Onofre de Aguiar, tendo a falta ocorrido em 2 de agosto do ano passado.

Cheque Sem Fundos

Na 23ª Vara Criminal, ao cabo do processo a que responderam Francisco Nunes, o Juiz Jacin Nunes de Miranda proferiu sentença condenando a dois anos de reclusão Francisco, em 25 de setembro de 1960, emitiu um cheque de 100 mil cruzeiros, carecendo de fundos necessários, contra o Banco Paragominas do Brasil.

Ladra Doméstica

Por sentença do Juiz da 6ª Vara Criminal, Calmeida de Souza Moreira foi condenado a 1 ano de reclusão, porque, como já havia feito outras vezes, empregou-se na casa do Dr. Abel Cavalcanti, na rua Barão Ribeiro, 141, e nem bem tinham decorrido algumas horas que ali fora furtado jóias pertencentes a mulher do médico e um rádio transistor que vendeu a um amigo, Maurício de Souza Galvão. Este foi condenado a pena pecuniária de 2 mil cruzeiros. Conterei recepção culpada.

Reconciliação Impossível

Embora tentada pelo Juiz José Monjardim Filho, não foi possível a reconciliação entre os Srs. Many Gracchi de Sá e Lucio Guzman Libo, diretor do Departamento Nacional do Trabalho. Na 3ª Vara Criminal, o primeiro se queixou de que o Sr. Lucio Libo o denunciou como falso jornalista, falando pela televisão. Entende que a referência lhe é desnecessária porque tem registro normal como jornalista profissional.

SARGENTO DA MARINHA NA PISTA: — O IBAD ASSASSINOU MEU IRMÃO

TENHO certeza absoluta que meu irmão foi assassinado por elementos do famigerado Movimento Anticomunista, a célula de terror do IBAD — declarou a UH e 1º Sargento da Marinha, Geraldo Majella Nogueira, irmão do jornalista José Nogueira, cuja estranha queda de apartamento 302 do prédio 29 de Rua Juan P. do Duarte provocou suspeita de que ele foi alvejado por dois homens, fortes, enquanto seu companheiro Fernando Macedo, funcionário da SURSAN, dormia profundamente, no apartamento.

O corpo caiu em diagonal, a uma distância de dez metros do andar térreo do prédio. Além do mais, o laudo médico do IML registra ferimento causado por queimadura de cigarro, na mão esquerda da vítima, uma "feradura" no braço direito, que dá a impressão de ter sido a vítima agarrada com força, e um ferimento na perna direita, "que a queda não pode ter ocasionado", segundo afirma o 1º Sargento da Marinha, Geraldo Majella Nogueira.

FALHA DA POLÍCIA — A Polícia do 3º DP chegou ao local logo após o registro da ocorrência, que se verificou dez minutos antes das 2 horas da manhã, ou 25 minutos depois que o jornalista entrou no quarto, acompanhado do funcionário da SURSAN, Fernando Macedo. O jornalista ocupou o quarto, e o seu amigo uma sala contígua. O Sargento Majella estranha que uma camueta da Polícia chegasse ali logo depois da queda, sem ter sido chamada. Isso daria a impressão de um crime perpetrado com cobertura policial. O delegado relatou a acusação, dizendo de que o suspeito da Polícia em esclarecer o caso. Todavia, com meses de investigação, a Polícia suspendeu o trabalho de investigação, arquivando o incidente e deixando que a crítica policial, de modo geral, o registrasse como "um simples acidente". Não realizou a Polícia qualquer levantamento pericial, coisa que as circunstâncias misteriosas da queda reclamavam. Também não realizou, imediatamente, como seria lógico, uma completa batida no edifício, e nem fez investigações, como o irmão da vítima, que foi até a célula do IBAD, no Edifício Avenida Central, onde perdeu a pista.

TESE DE ASSASSINATO — Para dar validade à tese de assassinato, o irmão da vítima cita vários argumentos, dos quais o principal refere-se à distância a que o corpo caiu — mais de 10 metros, coisa que não seria possível se tivesse caído acidentalmente ou se se tivesse jogado. O corpo não tocou na parede ou mesmo na janela, lugares onde não deixaria qualquer marca. O jornalista tirara a roupa e abaxara o sofá-cama, deixando as roupas no lugar de costume: a radiola. A queda foi ouvida pelo vigia da Mesbla, que, por seu turno, comunicou o fato ao porteiro do prédio, por telefone. Além dos ferimentos, a situação da vítima tira qualquer possibilidade de suicídio. José Nogueira mostrava-se, ultimamente, eufórico com sua situação: estava alugando um apartamento em Copacabana, que se preparava para mobilizar, e expressara ao colunista Pedro Müller, do "Jornal do Brasil", sua satisfação por se mudar de onde morava, "um lugar pesado". Tinha um emprego do conferente da Administração do Porto do Rio de Janeiro, que lhe rendia mais de Cr\$ 100 mil, sendo agradado ao Serviço de Relações Públicas. Além disso, auferia rendas de suas atividades como agente do Serviço de Informações da Marinha (SIM), que recebeu novo impulso quando da administração Araújo Sampaio, na Armada. Realizava investigações em torno dos movimentos de terror de esquerda e seus dirigentes principais.

QUEM É — José Nogueira nasceu a 13 de março de 1906, na cidade paranaense de Marumbi, tendo fixado residência no Rio em 1952, servindo na Aeronáutica, de que era reservista. Segundo seu irmão, começou a trabalhar no "Diário da Noite", diante das habilidades que revelou como grande "caçador de notícias", ao tempo do jornalista Calazans Fernandes, que o levou nas reportagens de revelações sobre a manobra da "Imprensa Nacional", que Nogueira contribuiu para desarticular.

SUSPEITOS — Alguns amigos de jornal de José Nogueira dele haviam falado de apreensão pela sua sorte, dizendo "que o pessoal e perigoso" e estando, de modo especial, Joaquim Miguel Vieira Ferreira — ou Joaquim Metralha, como é conhecido. Metralha era Secretário da Liga Anticomunista, do Almirante Pena Botto, para quem Nogueira trabalhava, em certa época. E agora ficou de barreira em Estação do Rio, emprego que lhe foi dado por Celso Precioso, sendo atualmente o presidente da Liga Anticomunista no Estado do Rio. Fala parte do MAC e é conhecido como elemento frio e perigoso. Seu idô é Nogueira — segundo o irmão dele — data de 1961, quando ele foi ao "Diário da Noite" tomar satisfação da vítima, a respeito de uma matéria divulgada. Tendo livre trânsito na extremidade direita, Nogueira publicou uma matéria sobre a organização nazista dos "maços negros", batendo fotos dos capangas negros e publicando uma rasteira de identidade de si. Metralha ficou terrivelmente chocado e foi tomar satisfação. De lá para cá, seu idô pode ter encontrado um lenitivo a eliminação do seu causador.

OUTRO SUSPEITO — Logo após a morte do irmão, e certo de que não se tratava de morte natural, o Sargento Majella, por autoridade do Serviço de Informações da Marinha (SIM), pediu as investigações, mas não de um fato interessante. Um certo Mauricio Gaze, ex-chefe de "Homens", estava abertamente na Assembleia a um grupo de jornalistas: "O MAC já sucedeu um jornalista e o que fez a matéria também está na mira". Referiu-se Mauricio Gaze a Fabiano Vila Nova, repórter da "Tribuna da Imprensa", o único jornal a levantar a suspeita de assassinato, na época. Vila Nova chegou a receber ameaças e a ser convidado para um encontro, onde se desenhava, que ele nunca mais ter visto, lhe mostrou uma pistola na cintura, em tom ameaçador. O Sargento Majella procurou Gaze por longo tempo, até que o achou na Assembleia. Gaze, muito contrariado, disse que um tenente reformado da Marinha, que conhecia há 8 anos, salvaria-lhe a vida, certa vez, na Barra da Tijuca, literalmente a revelação. Outro choque para o sargento o tenente reformado já fora síndico por ele, Majella, tendo dito que não conhecia Gaze.

ACARECAÇÃO — Majella conhece o MAC e seus integrantes: levou enfia Gaze a um "bate-faca" com o tenente reformado. Gaze afirmou que o conhecia há 8 anos, "eram mesmo velhos amigos", o que aumentou o desamparo

de Carlos Moreira de Araújo, em plena sala 1199 do Edifício Avenida Central, onde funcionava a célula terrorista do IBAD, cujo integrantes alegavam pertencer a um movimento "de estados sociais". O sargento, talvez exagerando um pouco, em face de tudo que a morte do irmão lhe causou, ameaçou o tenente de "mesmo fim" e de fazer "aquela desgraça vier pelos ares", se conseguisse provar sua participação, como os indícios estavam a mostrar. O tenente passou a andar armado com duas pistolas e a se esconder. Finalmente, elementos do próprio IBAD — todos militares — procuraram fazer uma aproximação entre o sargento e o tenente reformado, dizendo que este tinha interesse em ajudá-lo a desobedecer os criminosos. Gaze, aliás, revelou-se "ótimo sujeito", segundo o sargento. O ex-soldado de menores fôros de tal modo impressionado que foi telefonar de "um certo ponto" para o tenente reformado seu amigo, mostrando-se estupefato. "Mas, tenente, a mim seu velho amigo, você não diz nada. Que embriada é esta!" Ao que o outro respondeu, enquanto o sargento estava numa estância da linha "Aquilo é o MAC, Gaze".

Depois, ao próprio sargento, o tenente reformado explicou: — Eu fiz isso a pedido do pessoal — referindo-se ao MAC.

FUGA DO MAC — Outras fontes, oriundas pela reportagem de ULTIMA HORA, que se dedica a uma investigação sobre o Movimento Anticomunista e outras células do IBAD, disseram que, logo depois que os jornais anunciaram que o deputado Celso Dutra solicitara uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Câmara Federal, para apurar toda a extensão do trabalho da quadrilha anticomunista, seus principais integrantes trataram de esconder a "falta documentação" da existência, que poderia comprometer. Os documentos foram retirados da sala 1199 do edifício Avenida Central, em valores previamente preparados. Passaram a atuar na rua de "Cunha II, São", que se presume seja um jornalista estrangeiro, em Jorapapá.

NOGUEIRA — José Nogueira era amigo pessoal do Almirante Sampaio, bem como, do Almirante Saldanha da Gama. Trabalhava como chefe de Pena Botto e, na expressão de um jornalista, "abaixava o que ocorria, tanto na cozinha do General Carneiro de Faria, um líder direitista, como na do General Ovídio". Os integrantes do esquema de terror da direita chegaram a chamar a atenção de Sargento Majella sobre "certas jogadas pessoais que seu irmão anda fazendo". Majella confessava que sempre chamava a atenção do irmão para o perigo a que se expunha, mas que este ria, dizendo: "Dá turrão não é de nada". Finalmente, diz ele, José Nogueira estava feliz em seu perigoso trabalho, para "não ouvir zombarias".

SIGILO — As conclusões oficiais a que chegaram as investigações afetadas pela Marinha em torno da morte de José Nogueira são mantidas sob rigoroso sigilo. Um policial do 3º DP, na presença do Delegado-Substituto Bruno Rivetti, estranhou que figurasse, na "causa mortis" do jornalista, os Hospital Central, o qualificado de "secreta", pois, para a Polícia, o esquema "causa mortis" pode ser secreta. A verdade, porém, é que a Polícia nada soube e nem mesmo fez qualquer esforço nesse sentido.

Depois, ao próprio sargento, o tenente reformado explicou: — Eu fiz isso a pedido do pessoal — referindo-se ao MAC.

FUGA DO MAC — Outras fontes, oriundas pela reportagem de ULTIMA HORA, que se dedica a uma investigação sobre o Movimento Anticomunista e outras células do IBAD, disseram que, logo depois que os jornais anunciaram que o deputado Celso Dutra solicitara uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Câmara Federal, para apurar toda a extensão do trabalho da quadrilha anticomunista, seus principais integrantes trataram de esconder a "falta documentação" da existência, que poderia comprometer. Os documentos foram retirados da sala 1199 do edifício Avenida Central, em valores previamente preparados. Passaram a atuar na rua de "Cunha II, São", que se presume seja um jornalista estrangeiro, em Jorapapá.

NOGUEIRA — José Nogueira era amigo pessoal do Almirante Sampaio, bem como, do Almirante Saldanha da Gama. Trabalhava como chefe de Pena Botto e, na expressão de um jornalista, "abaixava o que ocorria, tanto na cozinha do General Carneiro de Faria, um líder direitista, como na do General Ovídio". Os integrantes do esquema de terror da direita chegaram a chamar a atenção de Sargento Majella sobre "certas jogadas pessoais que seu irmão anda fazendo". Majella confessava que sempre chamava a atenção do irmão para o perigo a que se expunha, mas que este ria, dizendo: "Dá turrão não é de nada". Finalmente, diz ele, José Nogueira estava feliz em seu perigoso trabalho, para "não ouvir zombarias".

SIGILO — As conclusões oficiais a que chegaram as investigações afetadas pela Marinha em torno da morte de José Nogueira são mantidas sob rigoroso sigilo. Um policial do 3º DP, na presença do Delegado-Substituto Bruno Rivetti, estranhou que figurasse, na "causa mortis" do jornalista, os Hospital Central, o qualificado de "secreta", pois, para a Polícia, o esquema "causa mortis" pode ser secreta. A verdade, porém, é que a Polícia nada soube e nem mesmo fez qualquer esforço nesse sentido.

Depois, ao próprio sargento, o tenente reformado explicou: — Eu fiz isso a pedido do pessoal — referindo-se ao MAC.

FUGA DO MAC — Outras fontes, oriundas pela reportagem de ULTIMA HORA, que se dedica a uma investigação sobre o Movimento Anticomunista e outras células do IBAD, disseram que, logo depois que os jornais anunciaram que o deputado Celso Dutra solicitara uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Câmara Federal, para apurar toda a extensão do trabalho da quadrilha anticomunista, seus principais integrantes trataram de esconder a "falta documentação" da existência, que poderia comprometer. Os documentos foram retirados da sala 1199 do edifício Avenida Central, em valores previamente preparados. Passaram a atuar na rua de "Cunha II, São", que se presume seja um jornalista estrangeiro, em Jorapapá.

NOGUEIRA — José Nogueira era amigo pessoal do Almirante Sampaio, bem como, do Almirante Saldanha da Gama. Trabalhava como chefe de Pena Botto e, na expressão de um jornalista, "abaixava o que ocorria, tanto na cozinha do General Carneiro de Faria, um líder direitista, como na do General Ovídio". Os integrantes do esquema de terror da direita chegaram a chamar a atenção de Sargento Majella sobre "certas jogadas pessoais que seu irmão anda fazendo". Majella confessava que sempre chamava a atenção do irmão para o perigo a que se expunha, mas que este ria, dizendo: "Dá turrão não é de nada". Finalmente, diz ele, José Nogueira estava feliz em seu perigoso trabalho, para "não ouvir zombarias".

SIGILO — As conclusões oficiais a que chegaram as investigações afetadas pela Marinha em torno da morte de José Nogueira são mantidas sob rigoroso sigilo. Um policial do 3º DP, na presença do Delegado-Substituto Bruno Rivetti, estranhou que figurasse, na "causa mortis" do jornalista, os Hospital Central, o qualificado de "secreta", pois, para a Polícia, o esquema "causa mortis" pode ser secreta. A verdade, porém, é que a Polícia nada soube e nem mesmo fez qualquer esforço nesse sentido.

Depois, ao próprio sargento, o tenente reformado explicou: — Eu fiz isso a pedido do pessoal — referindo-se ao MAC.

FUGA DO MAC — Outras fontes, oriundas pela reportagem de ULTIMA HORA, que se dedica a uma investigação sobre o Movimento Anticomunista e outras células do IBAD, disseram que, logo depois que os jornais anunciaram que o deputado Celso Dutra solicitara uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Câmara Federal, para apurar toda a extensão do trabalho da quadrilha anticomunista, seus principais integrantes trataram de esconder a "falta documentação" da existência, que poderia comprometer. Os documentos foram retirados da sala 1199 do edifício Avenida Central, em valores previamente preparados. Passaram a atuar na rua de "Cunha II, São", que se presume seja um jornalista estrangeiro, em Jorapapá.

NOGUEIRA — José Nogueira era amigo pessoal do Almirante Sampaio, bem como, do Almirante Saldanha da Gama. Trabalhava como chefe de Pena Botto e, na expressão de um jornalista, "abaixava o que ocorria, tanto na cozinha do General Carneiro de Faria, um líder direitista, como na do General Ovídio". Os integrantes do esquema de terror da direita chegaram a chamar a atenção de Sargento Majella sobre "certas jogadas pessoais que seu irmão anda fazendo". Majella confessava que sempre chamava a atenção do irmão para o perigo a que se expunha, mas que este ria, dizendo: "Dá turrão não é de nada". Finalmente, diz ele, José Nogueira estava feliz em seu perigoso trabalho, para "não ouvir zombarias".

SIGILO — As conclusões oficiais a que chegaram as investigações afetadas pela Marinha em torno da morte de José Nogueira são mantidas sob rigoroso sigilo. Um policial do 3º DP, na presença do Delegado-Substituto Bruno Rivetti, estranhou que figurasse, na "causa mortis" do jornalista, os Hospital Central, o qualificado de "secreta", pois, para a Polícia, o esquema "causa mortis" pode ser secreta. A verdade, porém, é que a Polícia nada soube e nem mesmo fez qualquer esforço nesse sentido.



Sargento Geraldo Majella Nogueira acusa o IBAD.

Fonte: Última Hora, 20 de julho de 1963.

c) Francisco Lima, o “Chico Pinoti”, Silvio Heck e Cordeiro de Farias.

A fidelidade de José Nogueira ao Ministro da Marinha, Pedro Paulo de Araújo Suzano, gerava desconforto em membros da alta patente das Forças Armadas, principalmente na Marinha. De acordo com o *Diário Carioca*, José Nogueira era mal visto entre alguns superiores por denunciar conspirações contra o Ministro da Marinha.³⁶² Durante o governo Jânio Quadros, haveria um esquema no CENIMAR que envolvia o Ministro da Marinha, Silvio Heck³⁶³ e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Cordeiro de Farias.³⁶⁴ Não é esclarecido se o esquema era de teor financeiro. A chegada do Ministro da Marinha Pedro Paulo Suzano na gestão de João Goulart teria comprometido esses acordos escusos. Suzano também começou uma troca de oficiais no comando da Marinha, já que constatou que o CENIMAR era tomado por conspiradores anticomunistas e contrários a João Goulart.³⁶⁵

O chefe do serviço externo do CENIMAR, Francisco Lima, o “Chico Pinoti”³⁶⁶ e seus aliados começaram a conspirar contra o ministro dentro do órgão, destinando esforços para separá-lo do Almirante Cândido Aragão (também leal a Jango) e isolá-lo no Ministério. Assim, se desgastaria e sairia do cargo, abrindo margem para o retorno do velho esquema.

José Nogueira descobriu a trama e informou ao Comandante Henrique Pereira da Mota da articulação de uma traição a Pedro Paulo Suzano. Nenhuma providência foi tomada e foi assim que Nogueira fez um relatório final explanando todos os fatos ocorridos. Suzano se manteve no ministério e José Nogueira foi ameaçado de morte por “Chico Pinoti”.

d) Fernando Moreira

O depoimento e comportamento de Fernando Moreira, proprietário do apartamento em que José Nogueira residia é bastante suspeito. Além de alegar não ter escutado nada de anormal na noite do crime, mesmo estando no mesmo domicílio que a vítima, mencionou que a queda tinha sido fruto de um acidente por desequilíbrio decorrente do excessivo consumo de bebida alcoólica.

³⁶² *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³⁶³ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Penna Botto, líder da Cruzada Brasileira Anticomunista era o superior de Silvio Heck. p. 247.

³⁶⁴ José Nogueira chegou a imitar a voz de um importante general no telefone ao falar com Cordeiro de Farias como meio de adquirir informações sigilosas.

³⁶⁵ “Os nervos expostos da ditadura”. Revista *Época*, 16 de dezembro de 2011.

³⁶⁶ Apelidado de “Borer pernambucano”. Antes de vir trabalhar na polícia carioca havia sido expulso por Miguel Arraes da polícia de Pernambuco. Era tido como frio e perigoso.

Além disso, o corpo de José Nogueira foi encontrado no solo da rua Juan Pablo Duarte de cueca. Isto indicaria que a vítima conhecia um dos assassinos, como suspeitou Berilo Dantas, e assim consentiu sobre sua entrada na residência. Outra explicação pode indicar que José Nogueira estava dormindo e Fernando Moreira abriu a porta para os criminosos entrarem no apartamento.

e) Carlos Lacerda

Anteriormente, citamos as denúncias por jornalistas e ministro da Justiça sobre os vínculos do ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com organizações paramilitares anticomunistas na década de 60. Lacerda era próximo a grupos ibadianos e ipesianos e sempre deixou explícita sua aversão a esquerda política.

Em agosto de 1963, o jornalista do *Última Hora*, Severino Moura Carneiro, deu sua versão sobre a causa do suposto assassinato de José Nogueira. Teria ocorrido em represália a denúncia proferida pelo informante do CENIMAR sobre uma falsificação de documentos da polícia da Guanabara a mando do governador, visando associar o governo de Jango ao regime cubano de Fidel Castro.³⁶⁷

No dia 27 de novembro de 1962, o Boeing 707-441 da Varig, que saía do Rio de Janeiro em direção a Lima, se chocou contra um morro no Peru. No dia 4 de julho de 2017, a Aeronáutica brasileira enviou-me toda a documentação do Centro de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) a respeito das investigações sobre o caso.³⁶⁸ Apesar de alguns pontos obscuros da inquirição,³⁶⁹ conclui-se que o acidente foi fruto de falha humana, sem margens para possíveis teorias da conspiração. O rádio-farol 'LIMA', marcador final da pista 33 do Aeroporto de Callao estava erroneamente escrito 'LIMATAMBO', que fazia referência ao Aeroporto de Limatambo. Isso confundiu o piloto e produziu o acidente. Representante do governo peruano, do governo brasileiro, da Varig e da Boeing passaram

³⁶⁷ *Última Hora*, 8 de agosto de 1963.

³⁶⁸ Isso se deu após minha visita em junho de 2017 ao Comando da Aeronáutica, no centro do Rio de Janeiro atrás dos documentos desse desastre aéreo e informações sobre José Nogueira, já que uma fonte afirmava que ele havia sido reservista da Aeronáutica em 1952. *Última Hora*, 20 de julho de 1963. Informaram-me que seria inviável me solicitar a documentação de Nogueira, pois não sabia onde ele teria se alistado. Porém, me deram o número de telefone da CENIPA e após o contato, deixei meu e-mail. Em seguida, me enviaram toda a documentação do desastre aéreo.

³⁶⁹ “Major Fernandes ficou fora das investigações não se sabe o porquê” Carta de Tedesco à Perissé e Paiva. CENIPA, agosto de 1965.

vários dias no local do acidente procurando vestígios.³⁷⁰ Entre eles, representantes da polícia da Guanabara.

³⁷⁰ Investigação de acidente. Acidente ocorrido com um Boeing 707-441, PP_VJB da Varig, em Lima, Perú. No dia 27 de novembro de 1962. Reservado. Varig, 02 de setembro de 1963.

Não pôde ser encontrada nenhuma evidência de ter havido qualquer emergência ou anormalidade em virtude do acidente. A gravação da conversa fôra-avião foi minuciosamente examinada e nada de anormal na fala da rotina pôde ser notado. Ao ser examinada a fita do manual Japanese relativo ao procedimento de descida ILS "back course" para a pista 33 de Giliad, foram feitas as seguintes observações: o rádio farol "ILMA" que serve como marcador para a pista final da pista 33, que opera em 335 Kcs., a cujo prefixo é "ILM", estava erroneamente marcado como "ILMAIRABE", que é o nome do farol que serve o antigo aeroporto de Ikarabashi. Na mesma fita, este último também aparecia, porém com seu nome correto. Havia, pois, no mesmo procedimento de descida, dois rádio-faróis com a mesma denominação, localizados em lugares diferentes.



Buscas no local. (CENIPA, 1963)

Empresas de ônibus querem aumento de tarifas (5 cruzeiros)

Sargentos perdem FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

PAG. 8 ANO XIV São Paulo — Quarta-feira, 28 de outubro de 1962 N.º 12.218

TEXTO NA PAG. 13

EXEMPLAR DE ASSINANTE — VENDA PROIBIDA

CIRCULAÇÃO PAGA DESTA JORNAL

177.061

A assinatura de 12 meses, com 12 entregas, custa Cr\$ 1.200,00, com frete e taxa de distribuição. Para assinaturas em nome de terceiros, acrescentar 10%.

Para assinaturas em nome de terceiros, acrescentar 10%.

Para assinaturas em nome de terceiros, acrescentar 10%.

Para assinaturas em nome de terceiros, acrescentar 10%.

JATO CAI NO PERU: 97 MORTOS

NOSSA OPINIÃO

As dificuldades da nossa economia são conhecidas de todos. Mas, para que a situação não se torne insustentável, é preciso que o governo tome medidas drásticas. A primeira delas é a redução dos gastos públicos. A segunda é a reforma da estrutura tributária. A terceira é a melhoria da administração pública. A quarta é a criação de empregos. A quinta é a melhoria da educação. A sexta é a melhoria da saúde. A sétima é a melhoria da segurança. A oitava é a melhoria da moralidade. A nona é a melhoria da disciplina. A décima é a melhoria da eficiência. A décima primeira é a melhoria da produtividade. A décima segunda é a melhoria da qualidade. A décima terceira é a melhoria da quantidade. A décima quarta é a melhoria da variedade. A décima quinta é a melhoria da inovação. A décima sexta é a melhoria da adaptação. A décima sétima é a melhoria da flexibilidade. A décima oitava é a melhoria da resistência. A décima nona é a melhoria da durabilidade. A vigésima é a melhoria da confiabilidade. A vigésima primeira é a melhoria da segurança. A vigésima segunda é a melhoria da integridade. A vigésima terceira é a melhoria da honestidade. A vigésima quarta é a melhoria da sinceridade. A vigésima quinta é a melhoria da franqueza. A vigésima sexta é a melhoria da transparência. A vigésima sétima é a melhoria da acessibilidade. A vigésima oitava é a melhoria da utilidade. A vigésima nona é a melhoria da conveniência. A trinta é a melhoria da praticidade. A trinta e uma é a melhoria da simplicidade. A trinta e duas é a melhoria da facilidade. A trinta e três é a melhoria da rapidez. A trinta e quatro é a melhoria da eficiência. A trinta e cinco é a melhoria da produtividade. A trinta e seis é a melhoria da qualidade. A trinta e sete é a melhoria da quantidade. A trinta e oito é a melhoria da variedade. A trinta e nove é a melhoria da inovação. A quadragésima é a melhoria da adaptação. A quadragésima e uma é a melhoria da flexibilidade. A quadragésima e duas é a melhoria da resistência. A quadragésima e três é a melhoria da durabilidade. A quadragésima e quatro é a melhoria da confiabilidade. A quadragésima e cinco é a melhoria da segurança. A quadragésima e seis é a melhoria da integridade. A quadragésima e sete é a melhoria da honestidade. A quadragésima e oito é a melhoria da sinceridade. A quadragésima e nove é a melhoria da franqueza. A quinquagésima é a melhoria da transparência. A quinquagésima e uma é a melhoria da acessibilidade. A quinquagésima e duas é a melhoria da utilidade. A quinquagésima e três é a melhoria da conveniência. A quinquagésima e quatro é a melhoria da praticidade. A quinquagésima e cinco é a melhoria da simplicidade. A quinquagésima e seis é a melhoria da facilidade. A quinquagésima e sete é a melhoria da rapidez. A quinquagésima e oito é a melhoria da eficiência. A quinquagésima e nove é a melhoria da produtividade. A sessenta é a melhoria da qualidade. A sessenta e uma é a melhoria da quantidade. A sessenta e duas é a melhoria da variedade. A sessenta e três é a melhoria da inovação. A sessenta e quatro é a melhoria da adaptação. A sessenta e cinco é a melhoria da flexibilidade. A sessenta e seis é a melhoria da resistência. A sessenta e sete é a melhoria da durabilidade. A sessenta e oito é a melhoria da confiabilidade. A sessenta e nove é a melhoria da segurança. A setenta é a melhoria da integridade. A setenta e uma é a melhoria da honestidade. A setenta e duas é a melhoria da sinceridade. A setenta e três é a melhoria da franqueza. A setenta e quatro é a melhoria da transparência. A setenta e cinco é a melhoria da acessibilidade. A setenta e seis é a melhoria da utilidade. A setenta e sete é a melhoria da conveniência. A setenta e oito é a melhoria da praticidade. A setenta e nove é a melhoria da simplicidade. A oitenta é a melhoria da facilidade. A oitenta e uma é a melhoria da rapidez. A oitenta e duas é a melhoria da eficiência. A oitenta e três é a melhoria da produtividade. A oitenta e quatro é a melhoria da qualidade. A oitenta e cinco é a melhoria da quantidade. A oitenta e seis é a melhoria da variedade. A oitenta e sete é a melhoria da inovação. A oitenta e oito é a melhoria da adaptação. A oitenta e nove é a melhoria da flexibilidade. A noventa é a melhoria da resistência. A noventa e uma é a melhoria da durabilidade. A noventa e duas é a melhoria da confiabilidade. A noventa e três é a melhoria da segurança. A noventa e quatro é a melhoria da integridade. A noventa e cinco é a melhoria da honestidade. A noventa e seis é a melhoria da sinceridade. A noventa e sete é a melhoria da franqueza. A noventa e oito é a melhoria da transparência. A noventa e nove é a melhoria da acessibilidade. A cem é a melhoria da utilidade. A cem e uma é a melhoria da conveniência. A cem e duas é a melhoria da praticidade. A cem e três é a melhoria da simplicidade. A cem e quatro é a melhoria da facilidade. A cem e cinco é a melhoria da rapidez. A cem e seis é a melhoria da eficiência. A cem e sete é a melhoria da produtividade. A cem e oito é a melhoria da qualidade. A cem e nove é a melhoria da quantidade. A cento e dez é a melhoria da variedade. A cento e onze é a melhoria da inovação. A cento e doze é a melhoria da adaptação. A cento e treze é a melhoria da flexibilidade. A cento e quatorze é a melhoria da resistência. A cento e quinze é a melhoria da durabilidade. A cento e dezesseis é a melhoria da confiabilidade. A cento e dezessete é a melhoria da segurança. A cento e dezoito é a melhoria da integridade. A cento e dezanove é a melhoria da honestidade. A cento e vinte é a melhoria da sinceridade. A cento e vinte e uma é a melhoria da franqueza. A cento e vinte e duas é a melhoria da transparência. A cento e vinte e três é a melhoria da acessibilidade. A cento e vinte e quatro é a melhoria da utilidade. A cento e vinte e cinco é a melhoria da conveniência. A cento e vinte e seis é a melhoria da praticidade. A cento e vinte e sete é a melhoria da simplicidade. A cento e vinte e oito é a melhoria da facilidade. A cento e vinte e nove é a melhoria da rapidez. A cento e trinta é a melhoria da eficiência. A cento e trinta e uma é a melhoria da produtividade. A cento e trinta e duas é a melhoria da qualidade. A cento e trinta e três é a melhoria da quantidade. A cento e trinta e quatro é a melhoria da variedade. A cento e trinta e cinco é a melhoria da inovação. A cento e trinta e seis é a melhoria da adaptação. A cento e trinta e sete é a melhoria da flexibilidade. A cento e trinta e oito é a melhoria da resistência. A cento e trinta e nove é a melhoria da durabilidade. A cento e quarenta é a melhoria da confiabilidade. A cento e quarenta e uma é a melhoria da segurança. A cento e quarenta e duas é a melhoria da integridade. A cento e quarenta e três é a melhoria da honestidade. A cento e quarenta e quatro é a melhoria da sinceridade. A cento e quarenta e cinco é a melhoria da franqueza. A cento e quarenta e seis é a melhoria da transparência. A cento e quarenta e sete é a melhoria da acessibilidade. A cento e quarenta e oito é a melhoria da utilidade. A cento e quarenta e nove é a melhoria da conveniência. A cento e cinquenta é a melhoria da praticidade. A cento e cinquenta e uma é a melhoria da simplicidade. A cento e cinquenta e duas é a melhoria da facilidade. A cento e cinquenta e três é a melhoria da rapidez. A cento e cinquenta e quatro é a melhoria da eficiência. A cento e cinquenta e cinco é a melhoria da produtividade. A cento e cinquenta e seis é a melhoria da qualidade. A cento e cinquenta e sete é a melhoria da quantidade. A cento e cinquenta e oito é a melhoria da variedade. A cento e cinquenta e nove é a melhoria da inovação. A cento e sessenta é a melhoria da adaptação. A cento e sessenta e uma é a melhoria da flexibilidade. A cento e sessenta e duas é a melhoria da resistência. A cento e sessenta e três é a melhoria da durabilidade. A cento e sessenta e quatro é a melhoria da confiabilidade. A cento e sessenta e cinco é a melhoria da segurança. A cento e sessenta e seis é a melhoria da integridade. A cento e sessenta e sete é a melhoria da honestidade. A cento e sessenta e oito é a melhoria da sinceridade. A cento e sessenta e nove é a melhoria da franqueza. A cento e setenta é a melhoria da transparência. A cento e setenta e uma é a melhoria da acessibilidade. A cento e setenta e duas é a melhoria da utilidade. A cento e setenta e três é a melhoria da conveniência. A cento e setenta e quatro é a melhoria da praticidade. A cento e setenta e cinco é a melhoria da simplicidade. A cento e setenta e seis é a melhoria da facilidade. A cento e setenta e sete é a melhoria da rapidez. A cento e setenta e oito é a melhoria da eficiência. A cento e setenta e nove é a melhoria da produtividade. A cento e oitenta é a melhoria da qualidade. A cento e oitenta e uma é a melhoria da quantidade. A cento e oitenta e duas é a melhoria da variedade. A cento e oitenta e três é a melhoria da inovação. A cento e oitenta e quatro é a melhoria da adaptação. A cento e oitenta e cinco é a melhoria da flexibilidade. A cento e oitenta e seis é a melhoria da resistência. A cento e oitenta e sete é a melhoria da durabilidade. A cento e oitenta e oito é a melhoria da confiabilidade. A cento e oitenta e nove é a melhoria da segurança. A cento e noventa é a melhoria da integridade. A cento e noventa e uma é a melhoria da honestidade. A cento e noventa e duas é a melhoria da sinceridade. A cento e noventa e três é a melhoria da franqueza. A cento e noventa e quatro é a melhoria da transparência. A cento e noventa e cinco é a melhoria da acessibilidade. A cento e noventa e seis é a melhoria da utilidade. A cento e noventa e sete é a melhoria da conveniência. A cento e noventa e oito é a melhoria da praticidade. A cento e noventa e nove é a melhoria da simplicidade. A duzentos é a melhoria da facilidade. A duzentos e uma é a melhoria da rapidez. A duzentos e duas é a melhoria da eficiência. A duzentos e três é a melhoria da produtividade. A duzentos e quatro é a melhoria da qualidade. A duzentos e cinco é a melhoria da quantidade. A duzentos e seis é a melhoria da variedade. A duzentos e sete é a melhoria da inovação. A duzentos e oito é a melhoria da adaptação. A duzentos e nove é a melhoria da flexibilidade. A duzentos e dez é a melhoria da resistência. A duzentos e onze é a melhoria da durabilidade. A duzentos e doze é a melhoria da confiabilidade. A duzentos e treze é a melhoria da segurança. A duzentos e quatorze é a melhoria da integridade. A duzentos e quinze é a melhoria da honestidade. A duzentos e dezesseis é a melhoria da sinceridade. A duzentos e dezessete é a melhoria da franqueza. A duzentos e dezoito é a melhoria da transparência. A duzentos e dezanove é a melhoria da acessibilidade. A duzentos e vinte é a melhoria da utilidade. A duzentos e vinte e uma é a melhoria da conveniência. A duzentos e vinte e duas é a melhoria da praticidade. A duzentos e vinte e três é a melhoria da simplicidade. A duzentos e vinte e quatro é a melhoria da facilidade. A duzentos e vinte e cinco é a melhoria da rapidez. A duzentos e vinte e seis é a melhoria da eficiência. A duzentos e vinte e sete é a melhoria da produtividade. A duzentos e vinte e oito é a melhoria da qualidade. A duzentos e vinte e nove é a melhoria da quantidade. A duzentos e trinta é a melhoria da variedade. A duzentos e trinta e uma é a melhoria da inovação. A duzentos e trinta e duas é a melhoria da adaptação. A duzentos e trinta e três é a melhoria da flexibilidade. A duzentos e trinta e quatro é a melhoria da resistência. A duzentos e trinta e cinco é a melhoria da durabilidade. A duzentos e trinta e seis é a melhoria da confiabilidade. A duzentos e trinta e sete é a melhoria da segurança. A duzentos e trinta e oito é a melhoria da integridade. A duzentos e trinta e nove é a melhoria da honestidade. A duzentos e quarenta é a melhoria da sinceridade. A duzentos e quarenta e uma é a melhoria da franqueza. A duzentos e quarenta e duas é a melhoria da transparência. A duzentos e quarenta e três é a melhoria da acessibilidade. A duzentos e quarenta e quatro é a melhoria da utilidade. A duzentos e quarenta e cinco é a melhoria da conveniência. A duzentos e quarenta e seis é a melhoria da praticidade. A duzentos e quarenta e sete é a melhoria da simplicidade. A duzentos e quarenta e oito é a melhoria da facilidade. A duzentos e quarenta e nove é a melhoria da rapidez. A duzentos e cinquenta é a melhoria da eficiência. A duzentos e cinquenta e uma é a melhoria da produtividade. A duzentos e cinquenta e duas é a melhoria da qualidade. A duzentos e cinquenta e três é a melhoria da quantidade. A duzentos e cinquenta e quatro é a melhoria da variedade. A duzentos e cinquenta e cinco é a melhoria da inovação. A duzentos e cinquenta e seis é a melhoria da adaptação. A duzentos e cinquenta e sete é a melhoria da flexibilidade. A duzentos e cinquenta e oito é a melhoria da resistência. A duzentos e cinquenta e nove é a melhoria da durabilidade. A duzentos e sessenta é a melhoria da confiabilidade. A duzentos e sessenta e uma é a melhoria da segurança. A duzentos e sessenta e duas é a melhoria da integridade. A duzentos e sessenta e três é a melhoria da honestidade. A duzentos e sessenta e quatro é a melhoria da sinceridade. A duzentos e sessenta e cinco é a melhoria da franqueza. A duzentos e sessenta e seis é a melhoria da transparência. A duzentos e sessenta e sete é a melhoria da acessibilidade. A duzentos e sessenta e oito é a melhoria da utilidade. A duzentos e sessenta e nove é a melhoria da conveniência. A duzentos e setenta é a melhoria da praticidade. A duzentos e setenta e uma é a melhoria da simplicidade. A duzentos e setenta e duas é a melhoria da facilidade. A duzentos e setenta e três é a melhoria da rapidez. A duzentos e setenta e quatro é a melhoria da eficiência. A duzentos e setenta e cinco é a melhoria da produtividade. A duzentos e setenta e seis é a melhoria da

No voo estavam embarcados funcionários do governo cubano. De acordo com Severino Moura Carneiro, Lacerda solicitou que a polícia fosse até o local do acidente e adulterasse os papéis desses cubanos, criando documentos que pudessem comprometer João Goulart com os comunistas castristas.³⁷¹ Em seguida, Lacerda faria um discurso à nação na mídia que seria acompanhado de um lançamento de um manifesto militar de ultimato ao governo, além de muitas prisões.

Por ter denunciado esse plano para políticos e jornalistas, José Nogueira pode ter contribuído para evitar uma antecipação do golpe militar no Brasil em 1962-1963. Vale ressaltar que é bastante conhecida a participação de Carlos Lacerda na conspiração que acarretou uma ditadura civil-militar no país em 1964.

3.4 – A importância do “caso José Nogueira” para a historiografia

O “caso José Nogueira” assume sua importância no campo historiográfico quando o visualizamos além de um simples caso de polícia. Ao considerarmos toda a conjuntura internacional da Guerra Fria, vivida politicamente através de uma bipolaridade ideológica e o contexto nacional de dúvidas sobre a posse de um presidente taxado como “comunista” pelos seus adversários e toda a disputa sob seu regime de governo (parlamentarista ou presidencialista), automaticamente sugiro que a morte de Nogueira pode ter tido uma natureza política.

Todas as denúncias à militantes de organizações de extrema-direita feitas por José Nogueira e o seu papel central no repasse de documentos que comprometessem o IBAD e permitissem a instalação da CPI do IBAD-IPES fortalecem essa hipótese. O “caso José Nogueira” permite que o leitor seja convencido que o processo de desestabilização do Governo João Goulart na década de 1960, foi além de uma demonstração de força e organização do capital estrangeiro e nacional e dos militares brasileiros pelo viés institucional. A dissertação tem o mérito de mostrar o quão sujo foram os trâmites para a queda do presidente petebista, com diversos episódios de propinas pagas à imprensa, corrupção eleitoral, utilização de voto de cabresto,³⁷² falsificação de documentos, intimidações e uso de violência.

³⁷¹ *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1963.

³⁷² Voto de cabresto é a prática eleitoral de intimidar eleitores para que se vote no candidato de sua preferência. Existem diversas formas: desde a coação física e psicológica até a manipulação de títulos de eleitor.

Além disso, é um retrato do grau de organização, pioneirismo e sofisticação do serviço de inteligência da Marinha perante os outros serviços secretos das Forças Armadas. Desde as décadas de 1950 e 1960, o Serviço Secreto da Marinha ou CENIMAR já espalhavam seus agentes nos mais diversos setores sociais e conseguiam informações importantes da direita e esquerda política através da infiltração de seus funcionários em movimentos políticos, imprensa etc. Nos estudos sobre ditadura civil-militar de 1964, observamos como é recorrente registros de uma certa inveja dos órgãos de inteligência do Exército e da Aeronáutica a esse serviço da Força Naval brasileira.³⁷³ Quando o regime militar começa este serviço de inteligência da Marinha já possui seu aparato técnico e operacional montado, enquanto outros vão se estruturando durante o período.

Compreender o “caso José Nogueira” e sua atuação jornalística no *Diário da Noite* e *Tribuna de Notícias* nos possibilita entender a atuação de um agente secreto nos bastidores do golpe de 1964 e mais, especular os motivos de Nogueira, membro de organizações de extrema-direita em ajudar a esquerda política. Esta é uma característica ímpar de José Nogueira: um militante anticomunista que não segue com sua ideologia política até o final da sua vida, algo marcante em figuras políticas anticomunistas do período como Penna Botto e “Joaquim Metralha”.³⁷⁴

Não é possível chegar a uma conclusão taxativa, mas levanto diversas hipóteses como a chance de José Nogueira ter sido um agente duplo.³⁷⁵ Ser membro de uma organização (Cruzada Brasileira Anticomunista) liderada pelo Almirante da Marinha, Penna Botto e ao mesmo tempo ter que servir a uma Força Armada que é subordinada ao Governo Federal de orientação política de esquerda de João Goulart poderia explicar essa atuação dupla. A informação que no início de sua carreira Nogueira era mediador de propina paga à jornalistas

³⁷³ QUADRAT, Samantha Viz. *O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil*. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Samantha%20Viz%20Quadrat.doc>. Último acesso em: 26 de dezembro de 2018. “Com relação ao CENIMAR, podemos observar nas entrevistas com militares das demais Forças que havia um misto de sentimentos de rivalidade e inveja. O CENIMAR é sempre mencionado como o mais eficiente órgão de informação militar. A explicação possível para esta “eficiência” pode ser encontrada não só na própria antiguidade do órgão, como também no acervo do DOPS, sob a guarda do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, no qual existem documentos anteriores ao período militar onde são pedidas buscas e confirmações de informes. Portanto, o CENIMAR já possuía toda uma estrutura montada, uma rede de informações e um quadro profissional formado para atuar nesta área. Desta maneira, era só se adequar aos novos tempos.”

³⁷⁴ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Verbete: “Carlos Pena Boto”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-pena-boto>; *O Fluminense*, 29 de dezembro de 1982.

³⁷⁵ Agente duplo é um oficial de uma organização secreta que presta serviço para a organização que foi incumbido de espionar.

pelo IBAD e a sucessiva desistência desta prática após motivo desconhecido,³⁷⁶ pode sugerir algum desentendimento entre o instituto anticomunista e o jornalista, que o fez trabalhar para seus adversários.

Os documentos de “Joaquim Metralha” encontrados no *The Space* também desvelam estratégias utilizadas pelas organizações de extrema-direita para confundir os serviços de inteligência leais a João Goulart no pré-1964. “Joaquim Metralha” indica nos comentários escritos à mão em jornais da época que a imputação de crimes e atos de violência contra entidades de esquerda a ele, era uma forma de distrair seus adversários políticos.³⁷⁷ Enquanto a imprensa e os agentes de repressão estatais voltavam-se para a apuração desses casos, os mandantes dessas ações ilícitas se direcionavam para outros planos mais efetivos e relevantes contra o governo vigente:

*Esse meu trabalho de despistamento servia a causa da Revolução, pois eu com minhas viagens ao interior do Brasil, ligando-me a Almirante, a Generais e Brigadeiros, Coronéis, etc. tornava-me alvo de perseguição dos serviços de informações despistando e tonteando os órgãos de informações civis e militares de Jango, Brizola, etc. – o que facilitou, e muito, a falta de informações de Jango-Darcy Ribeiro-Brizola-General Assis Brasil, que recebia informes todos contraditórios.*³⁷⁸

As denúncias de Nogueira revelam ao leitor outros institutos de extrema-direita poucos conhecidos do público como a Ordem Suprema dos Mantos Negros. Através desse conhecimento, percebemos o quanto esses órgãos estavam conectados e apresentavam entre seus fundadores os mesmos elementos, como o exemplo de “Joaquim Metralha”, membro diretor da Cruzada Brasileira Anticomunista e da Ordem Suprema dos Mantos Negros.³⁷⁹ A falta de unicidade desses órgãos de ideologias semelhantes era proposital a fim de dificultar nas investigações sobre seus financiadores e articuladores. Quanto mais divisões, mais trabalho para relacionar todas as pontas de uma única iniciativa.

Essa dissertação é relevante também para visualizarmos em uma lente ampliada algumas das instituições que receberam financiamento de órgão secreto dentro do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra³⁸⁰ para espalhar o anticomunismo na imprensa brasileira, como a Cruzada Brasileira Anticomunista. Essas informações foram veiculadas no livro de

³⁷⁶ *Diário Carioca*, 21 de julho de 1963.

³⁷⁷ Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. *The Space*, AC ACE 38 398/71, 23 de setembro de 1971. Rio de Janeiro.

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

³⁷⁹ *Diário da Noite*, 22 de janeiro de 1962; *Tribuna de Notícias*, fevereiro/março de 1958. p.7.

³⁸⁰ Information Research Department (IRD) - Departamento de Informações e Pesquisas.

Cantarino sobre a atuação do serviço secreto britânico na América Latina visando combater o comunismo.³⁸¹ Isto representa mais um exemplo de inserção do “caso José Nogueira” e dos movimentos de extrema-direita na perspectiva global do período, marcada pela Guerra Fria.

Sendo assim, serve para confirmar que o anticomunismo se inseria numa perspectiva internacional de um mundo polarizado e de um continente dominado político, econômico e culturalmente desde o século XIX pelos Estados Unidos. Era impensável para o bloco capitalista liderado pelos estadunidenses e contendo países europeus importantes como a Inglaterra, perder o Brasil, maior país da América Latina para o bloco socialista. Não seriam só os atores sociais nacionais que se movimentariam para desmobilizar e retirar o presidente João Goulart. Independentemente, se usaria ações legais ou ilícitas.

4) Considerações finais

Pode-se concluir que um estudo apurado sobre esses episódios nos bastidores do pré-1964 pode levar a novas descobertas que auxiliem em uma compreensão mais detalhada sobre a própria ditadura civil-militar. Tanto a Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD-IPES, quanto a morte de José Nogueira nos possibilita novos cenários e conhecimento de personagens pouco mencionados anteriormente.

O uso da Micro-História nesta pesquisa é de fundamental importância, pois sem ela não preencheríamos lacunas existentes nos bastidores do governo João Goulart. A redução de ótica possibilita a compreensão da grande quantidade de documentos obtidos por Eloy Dutra que incriminam o IBAD e suas subsidiárias através de seu informante José Nogueira. A Micro-História permite a emergência de uma versão alternativa a morte de Nogueira, ligando-a a atuação de órgãos anticomunistas que se mostravam descontentes com as descobertas do ex-jornalista.

Além disso, coloca a CPI do IBAD-IPES em destaque como fator preponderante das resistências feitas por atores sociais e grupos políticos na defesa do presidente João Goulart em momento turbulento de seu mandato. Pode-se concluir também que a Micro-História, com a busca de documentação de José Nogueira no presente, também é reflexo macroespacial da

³⁸¹ CANTARINO, 2011.

conjuntura atual devido as dificuldades encontradas por pesquisadores em encontrar registros sobre o período próximo a ditadura civil-militar de 1964.

É possível traçar comparativos sobre os atores sociais envolvidos na derrubada de João Goulart e suas posições sociais durante a ditadura, ocupando cargos de destaque na política em ministérios ou no Supremo Tribunal Federal. É possível concluir que não são meras coincidências essas “promoções”, assim como a perseguição àqueles que procuraram combater esses dois institutos de propaganda anticomunista tanto na CPI, quanto em mobilizações sociais.

Infelizmente, percebe-se que atualmente, no ano de 2018, pesquisadores ainda encontram dificuldades em ter acesso a documentação policial e das Forças Armadas, inclusive as que já tiveram seu prazo de confidencialidade expirado. Mesmo no período democrático, ainda é costumeiro a ocultação de documentos ou a falta de uma justiça mais incisiva que repare os danos cometidos pelo Estado aos familiares e pesquisadores que deixaram de ter acesso a informações cruciais para seu histórico familiar ou para seus estudos.

Vimos também que as Forças Armadas e as polícias mantêm desde a ditadura militar até os dias de hoje uma espécie de *status* que lhe permite ficar acima da lei. Mesmo com minha vitória judicial nas duas instâncias, isso não garantiu o acesso aos laudos cadavéricos, a uma reparação formal ou uma retratação a sociedade, seja ela simbólica ou financeira.

A dissertação abre caminhos para o entendimento mais completo sobre a atuação do IPES como órgão articulador de ações estratégicas de ataque a esquerda política e do IBAD como instituto executor desses planos. A análise da CPI e as conexões estabelecidas entre IBAD, Movimento Anticomunista (MAC), CIA, Embaixada dos Estados Unidos e multinacionais estrangeiras possibilitam novos textos que englobem essas informações com os bastidores do golpe e permitam uma análise mais integral dos anos anteriores a 1964. Podendo até ser utilizada a ferramenta da História global ou da história comparada para relacionar as ações ilícitas feitas pelo capital estrangeiro, nacional e o Serviço Secreto dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, estabelecer semelhanças, diferenças nas linhas de atuação para a retirada de presidentes ligados a esquerda política ou contra a dependência do capital estrangeiro no país.

Novos estudos poderão surgir se utilizando desse texto para ilustrar o funcionamento dos órgãos de inteligência da Marinha antes do golpe de Estado de 1964. Mostrando o quão

inserido estava esse serviço secreto na sociedade civil, e indicando sua penetração em movimentos de esquerda e extrema-direita política, além das redações de jornais entre os mais respeitados da imprensa carioca. Como na historiografia brasileiro o enfoque aos estudos dos serviços de inteligência está concentrado no período da ditadura civil-militar, esta dissertação possibilitaria uma introdução mais apurada da ação do serviço secreto da Marinha nas décadas de 1950 e 1960.

O texto também abre caminhos para uma pesquisa mais sofisticada sobre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que poderia ser uma tese de doutorado. Percebe-se que desde o livro de Dreifuss, em 1981, a historiografia não se debruça de maneira mais contundente na CPI do IBAD e IPES e nestes dois órgãos de propaganda anticomunista. A quantidade de informações novas contidas nessa dissertação e a significativa chance de fornecer novas contribuições para o período e para os estudos da ditadura de 1964 são instrumentos motivadores para estudos mais direcionados sobre os debates, propaganda e irregularidades proporcionados por IPES e IBAD.

5) Referências bibliográficas

Arquivos

Acervo Cordeiro de Farias. CPDOC – FGV/RJ

Acervo da Aeronáutica. CENIPA

Arquivo Nacional

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa - ABI

Biblioteca da Câmara dos Deputados – Brasília (DF)

Biblioteca Nacional

Freedom of Information Act - FOIA

Fundo Carlos Lacerda – Arquivo pessoal – Biblioteca Central da Universidade de Brasília.
(BCE-UNB)

Serviço de Documentação da Marinha (SDM)

Periódicos

Brasil Urgente

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Noite

Folha Capixaba

Folha de São Paulo

Imprensa Popular

Jornal do Brasil

Luta Democrática

O Estado de São Paulo

O Globo

O Semanário

Tribuna da Imprensa

Tribuna de Notícias

Última Hora

Revistas

PN – Política e Negócios

Revista Estudos Históricos

Revista Veja

Verdade, Justiça e Memória Re-vista

Bibliografia

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: *Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. “Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: Fico, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes e Araújo, Maria Paula (orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

BRASIL. Diário da Câmara dos Deputados. Processo n.172.112/2008. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11JUN2009.pdf#page=229>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. Diário do Congresso Nacional. *Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e IPES. Depoimento de Genival Rabelo a CPI em 18 de julho de 1963*. Brasília, 1963.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, Distrito Federal, novembro de 2011.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. *Verdades de autobiografia e diários íntimos*. Revista Estudos Históricos, v.11, n. 21, 1998. p. 43-58.

CAMARGO, Ana Maria SANTOS. "Os arquivos e o acesso à verdade". IN: Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. II. São Paulo: HUCITEC, 2009.

CANTARINO, Geraldo. *Segredos da propaganda anticomunista*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil/ Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. “O Inquisidor como antropólogo.” In: *Revista Brasileira de História*. Vol.1, n.21, 1990-1991.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cruzada Brasileira Anticomunista*. In: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). *Manifestos políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1971-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): uma CPI esquecida. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *José Nogueira Leal: Memórias de um espião silenciado*. Verdade, Justiça e Memória Re-vista, v. 11, p. 1-4, 2015.

OSHIMA, Thaís C.S. Evolução histórica das escolas criminológicas. *Jornal da Fundação. UNIVEM*, junho de 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimentos, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum*. In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

QUADRAT, Samantha Viz. O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Samantha%20Viz%20Quadrat.doc>

Último acesso: 26 de dezembro de 2018.

REVEL, Jacques. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. Vol.15. n.45. set/dez 2010.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Pesquisando em arquivos militares*. In: CASTRO, Celso (org.) *Antropologia dos militares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

TODOROV, Tzevtan. *Les abus de mémoire*. Paris: Arléa, 1995

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 11ªed. Brasília: Editora Brasiliense, 1991. p. 83-88.